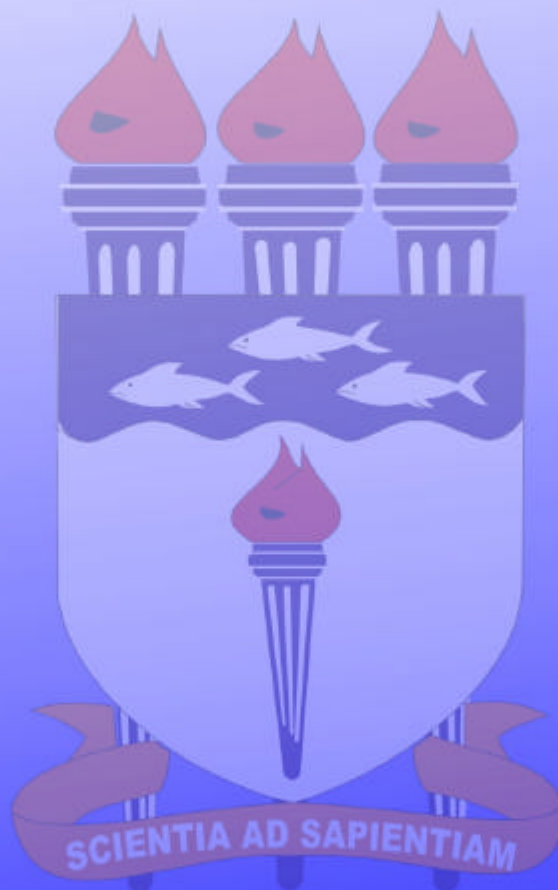


Ministério da Educação
Universidade Federal de Alagoas



Relatório de Gestão 2007



CORPO DIRIGENTE DA UFAL

Ana Dayse Rezende Dorea
Reitora

Eurico de Barros Lobo Filho
Vice-Reitor

João Carlos Cordeiro Barbirato
Pró-Reitor de Gestão Institucional

Maria das Graças Medeiros Tavares
Pró-Reitora de Graduação

José Niraldo de Farias
Pró-Reitor de Pesquisa e Pós-graduação

Silvia Regina Cardeal
Pró-Reitora de Gestão de Pessoas e do Trabalho

Eduardo Sílvio Sarmiento de Lyra
Pró-Reitor Estudantil

José Roberto Santos
Pró-Reitor de Extensão

Valéria Carneiro Lages Ressurreição
Procuradora Geral

Maria José Menezes Messias
Chefe de Gabinete

SUMÁRIO

1. IDENTIFICAÇÃO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS	7
2. RESPONSABILIDADES INSTITUCIONAIS	8
2.1. Papel da unidade na execução das políticas públicas	8
3. ESTRATÉGIA DE ATUAÇÃO	13
4. GESTÃO DE PROGRAMAS E AÇÕES	20
4.1. Programas	20
4.1.1. Programa 0089 – Previdência de Inativos e Pensionistas da União.....	20
4.1.1.1. Dados gerais.....	20
4.1.1.2. Principais Ações do Programa	20
4.1.1.3. Gestão das Ações.....	20
4.1.1.3.1. Ação 0181 – Pagamento de Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis	21
4.1.1.3.1.1. Dados gerais	21
4.1.1.3.1.2. Resultados	21
4.1.2. Programa 0310 – Gestão da Política de Desenvolvimento Urbano.....	22
4.1.2.1. Dados gerais.....	22
4.1.2.2. Principais Ações do Programa	22
4.1.2.3. Gestão das Ações.....	22
4.1.2.3.1. Ação 1B00 – Implantação do Sistema Nacional de Informações das Cidades.....	22
4.1.2.3.1.1. Dados gerais	22
4.1.2.3.1.2. Resultados	23
4.1.3. Programa 0471 – Ciências, Tecnologia e Inovação para a Inclusão e Desenvolvimento Social.....	25
4.1.3.1. Dados gerais.....	25
4.1.3.2. Principais Ações do Programa	25
4.1.3.3. Gestão das Ações.....	25
4.1.3.3.1. Ação 6702 – Difusão e Popularização de Ciências e Tecnologia para Inclusão Social.....	25
4.1.3.3.1.1. Dados gerais	25
4.1.3.3.1.2. Resultados	26
4.1.4. Programa 0750 – Apoio Administrativo	27
4.1.4.1. Dados gerais.....	27
4.1.4.2. Principais Ações do Programa	27
4.1.4.3. Gestão das Ações.....	27
4.1.4.3.1. Ação 2010 – Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores e Empregados	27
4.1.4.3.1.1. Dados gerais	28
4.1.4.3.1.2. Resultados	28
4.1.4.3.2. Ação 2011 – Auxílio-Transporte aos Servidores e Empregados	29
4.1.4.3.2.1. Dados gerais	29
4.1.4.3.2.2. Resultados	29
4.1.4.3.3. Ação 2012 – Auxílio-Alimentação aos Servidores e Empregados	30
4.1.4.3.3.1. Dados gerais	30
4.1.4.3.3.2. Resultados	30
4.1.4.3.4. Ação 2004 – Assistência Médica e Odontológica aos Servidores, Empregados e seus Dependentes	31
4.1.4.3.4.1. Dados gerais	31
4.1.4.3.4.2. Resultados	31
4.1.5. Programa 0901 – Operações Especiais: Cumprimento de Sentenças Judiciais	32
4.1.5.1. Dados gerais.....	32
4.1.5.2. Principais Ações do Programa	32
4.1.5.3. Gestão das Ações.....	32
4.1.5.3.1. Ação 0005 – Cumprimento de Sentença Judicial Transitada em Julgado (Precatórios) devida pela União, Autarquias e Fundações Públicas.....	32
4.1.5.3.1.1. Dados gerais	32
4.1.5.3.1.2. Resultados	33
4.1.6. Programa 1061 – Brasil Escolarizado	34
4.1.6.1. Dados gerais.....	34
4.1.6.2. Principais Ações do Programa	34
4.1.6.3. Gestão das Ações.....	34
4.1.6.3.1. Ação 0509 – Apoio ao Desenvolvimento da Educação Básica.....	34
4.1.6.3.1.1. Dados gerais	34
4.1.6.3.1.2. Resultados	35
4.1.6.3.2. Ação 6375 – Distribuição de Material de Apoio à Educação a Distância e ao Uso de Tecnologias de Informação e Comunicação na Educação.....	36
4.1.6.3.2.1. Dados gerais	36

Relatório de Gestão 2007- 4

4.1.6.3.2.2. Resultados	37
4.1.7. Programa 1062 – Desenvolvimento da Educação Profissional e Tecnológica.....	38
4.1.7.1. Dados gerais.....	38
4.1.7.2. Principais Ações do Programa	38
4.1.7.3. Gestão das Ações.....	38
4.1.7.3.1. Ação 6380 – Fomento ao Desenvolvimento da Educação Profissional.....	38
4.1.7.3.1.1. Dados gerais	38
4.1.7.3.1.2. Resultados	39
4.1.8. Programa 1067 – Gestão da Política de Educação.....	40
4.1.8.1. Dados gerais.....	40
4.1.8.2. Principais Ações do Programa	40
4.1.8.3. Gestão das Ações.....	40
4.1.8.3.1. Ação 4572 – Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação.....	40
4.1.8.3.1.1. Dados gerais	40
4.1.8.3.1.2. Resultados	41
4.1.8.3.2. Ação 2272 – Gestão e Administração do Programa.....	44
4.1.8.3.2.1. Dados gerais	44
4.1.8.3.2.2. Resultados	45
4.1.9. Programa 1072 – Valorização e Formação de Professores e Trabalhadores da Educação Básica.....	45
4.1.9.1. Dados gerais.....	45
4.1.9.2. Principais Ações do Programa	46
4.1.9.3. Gestão das Ações.....	46
4.1.9.3.1. Ação 4050 – Veiculação de Programas e de Cursos de Capacitação por meio de Tecnologias de Informação e Comunicação TIC - Nacional.....	46
4.1.9.3.1.1. Dados gerais	46
4.1.9.3.1.2. Resultados	46
4.1.9.3.2. Ação 6369 – Capacitação de Recursos Humanos para o Uso de Tecnologias na Educação Pública - Proinfo.....	47
4.1.9.3.2.1. Dados gerais	47
4.1.9.3.2.2. Resultados	48
4.1.10. Programa 1073 – Universidade do Século XXI	50
4.1.10.1. Dados gerais	50
4.1.10.2. Principais Ações do Programa.....	50
4.1.10.3. Gestão das Ações	50
4.1.10.3.1. Ação 4009 – Funcionamento de Cursos de Graduação.....	50
4.1.10.3.1.1. Dados gerais	50
4.1.10.3.1.2. Resultados	51
4.1.10.3.2. Ação 4008 – Acervo Bibliográfico Destinado às Instituições Federais de Ensino Superior e Hospitais de Ensino.....	52
4.1.10.3.2.1. Dados gerais	52
4.1.10.3.2.2. Resultados	52
4.1.10.3.3. Ação 6373 – Modernização e Recuperação da Infra-Estrutura Física das Instituições Federais de Ensino Superior e dos Hospitais de Ensino	55
4.1.10.3.3.1. Dados gerais	55
4.1.10.3.3.2. Resultados	55
4.1.10.3.4. Ação 4002 – Assistência ao Educando do Ensino de Graduação.....	56
4.1.10.3.4.1. Dados gerais	56
4.1.10.3.4.2. Resultados	57
4.1.10.3.5. Ação 4005 – Funcionamento da Residência Médica	59
4.1.10.3.5.1. Dados gerais	59
4.1.10.3.5.2. Resultados	59
4.1.10.3.6. Ação 6328 – Universidade Aberta e a Distância	60
4.1.10.3.6.1. Dados gerais	60
4.1.10.3.6.2. Resultados	61
4.1.10.3.7. Ação 8551 – Complementação para o Funcionamento das Instituições Federais de Ensino Superior	66
4.1.10.3.7.1. Dados gerais	66
4.1.10.3.7.2. Resultados	66
4.1.10.3.8. Ação 4413 – Treinamento Especial para Alunos de Graduação de Entidades de Ensino Superior (PET).....	67
4.1.10.3.8.1. Dados gerais	67
4.1.10.3.8.2. Resultados	68
4.1.10.3.9. Ação 6379 – Complementação para o Funcionamento dos Hospitais de Ensino Federais.....	69
4.1.10.3.9.1. Dados gerais	69
4.1.10.3.9.2. Resultados	70
4.1.10.3.10. Ação 8675 – Concessão de Benefício a Estudantes Estrangeiros em Graduação no Brasil	72
4.1.10.3.10.1. Dados gerais	72
4.1.10.3.10.2. Resultados	72
4.1.10.3.11. Ação 09HB – Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais.....	73

Relatório de Gestão 2007- 5

4.1.10.3.11.1. Dados gerais	73
4.1.10.3.11.2. Resultados	74
4.1.10.3.12. Ação 1H55 – Expansão do Ensino Superior - Campus de Arapiraca.....	74
4.1.10.3.12.1. Dados gerais	74
4.1.10.3.12.2. Resultados	75
4.1.10.3.13. Ação 7E66 – Construção do Anfiteatro da Universidade Federal de Alagoas.....	76
4.1.10.3.13.1. Dados gerais	76
4.1.10.3.13.2. Resultados	76
4.1.11. Programa 1203 – Vigilância Epidemiológica e Controle de Doenças Transmissíveis	77
4.1.11.1. Dados gerais	77
4.1.11.2. Principais Ações do Programa	78
4.1.11.3. Gestão das Ações	78
4.1.11.3.1. Ação 0829 – Incentivo Financeiro aos Estados, Distrito Federal e Municípios Certificados para a Vigilância em Saúde.....	78
4.1.11.3.1.1. Dados gerais.....	78
4.1.11.3.1.2. Resultados	78
4.1.12. Programa 1220 – Atenção Hospitalar e Ambulatorial no Sistema Único de Saúde	81
4.1.12.1. Dados gerais	81
4.1.12.2. Principais Ações do Programa	81
4.1.12.3. Gestão das Ações	81
4.1.12.3.1. Ação 8585 – Atenção à Saúde da População nos Municípios Habilitados em Gestão Plena do Sistema e nos Estados Habilitados em Gestão Plena/Avançada.....	81
4.1.12.3.1.1. Dados gerais	81
4.1.12.3.1.2. Resultados	82
4.1.13. Programa 1305 – Revitalização de Bacias Hidrográficas em Situação de Vulnerabilidade e Degradação Ambiental.....	84
4.1.13.1. Dados gerais	84
4.1.14. Programa 1343 – Desenvolvimento Sustentável da Aqüicultura	86
4.1.14.1. Dados gerais	86
4.1.14.2. Principais Ações do Programa	87
4.1.14.3. Gestão das Ações	87
4.1.14.3.1. Ação 0792 – Apoio a Unidades de Ensino em Aqüicultura	87
4.1.14.3.1.1. Dados gerais	87
4.1.14.3.1.2. Resultados	87
4.1.15. Programa 1374 – Desenvolvimento da Educação Especial.....	88
4.1.15.1. Dados gerais	88
4.1.15.2. Principais Ações do Programa	89
4.1.15.3. Gestão das Ações	89
4.1.15.3.1. Ação 0977 – Apoio à Formação de Professores e Profissionais para a Educação Especial.....	89
4.1.15.3.1.1. Dados gerais	89
4.1.15.3.1.2. Resultados	89
4.1.16. Programa 1375 – Desenvolvimento do Ensino da Pós-Graduação e da Pesquisa Científica	90
4.1.16.1. Dados gerais	90
4.1.16.2. Principais Ações do Programa	91
4.1.16.3. Gestão das Ações	91
4.1.16.3.1. Ação 4006 – Funcionamento de Cursos de Pós-Graduação	91
4.1.16.3.1.1. Dados gerais	91
4.1.16.3.1.2. Resultados	91
4.1.16.3.2. Ação 0487 – Concessão e Manutenção de Bolsas de Estudos no País	93
4.1.16.3.2.1. Dados gerais	93
4.1.16.3.2.2. Resultados	94
4.1.17. Programa 1377 – Educação para a Diversidade e Cidadania	95
4.1.17.1. Dados gerais	95
4.1.17.2. Principais Ações do Programa	96
4.1.17.3. Gestão das Ações	96
4.1.17.3.1. Ação 2C68 – Fomento à Inclusão Social e Étnico-racial na Educação Superior	96
4.1.17.3.1.1. Dados gerais	96
4.1.17.3.1.2. Resultados	96
4.1.17.3.2. Ação 2C81 – Desenvolvimento de Projetos Educacionais Inovadores para Comunidades de Baixa Renda	98
4.1.17.3.2.1. Dados gerais	98
4.1.17.3.2.2. Resultados	99
5. DESEMPENHO OPERACIONAL	101
5.1 Graduação.....	103
5.2 Pesquisa e Pós -Graduação.....	105
5.3 Extensão.....	111
5.4 Política Estudantil.....	112
6. PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR PATROCINADA	115

Relatório de Gestão 2007- 6

7. INSTITUIÇÕES BENEFICIADAS POR RENÚNCIA FISCAL	115
8. OPERAÇÕES DE FUNDOS	115
9. CONTEÚDOS ESPECÍFICOS POR UJ OU GRUPO DE UNIDADES AFINS (conforme Anexos II E X da DN-TCU-85/2007)	115
ANEXO A - DEMONSTRATIVO DE TOMADA DE CONTAS ESPECIAIS (conforme item 12 do conteúdo geral por natureza jurídica do Anexo II da DN-TCU-85/2007)	116
ANEXO B - DEMONSTRATIVO DE PERDAS, EXTRAVIOS OU OUTRAS IRREGULARIDADES (conforme item 13 do conteúdo geral por natureza jurídica do Anexo II da DN-TCU-85/2007)	117
ANEXO C - DESPESAS COM CARTÃO DE CRÉDITO CORPORATIVO (conforme item I-1.8 do Anexo II da DN-TCU-85/2007)	118
ANEXO D - RECOMENDAÇÕES DE ÓRGÃOS DE CONTROLE (conforme item 9 do conteúdo geral por natureza jurídica do Anexo II da DN-TCU-85/2007).....	119
ANEXO E - DEMONSTRATIVO DE TRANSFERÊNCIAS REALIZADAS NO EXERCÍCIO (conforme item I-1.3 do Anexo X da DN-TCU-85/2007)	131
ANEXO F – ATOS DE ADMISSÃO, DESLIGAMENTO, CONCESSÃO DE APOSENTADORIA E PENSÃO PRATICADOS NO EXERCÍCIO (conforme item 11 do Anexo II da DN-TCU-85/2007).....	134

1. IDENTIFICAÇÃO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS

Tabela 01 – Dados identificadores da Unidade Jurisdicionada

Nome completo da unidade e sigla	Universidade Federal de Alagoas – UFAL	
Natureza jurídica	Autarquia sob Regime Especial do Poder Executivo	
Vinculação ministerial	Ministério da Educação da República Federativa do Brasil	
Normativos de criação, definição de competências e estrutura organizacional e respectiva data de publicação no Diário Oficial da União	<ul style="list-style-type: none"> - Lei nº 3.867 criou a Universidade Federal de Alagoas. - Estatuto aprovado pela Portaria do MEC Nº 4.067, de 29.12.2003. - Regimento Geral aprovado pela Resolução Nº 01/2006 – CONSUNI/CEPE. 	
CNPJ	24.464.109/0001-48	
Nome e código no SIAFI	UFAL: UG: 153037/ Gestão Favorecida: 15222	
Código da UJ titular do relatório	153037	
Códigos das UJ abrangidas	Não consolida outras unidades	
Endereço completo da sede	Av. Lourival de Melo Mota, S/N - Campus A. C. Simões - Tabuleiro do Martins - CEP: 57.072-970 - Maceió – Alagoas	
Endereço da página institucional na <i>internet</i>	URL: www.ufal.br	
Situação da unidade quanto ao funcionamento	Em funcionamento	
Função de governo predominante	Educação	
Tipo de atividade	Educação Superior	
Unidades gestoras utilizadas no SIAFI	Nome	Código
	UFAL	153037 / 15222

2. RESPONSABILIDADES INSTITUCIONAIS

2.1. Papel da unidade na execução das políticas públicas

O Brasil se encontra em uma nova fase em que o governo federal pressiona as Universidades Públicas, para uma acirrada competição por recursos, na corrida pela qualidade, expansão e pela excelência. As decisões do Estado agora se expressam através de políticas nacionais, apenas por meio das quais se podem obter os recursos para custeio e investimento e que, por sua vez, submetem as instituições não somente ao monitoramento do Estado, mas ao controle social exercido pela sociedade civil organizada.

No âmbito da Educação Superior, a concepção de educação, entendida como bem público, consolida o direito da sociedade de cobrar pelo que paga e exigir, cada vez mais, acessibilidade, agilidade, transparência e ensino de qualidade.

O PPA por estabelecer, de maneira regionalizada, as diretrizes, os objetivos e as metas da Administração Pública Federal, constitui-se no principal instrumento de planejamento do Governo Federal, que, ao organizar a atuação do governo em Programas e Ações, viabiliza a orientação estratégica dos gastos para a obtenção de resultados destinados à sociedade.

A Universidade Federal de Alagoas - UFAL, enquanto instituição voltada para a produção e disseminação do conhecimento, tem a dimensão de sua atuação determinada pela amplitude de seus compromissos e pelo envolvimento com a sociedade alagoana. Nessa perspectiva, a UFAL teve que se integrar à sociedade, compartilhar os problemas e os desafios e ajudar no desenvolvimento nacional, regional e local.

Verificou-se que em 2007, a UFAL executou 36 (trinta e seis) ações que fazem parte de 17 (dezessete) programas do PPA (**Tabela 02**). Todas essas ações têm sido pautadas a partir do princípio de que a UFAL, como instituição formadora, tem a missão de possibilitar a formação de profissionais qualificados e preparados para atuar na sociedade do conhecimento.

Os resultados apresentados neste **Relatório de Gestão** revelam os frutos de um trabalho coordenado de construir os fundamentos de nossa atuação nas esferas do ensino, pesquisa e extensão, cumprindo a missão social da Instituição.

Tabela 02 – Relação dos Programas e Ações da UFAL no Ano de 2007

PROGRAMA/AÇÃO:
0089 - PREVIDÊNCIA DE INATIVOS E PENSIONISTAS DA UNIÃO
- Pagamento de Aposentados e Pensões a Servidores Civis (0181)
0310 – GESTÃO DA POLÍTICA DE DESENVOLVIMENTO URBANO
- Implantação do Sistema Nacional de Informações das Cidades (1B00)
0471 – CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO PARA A INCLUSÃO E DESENVOLVIMENTO SOCIAL
- Difusão e Popularização de Ciências e Tecnologia para Inclusão Social (6702)
0750 - APOIO ADMINISTRATIVO
- Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores e Empregados (2010)
- Auxílio Transporte aos Servidores e Empregados (2011)
- Auxílio Alimentação aos Servidores e Empregados (2012)
- Assistência Médica e Odontológica aos Servidores, Empregados e seus Dependentes (2004)
0901 - OPERAÇÕES ESPECIAIS: CUMPRIMENTO DE SENTENÇAS JUDICIAIS
- Cumprimento de Sentenças Judiciais Transitadas em Julgado (Precatórios) devida pela União, Autarquias e Fundações Pública (0005)
1061 - BRASIL ESCOLARIZADO
- Apoio ao Desenvolvimento da Educação Básica (0509)
- Distribuição de Material de Apoio à Educação a Distância e ao Uso de Tecnologias de Informação e Comunicação na Educação (6375)
1062 - DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
- Fomento ao Desenvolvimento da Educação Profissional (6380)

Relatório de Gestão 2007- 9

1067 - GESTÃO DA POLÍTICA DE EDUCAÇÃO
- Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação (4572)
- Gestão e Administração do Programa (2272)
1072 - VALORIZAÇÃO E FORMAÇÃO DE PROFESSORES E TRABALHADORES DA EDUCAÇÃO BÁSICA
- Veiculação de Programas e de Cursos de Capacitação Continuada por meio das Tecnologias de Informação e Comunicação – TIC (4050)
- Capacitação de Recursos Humanos para o Uso de Tecnologias na Educação Pública – Proinfo (6369)
1073 - UNIVERSIDADE DO SÉCULO XXI
- Funcionamento de Cursos de Graduação (4009)
- Acervo Bibliográfico destinado às Instituições Federais de Ensino Superior e Hospitais de Ensino (4008)
- Modernização e Recuperação da Infra-estrutura Física das IFES e HUs (6373)
- Assistência ao Educando do Ensino de Graduação (4002)
- Funcionamento da Residência Médica (4005)
- Universidade Aberta e a Distância (6328)
- Complementação para o Funcionamento das Instituições Federais de Ensino Superior (8551)
- Treinamento Especial para Alunos de Graduação de Entidades de Ensino Superior – PET (4413)
- Complementação para o Funcionamento dos Hospitais de Ensino Federais (6379)
- Concessão de Benefício a Estudante Estrangeiro em Graduação no Brasil (8675)
- Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais (09HB)
- Expansão do Ensino Superior - Campus de Arapiraca (1H55)
- Construção do Anfiteatro da Universidade Federal de Alagoas (7E66)
1203 – VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA E CONTROLE DE DOENÇAS TRANSMISSÍVEIS
- Incentivo Financeiro aos Estados, Distrito Federal e Municípios Certificados para a Vigilância em Saúde (0829)
1220 – ATENÇÃO HOSPITALAR E AMBULATORIAL NO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE
- Atenção à Saúde da População nos Municípios Habilitados em Gestão Plena do Sistema e nos Estados Habilitados em Gestão Plena/Avançada (8585)
1305 – REVITALIZAÇÃO DE BACIAS HIDROGRÁFICAS EM SITUAÇÃO DE VULNERABILIDADE E DEGRADAÇÃO
1343 – DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DA AQUICULTURA
- Apoio a Unidades de Ensino em Aquicultura (0792)
1374 - DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO ESPECIAL
- Apoio à Formação de Professores e Profissionais para a Educação Especial (0977)
1375 - DESENVOLVIMENTO DO ENSINO DA PÓS-GRADUAÇÃO E DA PESQUISA CIENTÍFICA
- Funcionamento de Cursos de Pós-Graduação (4006)
- Concessão e Manutenção de Bolsas de Estudos no País (0487)
1377 - EDUCAÇÃO PARA A DIVERSIDADE E CIDADANIA
- Fomento à Inclusão Social e Étnico-racial na Educação Superior (2C68)
- Desenvolvimento de Projetos Educacionais Inovadores para Comunidades de Baixa Renda (2C81)

Fonte: PROGINST

Comentário Geral sobre os Programas e Ações da UFAL:

A Universidade Federal de Alagoas – maior instituição pública de ensino superior do Estado -, foi criada em 25 de janeiro de 1961, por ato do então presidente Juscelino Kubitschek, reunindo as Faculdades de Direito (1933); Medicina (1951), Filosofia (1952), Economia (1954), Engenharia (1955) e Odontologia (1957).

Até 2005, haviam na UFAL 47 Departamentos Acadêmicos ligados a 9 Centros. O novo Estatuto aprovado pela Portaria do MEC Nº 4.067, de 29.12.2003, estabeleceu critérios para que um Centro ou Departamento pudesse se tornar uma Unidade Acadêmica. Em janeiro de 2006, foi homologado o Regimento Geral, através da Resolução Nº 01/2006 - CONSUNI/CEPE, originando

Relatório de Gestão 2007- 10

uma nova estrutura organizacional, por meio da reestruturação das unidades administrativas e a criação de 21 Unidades Acadêmicas.

No cumprimento de sua missão institucional, a Universidade Federal de Alagoas (UFAL) norteia suas ações pelos princípios:

- ✍ da gestão democrática, transparente e descentralizada;
- ✍ da legalidade e publicidade de seus atos, moldando e legitimando sua atuação;
- ✍ da moralidade e da impessoalidade, em consonância com o interesse público;
- ✍ da eficiência e da eficácia, com foco na qualidade da prestação de serviços e na efetiva produção de resultados;
- ✍ da ética, como norteadora de toda a prática institucional, em todas as suas relações internas e com a sociedade;
- ✍ da busca de mecanismos de promoção da indissociabilidade entre o ensino, pesquisa e extensão;
- ✍ da liberdade de expressão do pensamento, de criação, de difusão e socialização do saber;
- ✍ da universalidade do conhecimento e do fomento à interdisciplinaridade;
- ✍ do desenvolvimento científico, político, cultural, artístico e sócio-econômico do Estado de Alagoas.

A UFAL tem por missão produzir, multiplicar e recriar o saber coletivo em todas as áreas do conhecimento de forma comprometida com a ética, justiça social, desenvolvimento humano e bem comum.

A UFAL visa tornar-se referência nacional nas atividades de ensino, pesquisa e extensão, firmando-se como suporte de excelência para as demandas da sociedade alagoana, enfatizando a sua participação no desenvolvimento regional.

Em 2003 a UFAL ofertava 34 cursos presenciais de graduação. A partir de 2006 a universidade passou a ter 45 cursos no Campus A. C. Simões, em Maceió, dos quais 22 são noturnos. Em todos os campi e pólos, a UFAL atualmente oferta 61 cursos (42 bacharelados e 19 licenciaturas). Assim, de 2003 a 2007 houve um crescimento de mais de 80% dos cursos presenciais de graduação na UFAL. Neste período também houve a retomada do Fórum dos Colegiados de Curso, com o acompanhamento permanente e sistemático dirigido aos coordenadores de cursos de graduação, a fim de estimular o processo de ensino-aprendizagem com a garantia de qualidade na ação educativa.

A UFAL também promoveu a reformulação de projetos pedagógicos dos cursos obedecendo as Diretrizes Curriculares Nacionais e os princípios que norteiam a Graduação: indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, flexibilização curricular e articulação entre teoria e prática. Os projetos pedagógicos foram desmembrados para as licenciaturas e bacharelados, com a elaboração de componentes curriculares comuns para os cursos de Formação de Professores. O regime acadêmico foi alterado de anual para semestral e em 2006, a fim de, entre outros objetivos pedagógicos, dinamizar a atuação docente e discente em sala de aula. Com a inauguração do Campus Arapiraca foram criados 16 novos cursos distribuídos em 11 bacharelados e 5 licenciaturas.

A atual administração também foi marcada pela ampliação do acesso à Universidade, com aumento expressivo na oferta de vagas. Em 2003 a UFAL ofertava 2.225 vagas, total que em 2007 foi de 2.707 no Campus A. C. Simões em Maceió e 640 no Campus Arapiraca, totalizando 3.347 vagas presenciais. Na modalidade de Educação a Distância, a UFAL possui atualmente 500 alunos no curso de Administração e 734 alunos no curso de Pedagogia, totalizando 1.234 estudantes. Em setembro foram matriculados mais 700 novos alunos dos cursos de Pedagogia, Física e Sistema de Informação, perfazendo um total de 1.939 alunos nesta modalidade.

As atividades também privilegiaram o acesso com concentração de esforços na promoção da inclusão social. Em 2004, de forma pioneira no Nordeste, a UFAL instituiu o sistema de cotas para a população afro-descendente e oriunda da escola pública, destinado a preencher 20% das

Relatório de Gestão 2007- 11

vagas em seus cursos de graduação alunado deste perfil, muitas vezes marginalizados no que diz respeito as oportunidades na rede pública de ensino superior. Em 2005 foram preenchidas 192 vagas nesta modalidade, em 2006 foram 440 no Campus Maceió e 81 no Campus Arapiraca. Em 2007 estes números aumentaram para 427 vagas no Campus Maceió e 92 no Campus Arapiraca.

As melhorias também chegaram aos espaços físicos da UFAL, por meio de um trabalho constante de adequação dos recursos disponíveis às necessidades físicas e estruturais. Atualmente, as salas de aula possuem cadeiras estofadas e as unidades acadêmicas e salas de multimídias dos blocos 7, 13, 14 e 18 possuem TV, vídeo, projetor de multimídia e retroprojetor. Por todos os Campi, em especial em Maceió, prédios foram pintados e receberam inúmeras benfeitorias.

Em 2003, a UFAL contava com 12 cursos de mestrado. Entre 2004 e 2007 foram criados 6 novos cursos (Recursos Hídricos e Saneamento, Engenharia Química, Direito, Nutrição, Modelagem Computacional do Conhecimento e Ciências da Saúde), totalizando 18 mestrados, o que significa aumento significativo de 33% na oferta. O número de doutorados permaneceu em 3 (Letras, Física e Química e Biotecnologia), embora mereça destaque o fato de que no período estes cursos tenham se consolidado no cenário nacional, realizando intercâmbios com centros de excelência no Brasil e no Exterior.

Em cursos de especialização, os dados impressionam: no ano de 2003 a UFAL ofertava 5 cursos nesta modalidade, os quais passaram para 52 em 2007, representando aumento de 1.000%. Somem-se a estes números os 13 programas de Residência Médica, modalidade de pós-graduação voltada para médicos, existentes no Hospital Universitário Prof. Alberto Antunes (HUPAA). Com relação a bolsas de estudo, o saldo também é bastante positivo: em 2003 foram ofertadas cerca de 190 bolsas do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (Pibic) e em 2007 a oferta do Pibic foi de 350 bolsas nos campi de Maceió e de Arapiraca, todas para alunos da graduação mediante projeto de pesquisa supervisionado por professores orientadores.

Outra conquista neste ano de 2007 foram as 10 bolsas do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação em Desenvolvimento Tecnológico e Inovação (Pibiti), que pela primeira vez desde sua criação em 2006 foram oferecidas pela Universidade, em ação inédita coordenada pela equipe da PROPEP junto ao CNPq. Sensibilizada pela necessidade de disseminar uma cultura de inovação científica e tecnológica entre professores e alunos, a instituição aportou em julho recursos próprios para o financiamento de mais 9 bolsas, totalizando, assim, 19 bolsas Pibiti.

O total de grupos de pesquisa, 109 em 2003, saltou para 191 em 2007, numa clara demonstração do trabalho em busca da melhoria dos indicadores de produtividade científica. Projetos estratégicos de pesquisa e inovação foram desenvolvidos, muitos deles com o fomento de agências como o CNPq, Capes e Finep, sendo que entre eles destacam-se o da Agência Ciência Alagoas, o Programa Casadinho do CNPq, a Estação de Recepção de Imagens do Satélite Meteosat - 8, o Núcleo de Inovação Tecnológica (NTI), além de fomentos diversos como edições do CT-Infra da Finep, o Pronex do CNPq e o Procad, Programa Nacional de Cooperação Acadêmica, da Capes.

Em 2003, o quadro docente da UFAL era composto de 799 professores efetivos, sendo 293 (36,67%) doutores e 279 (34,91%) mestres. Em 2007, o quadro docente da UFAL é composto por 912 professores efetivos, sendo 443 (48,50%) doutores e 308 (34%) mestres. Um aumento substancial no número de professores doutores. Isso implicou no aumento de produtividade nas atividades de pesquisa (publicações, projetos de pesquisa, grupos de pesquisa, etc.) dentro da Instituição.

Já o quadro funcional é composto por 1.385 técnico-administrativos. Público que durante a atual gestão da UFAL teve amplificado o acesso à diversas atividades de capacitação e qualificação, além de serviços de saúde por meio de atendimento no HUPAA reforçando o compromisso com a gestão de pessoas e a valorização dos servidores da Universidade. Muitas destas atividades de qualificação e capacitação de pessoas são realizadas em parceria com a

Relatório de Gestão 2007- 12

assessoria técnica do gabinete da reitora, comprovando o acompanhamento da administração central rumo à integração e ao desenvolvimento de competências.

Para atender a demanda por qualificação profissional foi desenvolvido de 2003 a 2007 um amplo Programa de Capacitação, jamais antes visto na Universidade, com ofertas de atividades nos campos da capacitação técnica, do desenvolvimento de equipes e no desenvolvimento gerencial, atendendo 3.863 servidores. Em número de atividades, 283 foram realizadas no Campus A.C. Simões e 129 se deram em espaços fora do Campus de Maceió, totalizando 412 eventos. Importante ressaltar que, deduzindo-se número de servidores que participaram de mais de um treinamento, chega-se ao total de 1.995 funcionários capacitados pelo Programa.

Para se ter uma idéia da evolução financeira da UFAL, fruto de uma gestão baseada em resultados e centrada em investimentos prioritários, em 2004 o orçamento da Universidade em termos de Recursos do Tesouro (OCC) foi de R\$ 8 milhões e 800 mil reais. Em 2005, estes valores subiram para R\$ 13 milhões e 965 mil, aumentando em 2006 para R\$ 19 milhões e 100 mil reais e para R\$ 22 milhões 379 mil em 2007. Ressalte-se que financeiramente uma importante injeção de recursos conquistada na atual gestão foram os aplicados no projeto de interiorização, por meio de convênio com o Ministério da Educação. Quanto aos investimentos em obras e melhorias, o Orçamento do Tesouro que previa parcos R\$ 100 mil em 2003, passou para R\$ 812 mil em 2004 e saltou para R\$ 3 milhões e 667 mil em 2007, devido a significativa ampliação no número de alunos formados pela instituição.

Em decorrência deste aporte de recursos, a gestão pode investir em obras e ações de modernização. Entre estes projetos consolidados, medidas estruturantes, com décadas de atraso por conta dos baixos investimento e manutenção garantidas pelo Governo Federal, como as obras para a coleta de água pluvial no Campus A. C. Simões (), a recuperação de auditórios, aquisição de novos equipamentos como computadores e material permanente para laboratórios, a modernização da Biblioteca Central da UFAL, com informatização do sistema de consulta ao acervo bibliográfico por meio do software *Pergamum* e aquisição de mais de 2.000 novos títulos, além de projetos na área de informática como melhorias no sistemas de conectividade e elaboração do Projeto RAAVE (Rede Alagoana de Alta Velocidade), rede própria de fibra ótica em parceria com a Ceal, a Fapeal e o Cefet-AL.

Com a interiorização, incentivada pelo Programa de Expansão da Educação Superior Pública elaborado pelo Ministério da Educação, foram contratados 58 docentes e 11 técnico-administrativos, e há a expectativa de autorização para a contratação de mais 41 docentes e novos técnicos. Dezesesseis cursos são oferecidos no Campus de Arapiraca e em seus Pólos, com concurso vestibular para de 640 novos alunos por semestre e capacidade para que 2.560 estudantes se insiram em atividades de ensino, pesquisa e extensão.

Entre os cursos ofertados com a interiorização da UFAL estão as graduações em Administração, Agronomia, Arquitetura, Biologia, Ciência da Computação, Educação Física, Enfermagem, Física, Matemática, Química, Zootecnia, Serviço Social, Psicologia, Turismo, Engenharia de Pesca e Medicina Veterinária.

Portanto, todas essas ações, que fazem parte dos Programas e Ações do Governo Federal, refletiram no aumento na oferta de cursos (graduação e pós-graduação) com a garantia da qualidade no ensino, êxito na interiorização, atividades de qualificação de técnicos e de aperfeiçoamento na gestão de pessoas, políticas voltadas para a classe estudantil e fomento a pesquisa e extensão, qualificando, dessa forma, essa gestão universitária.

3. ESTRATÉGIA DE ATUAÇÃO

A presença da Universidade Federal de Alagoas - UFAL no território alagoano, por meio de suas atividades de ensino, pesquisa, extensão e assistência, representa importante vetor de desenvolvimento de Alagoas, sobretudo por se tratar de um dos Estados que apresenta maiores indicadores de desigualdades do Brasil. Mas, ao mesmo tempo, significa enfrentar enorme desafio para exercer plenamente a sua missão social neste contexto periférico, de grandes limitações e precariedades. Este cenário é evidenciado por indicadores sociais e econômicos preocupantes, como exemplificam alguns deles apresentados a seguir:

- ✍ Índice de Desenvolvimento Humano – IDH: 0,633 (IPEA, 2004) – o pior do Brasil;
- ✍ Renda *per capita*: US\$ 1.482 (IBGE-PNAD, 2002);
- ✍ Miserabilidade: 47% da população sobrevivem com renda abaixo de R\$ 88,00 por pessoa. (FGV, Mapa do Fim da Fome em Alagoas, 2003);
- ✍ 69,4% da população ativa recebem até um salário mínimo (IBGE, 2003);
- ✍ Índice de Desenvolvimento Humano – IDH: 0,633 (IPEA, 2004) – o pior do Brasil;
- ✍ Renda *per capita*: US\$ 1.482 (IBGE-PNAD, 2002);
- ✍ Miserabilidade: 47% da população sobrevivem com renda abaixo de R\$ 88,00 por pessoa. (FGV, Mapa do Fim da Fome em Alagoas, 2003);
- ✍ 69,4% da população ativa recebem até um salário mínimo (IBGE, 2003);
- ✍ Estado com maior proporção de pobres do Brasil: 62% (IPEA, 2004); concentração de renda (Gini = 0,571), a maior do Brasil;
- ✍ 70% de seus municípios entre os 20% com menor IDH do país;
- ✍ Mortalidade infantil: 45,9/1000 nascidos vivos (SEE/AL, 2004); 92,8% no município de Campo Alegre, pior que Benin, Gabão, Ruanda;
- ✍ Acesso à água encanada: 37,6%: a segunda menor do país; coleta e tratamento de esgoto: 14,1%, o pior índice do Brasil (PNAD, 2004);
- ✍ Trabalho infantil não remunerado: 71,9% do total de crianças em trabalho, de 5 a 17 anos; (IBGE-PNAD, 2001);
- ✍ Analfabetismo: 32,1% (PNAD, 2003);
- ✍ Insuficiente formação/qualificação docente da rede pública municipal e estadual: 20.000 professores (CEE-AL/Gazeta de Alagoas, 22/02/2004);
- ✍ Exclusão digital: 94,5% da população (PNAD, 2004).

Entretanto, trata-se de um dos menores Estados brasileiros - com 27.818,5 km² e 2.822.621 habitantes (IBGE, 2000) – fato que poderia beneficiá-lo, por sua menor escala física de problemas. Além disso, apresenta grandes potencialidades naturais (patrimônio ambiental), sociais (diversidade, patrimônio cultural, população cordial e trabalhadora) e econômicas (recursos naturais, agroindústrias, razoável infra-estrutura física). São potencialidades pouco ou inadequadamente exploradas, revelando um quadro persistente de exclusão social, econômica e política, marcado, especialmente, pelo baixo grau de escolaridade e baixa qualificação profissional dos seus habitantes, o que reforça a falta de oportunidades para a maioria e ressalta o papel da educação como estratégia de mudança. A interiorização da UFAL para as diversas sub-regiões deste estado proporcionará a mobilidade social de seus habitantes, além de alavancar o desenvolvimento dos diferentes segmentos.

A UFAL encontra-se num momento privilegiado, tanto em termos de conjuntura externa quanto de conjuntura interna, para consolidar, ampliar e aprofundar um processo de transformação já em curso. Os indicadores da UFAL, em geral, são ótimos em relação à média do conjunto das IFES. Após mais de três décadas de crescimento muito baixo (1970 - 2003), a UFAL, nos últimos anos (2004 - 2007), conseguiu aumento significativo de 48% na oferta de vagas no vestibular e, por meio de outras ações, incremento substancial no número de estudantes. Hoje, a nossa relação aluno/professor é de cerca de 17:1. Em 2006, a UFAL iniciou sua expansão para o interior do Estado de Alagoas, inaugurando o Campus Arapiraca com 16 cursos todos presenciais

diurno, totalizando 640 vagas anuais, reafirmando, assim, o papel da Universidade enquanto importante instrumento de desenvolvimento estadual e regional. Entretanto, esse avanço quantitativo não chega a alcançar o limite de expansão possível para a UFAL, na medida em que espaços e equipamentos destinados ao ensino permanecem predominantemente ociosos no período noturno.

Em abril de 2007, o governo federal lançou o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI), cujas orientações estão contidas no PNE e no Decreto Nº 6.096/97 de 24 de abril de 2007, trata-se, de fato, de um **Plano de Desenvolvimento Institucional** (PDI) que reconhece as possibilidades e potencialidades no atual estágio de desenvolvimento da UFAL bem como as oportunidades que se abrem, propondo as linhas de desenvolvimento necessárias para a sua reestruturação e expansão. A interlocução do Ministério a Educação, representado pela sua Secretaria de Educação Superior (SESu), com a Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior (ANDIFES) e com o conjunto das IFES, contribuiu, substancialmente, para o delineamento do programa apresentado pelo MEC.

Em setembro de 2007, a UFAL realizou a eleição de Reitor e Vice-reitor para o quadriênio 2007/2011, confirmando o nome da Reitora Ana Dayse Rezende Dorea e o vice-reitor Eurico de Barros Lobo Filho na permanência na administração superior da Instituição.

Em relação à dimensão social, a UFAL possui uma série de programas entre eles, estão: o Programa de Ações Afirmativas para Afro-descendentes e o Programa Conexões de Saberes. O Programa de Políticas Ações Afirmativas para Afro-descendentes no Ensino Superior na UFAL é constituído de um conjunto de ações com o objetivo de eliminar desigualdades sociais históricas. Este programa dentro de suas ações instituiu o sistema de cotas para população afro-descendentes, oriunda de escolas públicas, no preenchimento de vagas relativas aos cursos de graduação. Dessa forma, este projeto tem como objetivo propiciar ações que viabilizem o acesso e permanência da população negra na UFAL. Após a sua aprovação pelos CONSUNI e CEPE, o programa ficou estruturado em 04 (quatro) sub-programas: 1- Políticas de Cotas, 2- Políticas de Acesso e Permanência, 3- Políticas Curriculares e de Formação de Professores e 4 – Políticas de Produção de Conhecimento. Esses 04 (quatro) sub-programas estão sendo coordenados por uma Comissão Permanente do Programa de Ações Afirmativas da UFAL.

A UFAL implantou a partir de 2005 o sistema de cotas para população afro-descendente, oriunda de escolas públicas, no preenchimento das vagas relativas aos cursos de graduação. Esta ação faz parte do Programa de Políticas de Ações Afirmativas para afro-descendentes no ensino superior na UFAL. A Universidade estabeleceu uma cota de 20% (vinte por cento) das vagas dos cursos de graduação para os candidatos que se enquadrarem como pretos ou pardos, ou denominação equivalente, conforme classificação do IBGE e que são oriundos exclusivamente de escolas de ensino médio públicas. O percentual definido será distribuído da seguinte forma: 60% (sessenta por cento) para as mulheres negras e 40% (quarenta por cento) para homens negros.

Dessa forma, o sistema de cotas da UFAL encontra-se no seu terceiro ano de funcionamento. No primeiro vestibular, das 445 vagas reservadas, apenas 194 foram preenchidas. Desses 194 aluno(a)s, 50 (cinquenta) participam do programa Brasil Afroatitude. O segundo vestibular com cotas reservou 530 vagas e aprovou 440 alunos. Em 2007, foram preenchidas 447 vagas no Campus A. C. Simões e 92 no Campus Arapiraca, totalizando 539 vagas.

O Programa “Conexões de Saberes” implantado na UFAL em 2006 tem como objetivo contribuir para a inclusão dos jovens das classes populares além de oferecer condições para a realização de atividades de formação dos universitários de modo a intervir nas demandas de sua comunidade de origem, identificando os problemas e propostas resolutivas que podem ser potencializadas pela articulação entre os saberes da experiência das comunidades e aqueles produzidos na academia. Esse programa se efetivou como mais um elemento das Políticas de

Ações Afirmativas contribuindo na construção de uma universidade que busca a excelência acadêmica com responsabilidade social.

Outro programa que tem contribuído para a inclusão de jovens de origem popular na UFAL é o Programa de Apoio ao Ensino do 2º Grau das Escolas Públicas do Estado – PAESPE. O mesmo foi idealizado para atender alunos populares matriculados nas 35 escolas públicas e moradores do entorno do campus universitário A. C. Simões da UFAL. O projeto tem por finalidade a educação, a qualificação profissional e emprego para jovens e adultos dessa comunidade, através da implantação de um programa de formação de recursos humanos na área das ciências exatas e naturais. De modo que esta proposta visa, basicamente, o desenvolvimento de ações contínuas de caráter educativo, cultural, científico e tecnológico para o Estado de Alagoas, antecipando demandas de tecnologias e estratégias claramente reconhecidas e analisadas.

Por outro lado, a UFAL possui apenas 11% alunos universitários de origem popular o que corresponde a aproximadamente 1.700 alunos matriculados. O aluno universitário de origem popular possui quatro características em comum: moram em bairros populares (favela, periferia ou subúrbio); têm pais com no máximo o ensino fundamental completo; renda familiar mensal de até três salários mínimos e são provenientes de escolas públicas. Faz-se necessário, portanto, construir estratégias para melhorar as condições de acesso de alunos de origem popular à Universidade seja através da ampliação de pré-vestibulares comunitários em bairros populares e/ou melhorar o nível de conhecimento e escolaridades de alunos da rede pública e capacitar professores da rede pública visando a melhoria da qualidade do ensino básico.

Houve uma evolução positiva da Extensão na UFAL, principalmente a partir de 2005, quando os dados demonstram um aumento significativo de todos os indicadores relacionados ao número de ações de extensão que, praticamente, dobrou em três anos. O número de alunos envolvidos em ações de extensão foi expressivo, passando 550 para cerca de 1.800. Verifica-se, entretanto, que mais de 90% dos nossos alunos concluem seus cursos sem nunca vivenciarem uma experiência em projetos de Extensão. Considerando a extensão como fundamental na formação de profissionais cidadãos contextualizados com a realidade social da sua profissão, é fundamental estabelecer metas para incluir a totalidade dos alunos de graduação da UFAL e, inclusive, da pós-graduação, em atividades de extensão.

A população atendida em ações de extensão mostra que a Universidade está cada vez mais próxima na sociedade. Em 2007, 113.147 mil pessoas participaram de cursos, eventos e projetos de extensão contra 31.917 mil em 2004, constatando um aumento de mais de 300%. Houve um pequeno aumento do número de professores e técnicos envolvidos em ações extensionistas, embora - no caso de professores - o número atual corresponda a, aproximadamente, 30% do total, que pode ser considerado um valor alto entre as Universidades Brasileiras. O número de bolsas de extensão também aumentou de 60 para 172, o que demonstra o compromisso institucional para a estruturação e efetivação das ações extensionistas, tendo em vista a proposta de permanência dos alunos de origem popular na UFES.

De acordo com o Plano Nacional de Extensão Universitária, a política de extensão da UFAL volta-se para a participação dos movimentos sociais, priorizando ações que visem à superação das atuais condições de desigualdade e exclusão existentes no Brasil. Além de produzir conhecimentos e fomar recursos humanos, a Universidade pode intensificar a sua estratégia de conexões com a sociedade atuando, efetivamente, nas frações da questão social. Nesse sentido, vale considerar que, nos últimos anos, tem se delineado um quadro preocupante que requer prioridade de atendimento às comunidades residentes em favelas situadas na área vicinal ao seu Campus.

Vale ressaltar que, as condições de vida verificadas nestas localidades são de extrema miséria, o que por si justifica a implementação de ações que, de alguma forma, contribuam para melhorar a qualidade de vida dessas populações. A constatação da fraca articulação comunitária

remete a necessidade de realizar um trabalho voltado para a mobilização, organização e participação coletiva, constituindo-se em estratégia capaz de elevar a auto-estima e de contribuir para o processo de cidadania, entendida pelo conjunto de direitos (social, político e civil) do cidadão e, deste modo, despertando-os para desempenhar o seu efetivo papel na sociedade. Em consonância com as ações governamentais em níveis: local, estadual e federal, a UFAL reafirma sua missão social e o seu dever fundamental de atuar sobre o seu meio de inserção, contribuindo para a sua transformação e seu desenvolvimento, através de suas múltiplas dimensões: social, cultural, econômica, ambiental, espacial, política, entre outras, garantindo o caráter de unidade.

No que concerne as articulações da extensão com os demais níveis de ensino, seguem as seguintes considerações:

1) No item inclusão social da dimensão Compromisso Social da Universidade, o projeto contempla a articulação com o ensino médio através da preparação de alunos de origem popular, melhorando as condições de competição ao acesso desses alunos ao ensino superior. O projeto contempla também a melhoria da qualidade da educação básica através da capacitação de professores das redes públicas estaduais e municipais. Como estratégias serão ampliados os programas de Formação Continuada do Centro de Educação da UFAL e pela ampliação do Programa Pró-letramento de Matemática e do Programa de Pró-letramento de Alfabetização e Linguagem.

2) A articulação com a graduação está contemplada na política de extensão pela inclusão da quase totalidade dos alunos de graduação em ações de extensão a partir da reestruturação da dimensão extensão no Projeto Pedagógico de cada curso como parte acadêmica indissociável entre o ensino e a pesquisa. Para isso, os Projetos Pedagógicos dos Cursos serão reformulados no que concerne às seguintes questões: as demandas sociais de cada curso; como os cursos se relacionarão com a sociedade; os impactos sociais das disciplinas; e como os alunos participarão das atividades de extensão;

3) Admitimos que o compromisso social requerido na graduação seja também requerido nos cursos de pós-graduação pela inclusão da dimensão extensionista nos projetos pedagógicos desses cursos no sentido de estabelecer a responsabilidade e os impactos sociais das pesquisas realizadas pela universidade. Um exemplo desta política pode ser constatada pelo Programa PIBIP-AÇÃO.

b) Restrições estruturais, deficiências de pessoal, limitações orçamentário-financeiras e outras que, em seu conjunto, levaram à opção por um determinado caminho, em detrimento de outros. Em suma trata-se de discutir os principais aspectos que influenciaram no processo decisório e explicitar a forma desta influência.

A gestão acadêmica e administrativa é um fator estratégico de sucesso em qualquer tipo de organização universitária. O crescimento e amadurecimento da Universidade Federal de Alagoas - UFAL, somados à complexidade da situação em que as universidades públicas vivem, conformam um momento propício e necessário para a implantação de uma gestão por resultados que possa garantir a instalação e o desenvolvimento de um processo de mudança organizacional capaz de posicionar estrategicamente a UFAL dentre as IFES de excelência.

A preocupação das universidades brasileiras com qualidade total de seus serviços é cada vez maior. Em alguns casos, prende-se ao fato de que órgãos de fomento e de financiamento exigem aperfeiçoamento contínuo do pessoal vinculado à instituição em que serão alocados os recursos. Dessa forma, as universidades estão despertando para a necessidade de começar a buscar a qualidade nas suas diversas unidades, como forma de atender adequadamente à comunidade a que servem. A qualidade é o resultado do envolvimento de todos na busca da perfeição crescente e na renovação das causas verdadeiras dos problemas que comprometem o desempenho organizacional.

A Universidade Federal de Alagoas é uma instituição federal de ensino superior, sob forma de autarquia, dotada de personalidade jurídica e com autonomia didática, científica, disciplinar, administrativa e financeira nos termos da legislação federal, tendo como objetivo fundamental cultivar o saber em suas várias formas de conhecimento, puro e aplicado, propõe-se a:

Relatório de Gestão 2007 - 17

- a) ministrar ensino para formação de profissionais e especialistas indispensáveis ao desenvolvimento sócio-econômico de Alagoas, da Região Nordeste e do País;
- b) promover a pesquisa, estimulando o trabalho criador nos campos das ciências, das letras e das artes;
- c) estender à comunidade os seus recursos de ensino e pesquisa, visando aos fins explicitados nas alíneas anteriores;
- d) contribuir para a formação de uma consciência cívica nacional, com base em princípios de ética e de respeito à dignidade da pessoa humana e em consonância com os anseios e tradições do povo brasileiro.

A Universidade Federal de Alagoas - UFAL encontra-se em um momento privilegiado, tanto em termos de conjuntura externa quanto de conjuntura interna, para consolidar, ampliar e aprofundar um processo de transformação já em curso, que consiste no desenvolvimento das suas atividades finalísticas.

Desde 1996, a UFAL vem discutindo uma nova estrutura na qual aboliam-se os centros e departamentos instituindo-se as unidades acadêmicas. As unidades acadêmicas, organizadas por áreas de conhecimento, realizaram as atividades de ensino, pesquisa e extensão da Universidade, administrando-as de modo autônomo, observadas as diretrizes emanadas do Conselho Universitário e a supervisão geral da Reitoria.

O novo Estatuto da UFAL, aprovado pela Portaria do MEC Nº 4.067, de 29 de Dezembro de 2003, estabeleceu os critérios para que um centro (ou mesmo departamento) pudesse se tornar uma unidade acadêmica: ter em seu quadro de docentes, pelo menos, 1/3 (um terço) de seu total efetivo com titulação de mestrado ou doutorado; ter em seu quadro de docentes, metade do efetivo em regime de tempo integral; oferecer, no mínimo, 1 (um) curso de graduação; oferecer curso de pós-graduação *Lato Sensu* ou *Stricto Sensu*, com ofertas permanentes e regulares; ter grupo de pesquisa institucionalizado; ter programa de extensão institucionalizado e dispor de infraestrutura adequada para o desenvolvimento de suas atividades.

Em 2006, foram aprovadas pelo Conselho Superior 21 (vinte e uma) unidades acadêmicas bem como a reestruturação das demais unidades administrativas da UFAL. No estatuto também ficaram estabelecidas as atribuições de responsabilidade de uma unidade acadêmica, além de outras definidas em seu Regimento Interno, e no âmbito de sua competência. Atualmente, verifica-se a necessidade de criar nas Unidades Acadêmicas ambientes favoráveis ao aperfeiçoamento e à sensibilização para a construção de uma cultura voltada para resultados e para a busca contínua de melhoria no atendimento as necessidades da comunidade universitária. Mas, ao mesmo tempo em que a UFAL implantou um modelo organizacional moderno o Governo Federal não aportou quantidade maior de gratificações (CD's e FG's) e nem vagas novas para técnico-administrativos nas profissões necessárias ao pleno funcionamento dos setores. Neste ponto, a UFAL ficou prejudicada e muitas unidades tiveram desempenho abaixo do esperado, sem lideranças capazes de criar um ambiente proativo como o momento exige.

O gerenciamento das instituições públicas federais atende a um conjunto de legislação que disciplina a execução financeira e utiliza sistemas como o SIAFI, SIASG, SIMEC conhecidos por todos pela sua vinculação no desempenho das tarefas cotidianas. O cumprimento da legislação acontece com a criação de programas adaptados às normas vigentes e executados pelas empresas públicas. Como se tratam de sistema, máquinas, é necessário que haja instruções claras e eficientes para a sua operacionalidade a fim de que seus usuários conheçam bem as particularidades dos programas que são implantados, alterados com bastante frequência. A ausência de treinamento às pessoas que operam com os sistemas reflete negativamente nos demais relatórios da instituição. Capacitação de pessoal torna-se imprescindível para melhor desempenho das tarefas na área meio das instituições federais de ensino superior.

As instituições públicas de modo geral não apresentam recursos financeiros disponíveis, tendo em vista que a liberação pelo órgão superior só se dá após a apropriação dos processos

liquidados. A gestão dos recursos financeiros atende às normas da STN, seja através da execução financeira ou registro contábil. Todos recursos recebidos são originários das apropriações no CPR de despesas efetivadas por esta Universidade. A administração financeira está pautada no planejamento da receita e despesas orçadas e aprovadas pela SPO/MEC. Um dos problemas que afeta o gerenciamento dos recursos é o atraso na liberação para quitação das dívidas contraídas com fornecedores, principalmente aqueles que mantêm contrato continuado de serviços essenciais, e se manifestam favoráveis a cobrança de multa e juros por atraso no pagamento das faturas.

Os recursos orçamentários ou financeiros destinados às instituições públicas estão sempre obedecendo a calendário e condições do órgão superior. Quanto aos recursos próprios há algumas dificuldades no gerenciamento orçamentário. Quase sempre a arrecadação é maior que o orçamento liberado nessa Fonte. Isso impacta a administração tendo em vista que se tem o financeiro, porém falta o orçamentário. O gestor tem projetos a executar, entretanto, fica engessado sem alternativa para desenvolver atividades meio e alcançar seus objetivos conforme planejado. A execução orçamentária ocorrerá após liberação pelo Ministério do Planejamento e SPO/MEC. O financeiro, por uma Coordenação do MEC, que depende da secretaria do Tesouro Nacional. Nem sempre o Tesouro libera o montante solicitado pela coordenação financeira, tendo em vista que ele soma todos os saldo das instituições vinculadas ao MEC e deduz do total apresentado.

Um enorme problema de gestão financeira são os aportes de recursos nas modalidades de descentralização e convênios realizados pelos Ministérios (Ministério da Educação, Ministério da Saúde, Ministério da Saúde, Ministério da Ciência e Tecnologia, etc.) nos últimos meses do ano fiscal. Alguns desses aportes inteiramente novos, sem previsão orçamentária prévia, não sendo possível adiantar processos licitatórios. Daí, os gestores vivem o dilema de garantir os recursos tão necessários ao cumprimento da missão institucional, rebatendo diretamente na sociedade, ou devolver ao órgão repassador. Isso tem sido constante ao longo dos anos. Por outro lado, os órgãos repassadores colocam a culpa às suplementações orçamentárias que saem do Congresso Nacional nos últimos dias do ano fiscal. Este é ponto de tensão permanente com os órgãos de fiscalização e controle. A solução tem que acontecer para o bem da sociedade.

As exigibilidades a curto e longo prazo são exaradas no sistema SIAFI e conseqüentemente nos relatórios financeiro e contábil da Instituição. Entretanto, no início do ano aparecem despesas liquidadas no exercício anterior que não foram apropriadas. As causas que acarretam esse problema são serviços não concluídos, mercadoria que não foi entregue no almoxarifado e atrasos na entrega dos processos em tempo hábil no setor competente, bem como agilidade na conferência, atesto e liberação das notas fiscais e faturas pelos setores envolvidos, gerando conseqüência em restos a pagar processados e não processados. Surgem também, algumas despesas que por alguma razão deixaram de ser empenhadas em tempo hábil e vão para reconhecimento de dívida.

Mais uma vez, em 2007, a UFAL enfrentou sérias dificuldades de origem orçamentária e financeira. Isso devido ao atraso nos repasse dos recursos descentralizados. O orçamento inicial aprovado na LDO previsto para 2007 é explicitado no **Quadro 01**.

Relatório de Gestão 2007- 19
Quadro 01 – Detalhamento do Orçamento Inicial do Ano de 2007

TIPO DE DESPESA	Tesouro (R\$)	Outras Fontes (R\$)	Totais (R\$)	(%)
PESSOAL	234.324.127,00	-	234.324.127,00	84,55%
Ativo	124.866.053,00		124.866.053,00	
Inativo/Pensionista	83.928.400,00		83.928.400,00	
Contr. da União suas Autarquias p/ Custeio Previdências	25.529.674,00		25.529.674,00	
OUTRAS DESPESAS CUSTEIOS E CAPITAL	39.576.339,00	3.227.519,00	42.803.858,00	15,45%
BENEFICIOS	5.080.555,00		5.080.555,00	(1,84%)
Assistência pré-escolar	311.059,00		311.059,00	
Auxílio transporte	1.319.881,00		1.319.881,00	
Auxílio alimentação	3.449.615,00		3.449.615,00	
OUTRAS ATIVIDADES	34.495.784,00	3.227.519,00	37.723.303,00	(13,61%)
Ampliação do acervo bibliográfico	680.000,00		680.000,00	
Moderniz. e rec. da infraestrutura física	3.730.887,00	644.158,00	4.375.045,00	
Assist. educando ensino de graduação	0,00	700.000,00	700.000,00	
Func. Dos cursos de graduação	17.654.828,00	1.883.361,00	19.538.189,00	
Func. Dos cursos de pós-graduação	107.400,00		107.400,00	
Expansão do ensino superior	7.116.350,00		7.116.350,00	
Emendas parlamentares	5.000.000,00		5.000.000,00	
Capacitação dos servidores públicos	206.319,00		206.319,00	
Total Geral	273.900.466,00	3.227.519,00	277.127.985,00	100%

Fonte: CPOF/PROGINST

O orçamento total executado na UFAL, no exercício de 2007, está detalhado no **Quadro 02**.

Quadro 02 – Detalhamento do Orçamento Executado do Ano de 2007

TIPO DE DESPESA	Tesouro (R\$)	Outras Fontes (R\$)	Totais (R\$)	(%)
PESSOAL	259.540.133,52	-	259.540.133,52	86,08%
Ativo	128.666.791,00		128.666.791,00	
Inativo/Pensionista	81.306.088,48		81.306.088,48	
Contr. da União suas Autarquias p/ Custeio Previdências	49.567.254,04		49.567.254,04	
OUTRAS DESPESAS CUSTEIOS E CAPITAL	39.137.485,59	2.830.931,84	41.968.417,43	13,92%
BENEFICIOS	5.522.582,12		5.522.582,12	(1,84%)
Assistência pré-escolar	241.460,12		241.460,12	
Auxílio transporte	1.691.507,00		1.691.507,00	
Auxílio alimentação	3.589.615,00		3.589.615,00	
OUTRAS ATIVIDADES	33.614.903,47	2.830.931,84	36.445.835,31	(12,08%)
Ampliação do acervo bibliográfico	679.997,35		679.997,35	
Moderniz. e rec. da infraestrutura física	3.730.589,91	10.821,29	3.741.411,20	
Assist. educando ensino de graduação		694.450,80	694.450,80	
Func. dos cursos de graduação	17.074.606,15	2.125.659,75	19.200.265,90	
Func. dos cursos de pós-graduação	107.400,00		107.400,00	
Expansão do ensino superior	7.116.299,68		7.116.299,68	
Emendas parlamentares	4.699.694,73		4.699.694,73	
Capacitação dos servidores públicos	206.315,65		206.315,65	
Total Geral	298.677.619,11	2.830.931,84	301.508.550,95	100%

Fonte: CPOF/PROGINST

4. GESTÃO DE PROGRAMAS E AÇÕES

O planejamento governamental se caracteriza por um conjunto de conceitos, estruturas e procedimentos, cujo principal objetivo é implementar as decisões governamentais voltadas para o desenvolvimento econômico e social do País.

Para assegurar que os problemas e demandas da sociedade sejam adequadamente enfrentados, foi estabelecido o modelo de gestão do tipo orçamento-programa. A atual estrutura do **Relatório de Gestão**, visto sob a ótica da avaliação, ocupa posição fundamental à medida que busca o aperfeiçoamento contínuo da concepção e a implementação dos programas e ações, com o objetivo de atingir os resultados esperados. Todavia, sintetizar e relatar as 36 (trinta e seis) ações desenvolvidas pela Universidade Federal de Alagoas, constituiu-se uma difícil tarefa devido aos seguintes fatores:

- ✍ Mudança na estrutura do relatório de gestão somente apresentado no mês de dezembro de 2007 de acordo com a Portaria CGU N° 1950, de 28 de Dezembro de 2007;
- ✍ Não houve tempo hábil para capacitar os coordenadores das ações na elaboração dos relatórios, ressaltando os resultados obtidos e seu impacto social;
- ✍ A relação das financiadoras externas é direta com os coordenadores, dificultando o acompanhamento dos projetos aprovados pela Instituição;
- ✍ Necessidade de um sistema informatizado que acompanha mensalmente os resultados das ações e, por tabela dos projetos que a compõem.

Vale ressaltar, por exemplo, que o Ministério da Educação (MEC) repassa recursos orçamentário-financeiros para projetos de extensão orçados em um ano para execução no ano seguinte, o que resulta em conflitos internos para a devida adequação administrativa. Por outro lado, a UFAL vem em processo de informatização de suas rotinas (processos) administrativos para controlar todas as suas atividades e ter um banco de dados consistentes e de rápido acesso às informações. O Sistema de Informações para o Ensino (SIE) é este sistema e está a 50% de sua implantação, motivo pelo qual diversas informações para o referido relatório tiveram que ser ainda garimpadas nos diversos órgãos da Instituição.

4.1. Programas

4.1.1. Programa 0089 – Previdência de Inativos e Pensionistas da União

4.1.1.1. Dados gerais

Tabela 03 – Dados Gerais do Programa 0089

Tipo de programa	Finalístico
Objetivo geral	Assegurar os benefícios previdenciários legalmente estabelecidos aos servidores inativos da União e seus pensionistas e dependentes
Gerente do programa	---
Gerente executivo	---
Indicadores ou parâmetros utilizados	Taxa de Comprometimento da Receita Líquida da União
Público-alvo (beneficiários)	Servidores públicos federais titulares de cargo efetivo, servidores inativos, dependentes e pensionistas

4.1.1.2. Principais Ações do Programa

4.1.1.3. Gestão das Ações

4.1.1.3.1. Ação 0181 – Pagamento de Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis

4.1.1.3.1.1. Dados gerais

Tabela 04 – Dados Gerais da Ação 0181

Tipo	Operações Especiais
Finalidade	Garantir o pagamento devido aos servidores civis inativos do Poder Executivo ou aos seus pensionistas, em cumprimento às disposições contidas em regime previdenciário próprio.
Descrição	Pagamento de proventos oriundos de direito previdenciário próprio dos servidores públicos civis do Poder Executivo ou dos seus pensionistas, incluídas a aposentadoria/pensão mensal, a gratificação natalina e as eventuais despesas de exercícios anteriores.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	Pró-Reitoria de Gestão de Pessoas e do Trabalho - PROGEP
Unidades executoras	Departamento de Administração de Pessoal - DAP
Áreas responsáveis por gerenciamento ou execução	Departamento de Administração de Pessoal - DAP
Coordenador da ação	Maria Goretti Cerqueira de Medeiros Marques*

* Coordenadora local da referida ação na UFAL.

4.1.1.3.1.2. Resultados

A UFAL concede as aposentadorias e pensões de acordo com as normas legais vigente. Portanto, o Departamento de Administração de Pessoal (DAP) necessita de uma maior orientação, por meio de cursos periódicos, tendo em vista a complexidade do SIAPE e da legislação e suas constantes alterações, a fim de que possa cumprir bem as normas legais, bem como evitar erros que pode prejudicar o servidor, a Instituição ou a União.

Tabela 05 – Metas físicas da ação 0181

2007	
Previstas	Realizadas
1.804	1.669

Tabela 06 – Metas financeiras da ação 0181

2007	
Previstas	Realizadas
81.306.089,00	81.306.088,48

Tabela 07 – Recursos vinculados a financiamento externo e/ou cooperação técnica internacional

Discriminação (código do projeto, descrição finalidade e organismo financiador)	Custo Total	Empréstimo contratado (ingressos externos)		Contrapartida nacional	Valor das transferências de recursos*			Em caso de não se ter atingido a conclusão total ou de etapa	
		Previsto	Realizado		Motivo	Valor no ano	Valor acumulado no projeto	Motivos	Providências adotadas para correção
Pagamentos de Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis	81.306.088,48	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	81.306.088,48	81.306.088,48	Não se aplica	Não se aplica

4.1.2. Programa 0310 – Gestão da Política de Desenvolvimento Urbano**4.1.2.1. Dados gerais****Tabela 08 – Dados Gerais do Programa 0310**

Tipo de programa	Finalístico
Objetivo geral	O momento atual requer nova forma de atuação do Estado, em que as atividades de planejamento, coordenação e gestão das ações governamentais assumem especial relevância na formulação, na avaliação, no reordenamento e no controle dos programas finalísticos.
Gerente do programa	---
Gerente executivo	---
Indicadores ou parâmetros utilizados	---
Público-alvo (beneficiários)	Governo

4.1.2.2. Principais Ações do Programa**4.1.2.3. Gestão das Ações****4.1.2.3.1. Ação 1B00 – Implantação do Sistema Nacional de Informações das Cidades****4.1.2.3.1.1. Dados gerais****Tabela 09 – Dados Gerais da Ação 1B00**

Tipo	Direta
Finalidade	Fortalecer a capacidade do Ministério das Cidades de produzir, disponibilizar e compartilhar dados e informações municipais com atores urbanos - poder público, parceiros e sociedade. Dotar o município de condições para viabilizar formulação, gestão e acompanhamento de políticas públicas locais.
Descrição	Levantamento de necessidades de informação, obtenção e produção de dados e informações, organização e recuperação de dados e informações por meio de sistema de informações geográficas, disseminação de informações por meio da Web e modos tradicionais (documentos impressos). Desenvolvimento do SIG - Sistema de Informação Geográfica, baseado em software livre, para apoiar os municípios em suas políticas públicas. Sistematização e disponibilização de informações dos programas e ações executados pelo Ministério das Cidades, tanto para consultas internas quanto para externas.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	Pró-Reitoria de Extensão – PROEX
Unidades executoras	Instituto de Geografia. Desenvolvimento e Meio Ambiente - IGDEMA
Áreas responsáveis por gerenciamento ou execução	Pró-Reitoria de Extensão – PROEX
Coordenador da ação	Silvana Quintella Cavalcanti Calheiros*

* Coordenadora local da referida ação na UFAL.

4.1.2.3.1.2. Resultados

Para o planejamento da cidade seja efetivado é importante o conhecimento da realidade urbana, dos problemas existentes, e das possíveis soluções. Quanto melhor subsidiado, melhores serão as soluções. Assim, avaliar a dimensão dos problemas e as inter-relações existentes irá proporcionar a construção de políticas públicas mais bem fundamentadas.

Para Maricato (2001, p. 69-71) alguns pressupostos permitem criar um novo modo de planejar e gerir a cidade de forma que contrarie o rumo predatório. Seja através da criação de uma nova consciência da cidade real por meio de indicadores de qualidade de vida, com o objetivo de iluminar sua face oculta, ilegal e segregada. É o conhecimento científico da cidade a partir de alguns indicadores e sua evolução, de forma a permitir saber de seu território e medir a evolução de uma comunidade espacialmente localizada.

Ao conhecer o problema e as prioridades, estar-se-á fornecendo subsídios para as escolhas, onde cidadão e governo em um processo participativo de planejamento urbano passam a ter os recursos necessários para objetivar suas escolhas (ALENCAR, 2007).

A primeira fase do planejamento é a avaliação da situação e identificação dos problemas, para então fixar objetivos e prioridades (IPEA; INFURB, 2001, p.166). Neste caso, o conhecimento da problemática existente torna-se elemento fundamental para a ação de planejar, ou seja, quanto melhor subsidiado, quanto melhores forem às informações levantadas, melhores serão as soluções propostas.

Como para melhor decidir é importante o conhecimento da realidade e das soluções existentes “(...) podemos encarar o processo de manipulação de dados num sistema de informação geográfica como uma forma de produzir diferentes hipóteses sobre o tema de estudo” (INPE, 2005).

A análise espacial trata os dados geográficos que possuem localização expressa em coordenadas através de um mapa, sendo estes: atributos, descritivos e/ou qualitativos. Para este tipo de análise é importante descobrir e representar o relacionamento entre os dados espaciais (INPE, 2005). A análise de padrões espaciais em mapas é o principal objetivo da maioria das aplicações de ciências naturais nos Sistemas de Informação Geográfica. Uma das principais ferramentas dos SIGs é a modelagem de mapas. Segundo Meirelles (1997, p.36) os projetos que utilizam um SIG têm por objetivo “a combinação de dados espaciais advindos de diversas Fontes distintas, a fim de descrever e analisar as interações, fazer previsões através de modelos e propiciar o suporte necessário para a tomada de decisão”.

Um dos aspectos mais importantes do uso das geotecnologias é o potencial dos SIGs em produzir novas informações a partir de um banco de dados geográficos. Tal capacidade é fundamental para aplicações como ordenamento territorial e estudos de impacto ambiental, caso em que a informação final deve ser deduzida e compilada a partir de levantamentos básicos. Também é muito relevante em estudos sócio-econômicos, quando desejamos estabelecer indicadores que permitam uma visão quantitativa da informação espacial. (ALENCAR, 2007).

O conhecimento de geoprocessamento, de Cartografia e de Sistemas de Informações Geográficas, passa ser a aquisição do instrumental necessário às análises espaciais possibilitam à administração municipal um melhor conhecimento de seu território e uma melhor gestão de seus problemas e potencialidades. O passo inicial é a formação de um quadro funcional capacitado para trabalhar com esse instrumental. E dentre as tecnologias em uso estão os softwares de SIG disponíveis de forma gratuita, como o sistema *TerraView*, que permitem o uso das ferramentas de geotecnologias com importante alcance analítico, possibilitando a formação de bancos de dados gráficos e atributivos dos territórios municipais, subsídios importantes para o planejamento urbano e formulação de políticas públicas democráticas.

O projeto intitulado “Capacitação de Técnicos de Municípios Alagoanos em Geoprocessamento” busca por meio da participação da extensão universitária junto aos governos locais ampliar a capacidade gestora municipal através do conhecimento de aplicação de

Relatório de Gestão 2007- 24

geotecnologias em ações de planejamento e monitoramento territorial. Trata-se de um programa de capacitação a ser executada para municípios do Estado de Alagoas e compreenderá treinamentos, que serão ministrados em três municípios, com existência de Campus da UFAL (Maceió, Arapiraca e Penedo). Com ênfase em conceitos básicos importantes para uso geoprocessamento como aplicações em situações urbanas e práticas motivacionais. Na parte prática serão utilizados os recursos do Laboratório de Geoprocessamento Aplicado -LGA, do IGDEMA-UFAL, em Maceió, como também os laboratórios de informática existentes nos demais Campus (Penedo e Arapiraca), tendo o *TerraView* como software principal de trabalho nessa capacitação.

Os recursos orçamentário-financeiros destinados à execução desta ação foram creditados no final do exercício de 2007, inviabilizando, assim, a sua execução no referido período. Diante disso, foi realizada a transferência deste recurso para a *Fundação Universitária de Desenvolvimento de Extensão e Pesquisa (FUNDEPES)* devido ao curto prazo para realização das despesas.

Tabela 10 – Metas físicas da ação 1B00

2007	
Previstas	Realizadas
01	01

Tabela 11 – Metas financeiras da ação 1B00

2007	
Previstas	Realizadas
41.185,00	41.185,00

Tabela 12 – Recursos vinculados a financiamento externo e/ou cooperação técnica internacional

Discriminação (código do projeto, descrição finalidade e organismo financiador)	Custo Total	Empréstimo contratado (ingressos externos)		Contra- partida naciona l	Valor das transferências de recursos*			Em caso de não se ter atingido a conclusão total ou de etapa	
		Previsto	Realizado		Motivo	Valor no ano	Valor acumulado no projeto	Motivos que impediram ou inviabilizaram	Providências adotadas para correção
Capacitação de Técnicos de Municípios Alagoanos em Geoprocessamento. Financiador: Ministério das Cidades	41.185, 00	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	41.185 ,00	41.185,00	Recursos repassados no final do exercício (Dez/2007)	Não se aplica

4.1.3. Programa 0471 – Ciências, Tecnologia e Inovação para a Inclusão e Desenvolvimento Social

4.1.3.1. Dados gerais

Tabela 13 – Dados Gerais do Programa 0471

Tipo de programa	Finalístico
Objetivo geral	A apropriação local de ciência, tecnologia e inovação, no sentido de aportar para melhor atender às demandas sociais específicas, Combater disparidades intra e inter regionais, possibilitando uma melhor compreensão da dimensão do aprendizado, vai ao encontro da tendência de se pensar em políticas públicas que valorizem as potencialidades e especificidades regionais. Ao mesmo tempo, a percepção, muitas vezes equivocada, de que as questões científicas e tecnológicas só interessam a um círculo restrito, impede que a ciência e tecnologia venham a desempenhar, plenamente, o seu papel para o desenvolvimento do País e a elevação da qualidade de vida da população. Assim, a difusão do conhecimento científico e tecnológico é requisito para responder ao desafio da construção de uma sociedade em que o conhecimento é o propulsor de conquistas culturais, sociais e econômicas, não ficando restrito aos círculos acadêmicos, mas chegando aos setores econômicos e sociais.
Gerente do programa	---
Gerente executivo	---
Indicadores ou parâmetros utilizados	01 - Número-Índice de tecnologias geradas no âmbito do programa; 02 - Número-índice de profissionais capacitados em tecnologias de impacto social; 03 - Número-índice de acessos aos sites das instituições de pesquisa do MCT; 04 - Número-índice de visitação às instituições de pesquisa e museus do MCT; 05 - Número-Índice de Docentes Capacitados no Ensino de Ciências com o Apoio do Programa.
Público-alvo (beneficiários)	Instituições de ensino e pesquisa, comunidade científica, empresas, professores, alunos, prefeituras, comunidade local e a sociedade em geral.

4.1.3.2. Principais Ações do Programa

4.1.3.3. Gestão das Ações

4.1.3.3.1. Ação 6702 – Difusão e Popularização de Ciências e Tecnologia para Inclusão Social

4.1.3.3.1.1. Dados gerais

Relatório de Gestão 2007- 26
Tabela 14 – Dados Gerais da Ação 6702

Tipo	Atividade
Finalidade	Apoiar o uso e a difusão dos conteúdos e aplicações da Ciência, Tecnologia e Inovação - CT&I em ações de inclusão social e redução das desigualdades sociais. Promover ações de política inclusiva, que estimulem o aumento da participação na CT&I dos diversos setores sociais, objetivando principalmente, a difusão e popularização de C&T e desenvolvendo atividades que estimulem os jovens de todas as camadas sociais para carreiras científicas e tecnológicas.
Descrição	Apoio a projetos com o objetivo de contribuir para: o aumento da apreciação coletiva do valor e da importância da CT&I no mundo moderno; um conhecimento científico-tecnológico geral mais aprofundado; a valorização e estímulo da capacidade criativa e de inovação; um entendimento por parte do cidadão do funcionamento do aparato científico-tecnológico, inclusive de seus vínculos e limitações. Promoção de maior interação entre a ciência, a cultura e a arte, buscando uma aproximação maior da CT&I com o cotidiano das pessoas e valorização do aspecto cultural e humanístico da ciência. Articulação e apoio a implementação de novos centros e museus de ciência e tecnologia. Estímulo à difusão e à popularização da ciência e da tecnologia, com apoio governamental a atividades, eventos e encontros voltados para a popularização da ciência, como por exemplo, as Olimpíadas de Ciências, a Semana Nacional da Ciência, o Portal de Popularização da Ciência e a Conferência Nacional da CT&I, buscando uma maior presença da CT&I brasileira nos meios de comunicação e aumentando a auto-estima dos brasileiros neste domínio e uma justa apreciação das contribuições de indivíduos, instituições e empresas nacionais. Contribuição com a melhoria do ensino das ciências nas escolas públicas. Apoio a ações/campanhas nos diversos meios de comunicação para a difusão da CT&I que favoreçam a inclusão social, estimulem a participação dos diversos setores da sociedade e motivem os jovens para atividades científicas, tecnológicas e de inovação.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação (PROPEP)
Unidades executoras	Usina Ciências
Áreas responsáveis por gerenciamento ou execução	Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação (PROPEP)
Coordenador da ação	Lenilda Austrilino Silva*

* Coordenadora local da referida ação na UFAL.

4.1.3.3.1.2. Resultados

Esta ação se referiu à promoção do **I Seminário Alagoano de Ciência, Tecnologia e Inovação**, promovido pelo governo do Estado através da Secretaria de Estado da Ciência, da Tecnologia e da Inovação (SECTI) e da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Alagoas (FAPEAL), que aconteceu de 29 a 31 de outubro de 2007.

Relatório de Gestão 2007- 27

Verificou-se que para consolidar o crescimento da Ciência, Tecnologia e Inovação no Estado era preciso discutir projetos e formar recursos humanos para se chegar ao desenvolvimento social. No seminário foram discutidos temas fundamentais para o crescimento da CT&I (Ciência, Tecnologia e Inovação) em Alagoas como Inclusão Digital, Pólo-Agro Alimentar, Cais Digital, Lei de Inovação Tecnológica e Arranjos Produtivos Locais, entre outros.

O seminário que, a princípio, era para 300 pessoas teve que ser repensado para 775 devido a grande demanda.

Tabela 15 – Metas físicas da ação 6702

2007	
Previstas	Realizadas
300	775

Tabela 16 – Metas financeiras da ação 6702

2007	
Previstas	Realizadas
31.800,00	31.124,38

Tabela 17 – Recursos vinculados a financiamento externo e/ou cooperação técnica internacional

Discriminação (código do projeto, descrição finalidade e organismo financiador)	Custo Total	Empréstimo contratado (ingressos externos)		Contra- partida naciona l	Valor das transferências de recursos*			Em caso de não se ter atingido a conclusão total ou de etapa	
		Previsto	Realizado		Motivo	Valor no ano	Valor acumulado no projeto	Motivos que impediram ou inviabilizaram	Providências adotadas para correção
Promoção do I Seminário Alagoano de Ciência, Tecnologia e Inovação. Financiador: Ministério da Ciência e Tecnologia	31.800,00	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	31.800,00	31.800,00	Recursos repassados no final do exercício (Dez/2007)	Não se aplica

4.1.4. Programa 0750 – Apoio Administrativo

4.1.4.1. Dados gerais

Tabela 18 – Dados Gerais do Programa 0750

Tipo de programa	Apoio Administrativo
Objetivo geral	Prover os órgãos da União dos meios administrativos para a implementação e gestão de seus programas finalísticos
Gerente do programa	Afonso Henrique Andrade de Castro Leite
Gerente executivo	---
Indicadores ou parâmetros utilizados	---
Público-alvo (beneficiários)	Governo

4.1.4.2. Principais Ações do Programa

4.1.4.3. Gestão das Ações

4.1.4.3.1. Ação 2010 – Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores e Empregados

4.1.4.3.1.1. Dados gerais

Tabela 19 – Dados Gerais da Ação 2010

Tipo	Atividade
Finalidade	Oferecer aos servidores, durante a jornada de trabalho, condições adequadas de atendimento aos seus dependentes, conforme art. 3º do Decreto 977, de 10/11/93.
Descrição	Concessão do benefício de assistência pré-escolar pago diretamente no contra-cheque, a partir de requerimento, aos servidores e empregados que tenham filhos em idade pré-escolar conforme dispõe o Decreto 977/93.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	Pró-Reitoria de Gestão de Pessoas e do Trabalho - PROGEP
Unidades executoras	Departamento de Administração de Pessoal - DAP
Áreas responsáveis por gerenciamento ou execução	Departamento de Administração de Pessoal - DAP
Coordenador da ação	Maria Goretti Cerqueira de Medeiros Marques*

* Coordenadora da referida ação na UFAL.

4.1.4.3.1.2. Resultados

O pagamento do auxílio pré-escolar é feito por meio da solicitação do servidor com os documentos legais necessários. O servidor é orientado, a partir do nascimento de seu filho a requerer tal benefício pelo Departamento de Administração de Pessoal (DAP) que é pago de 0 a 5 anos de idade. Esse valor também é calculado pelo SIAPE. A redução da meta deve-se a exclusão das crianças que completaram 07 anos, cujo registro e controle são realizados por meio do SIAPE.

Tabela 20 – Metas físicas da ação 2010

2007	
Previstas	Realizadas
390	300

Tabela 21 – Metas financeiras da ação 2010

2007	
Previstas	Realizadas
311.059,00	241.460,12

Tabela 22 – Recursos vinculados a financiamento externo e/ou cooperação técnica internacional

Discriminação (código do projeto, descrição finalidade e organismo financiador)	Custo Total	Empréstimo contratado (ingressos externos)		Contrapartida nacional	Valor das transferências de recursos*			Em caso de não se ter atingido a conclusão total ou de etapa		
		Previsto	Realizado		Motivo	Valor no ano	Valor acumulado no projeto	Motivos que impediram ou inviabilizaram	Providências adotadas para correção	
Assistência Escolar Dependentes dos Servidores e Empregados	Pré-aos dos e	241.460,12	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	241.460,12	241.460,12	Não se aplica	Não se aplica

4.1.4.3.2. Ação 2011 – Auxílio-Transporte aos Servidores e Empregados**4.1.4.3.2.1. Dados gerais****Tabela 23 – Dados Gerais da Ação 2011**

Tipo	Atividade
Finalidade	Efetivar o pagamento de auxílio-transporte em pecúnia, pela União, de natureza jurídica indenizatória, destinado ao custeio parcial das despesas realizadas com transporte coletivo municipal, intermunicipal ou interestadual pelos militares, servidores e empregados públicos da Administração Federal direta, autárquica e fundacional da União, bem como aquisição de vale-transporte para os empregados das empresas públicas e sociedades de economia mista integrantes dos orçamentos fiscal e da seguridades social, nos deslocamentos de suas residências para os locais de trabalho e vice-versa, de acordo com a Lei nº 7.418/85 e alterações, e Medida Provisória nº 2.165-36, de 23 de agosto de 2001.
Descrição	Pagamento de auxílio-transporte em pecúnia, pela União, de natureza jurídica indenizatória, destinado ao custeio parcial das despesas realizadas com transporte coletivo municipal, intermunicipal ou interestadual pelos militares, servidores e empregados públicos da Administração Federal direta, autárquica e fundacional da União, nos deslocamentos de suas residências para os locais de trabalho e vice-versa.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	Pró-Reitoria de Gestão de Pessoas e do Trabalho - PROGEP
Unidades executoras	Departamento de Administração de Pessoal - DAP
Áreas responsáveis por gerenciamento ou execução	Departamento de Administração de Pessoal - DAP
Coordenador da ação	Maria Goretti Cerqueira de Medeiros Marques*

* Coordenadora local da referida ação na UFAL.

4.1.4.3.2.2. Resultados

O auxílio-transporte é pago ao servidor com a apresentação de formulário próprio que responsabiliza o mesmo pelas informações constantes do referido formulário, bem como o comprovante de sua residência. O valor do referido auxílio é calculado pelo SIAPE, levando-se em consideração o rendimento total de cada servidor e a despesa de transporte que o mesmo tem de sua residência para o trabalho e vice-versa.

A redução da meta se refere ao aumento de aposentadorias devido a emenda constitucional nº 41/2003, exclusões de contratos de professor substituto, cujo registro e controle são realizados através do SIAPE.

Tabela 24 – Metas físicas da ação 2011

2007	
Previstas	Realizadas
2.500	1.740

Tabela 25 – Metas financeiras da ação 2011

2007	
Previstas	Realizadas
1.744.432,00	1.691.507,00

Relatório de Gestão 2007 - 30

Tabela 26 – Recursos vinculados a financiamento externo e/ou cooperação técnica internacional

Discriminação (código do projeto, descrição finalidade e organismo financiador)	Custo Total	Empréstimo contratado (ingressos externos)		Contra- partida naciona l	Valor das transferências de recursos*			Em caso de não se ter atingido a conclusão total ou de etapa	
		Previsto	Realizado		Motivo	Valor no ano	Valor acumulado no projeto	Motivos que impediram ou inviabilizaram	Providências adotadas para correção
Auxílio-Transporte aos Servidores e Empregados	1.691.5 07,00	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	1.691. 507,00	1.691.507, 00	Não se aplica	Não se aplica

4.1.4.3.3. Ação 2012 – Auxílio-Alimentação aos Servidores e Empregados

4.1.4.3.3.1. Dados gerais

Tabela 27 – Dados Gerais da Ação 2012

Tipo	Atividade
Finalidade	Conceder o auxílio-alimentação, sob forma de pecúnia, pago na proporção dos dias trabalhados e custeado com recursos do órgão ou entidade de lotação ou exercício do servidor ou empregado, aquisição de vale ou ticket-alimentação ou refeição ou manutenção de refeitório.
Descrição	Concessão em caráter indenizatório e sob forma de pecúnia o auxílio-alimentação aos servidores e empregados ativos, de acordo com a Lei nº 9527/97, ou mediante aquisição de vale ou ticket-alimentação ou refeição ou, ainda, por meio da manutenção de refeitório.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	Pró-Reitoria de Gestão de Pessoas e do Trabalho - PROGEP
Unidades executoras	Departamento de Administração de Pessoal - DAP
Áreas responsáveis por gerenciamento ou execução	Departamento de Administração de Pessoal - DAP
Coordenador da ação	Maria Goretti Cerqueira de Medeiros Marques*

* Coordenadora local da referida ação na UFAL.

4.1.4.3.3.2. Resultados

Todos os servidores percebem auxílio-alimentação, nos valores fixados por meio do SIAPE, dependendo de sua carga horária, com exceção daqueles que, ao serem nomeados já percebem em outro órgão.

Esses valores correspondem a R\$ 63,00 (Sessenta e três reais) para os servidores com carga horária de 20 (vinte) horas semanais de trabalho e R\$ 126,00 (Cento e vinte e seis reais), para os servidores com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais ou dedicação exclusiva, no caso de docente.

Quanto ao controle desse pagamento, foram detectados pelo Ministério do Planejamento Orçamento e Gestão alguns servidores que percebem em duplicidade (outro órgão), tendo os mesmos já devolvidos ao erário os valores recebidos indevidamente. Para que tenhamos controle dessa duplicidade, necessitamos de orientação para detectarmos essa irregularidade, ou seja, servidor percebendo pela UFAL e por outro órgão.

O aumento da meta se refere ao aumento do número de contratações de concursados cujo registro e controle são realizados por meio do SIAPE.

Relatório de Gestão 2007 - 31
Tabela 28 – Metas físicas da ação 2012

2007	
Previstas	Realizadas
2.325	2.492

Tabela 29 – Metas financeiras da ação 2012

2007	
Previstas	Realizadas
3.589.615,00	3.589.615,00

Tabela 30 – Recursos vinculados a financiamento externo e/ou cooperação técnica internacional

Discriminação (código do projeto, descrição finalidade e organismo financiador)	Custo Total	Empréstimo contratado (ingressos externos)		Contra- partida naciona l	Valor das transferências de recursos*			Em caso de não se ter atingido a conclusão total ou de etapa	
		Previsto	Realizado		Motivo	Valor no ano	Valor acumulado no projeto	Motivos que impediram ou inviabilizaram	Providências adotadas para correção
Auxílio-alimentação aos Servidores e Empregados	3.589.615,00	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	3.589.615,00	3.589.615,00	Não se aplica	Não se aplica

4.1.4.3.4. Ação 2004 – Assistência Médica e Odontológica aos Servidores, Empregados e seus Dependentes

4.1.4.3.4.1. Dados gerais

Tabela 31 – Dados Gerais da Ação 2004

Tipo	Atividade
Finalidade	Proporcionar aos servidores, empregados, seus dependentes e pensionistas condições para manutenção da saúde física e mental.
Descrição	Concessão do benefício de assistência médico-hospitalar e odontológica aos servidores e empregados, ativos e inativos, dependentes e pensionistas.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	Pró-Reitoria de Gestão de Pessoas e do Trabalho - PROGEP
Unidades executoras	Departamento de Administração de Pessoal - DAP
Áreas responsáveis por gerenciamento ou execução	Departamento de Administração de Pessoal - DAP
Coordenador da ação	Maria Goretti Cerqueira de Medeiros Marques*

* Coordenadora local da referida ação na UFAL.

4.1.4.3.4.2. Resultados

Até outubro de 2007, a UFAL não possuía concessão de benefícios de assistência médico – hospitalar e odontológica com repasse do governo federal nem com recurso da própria Instituição.

Somente, a partir de novembro de 2007, através da Portaria 1.983/06-MP e Nota Técnica MEC, o governo autorizou o referido repasse para aqueles servidores que aderiram a modalidade de Assistência à Suplementar dos Servidores; beneficiando 910 servidores, sendo 744 técnico-administrativos e 166 docentes.

O MEC previa para cada servidor 3 (três) dependentes e fez a conta. A UFAL optou pelo contrato com a GEAP e os inscritos nele é que receberam os recursos; menores, portanto que o total previsto.

Relatório de Gestão 2007 - 32

Tabela 32 – Metas físicas da ação 2004

2007	
Previstas	Realizadas
**	910

** Como o resultado varia de acordo com a demanda dos servidores, não há uma previsão de quantos possam ser beneficiados no período mencionado.

Tabela 33 – Metas financeiras da ação 2004

2007	
Previstas	Realizadas
583.157,00	196.476,00

Tabela 34 – Recursos vinculados a financiamento externo e/ou cooperação técnica internacional

Discriminação (código do projeto, descrição finalidade e organismo financiador)	Custo Total	Empréstimo contratado (ingressos externos)		Contra- partida naciona l	Valor das transferências de recursos*			Em caso de não se ter atingido a conclusão total ou de etapa	
		Previsto	Realizado		Motivo	Valor no ano	Valor acumulado no projeto	Motivos que impediram ou inviabilizaram	Providências adotadas para correção
Assistência Médica e Odontológica aos Servidores, Empregados e seus Dependentes	196.476 ,00	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	196.47 6,00	196.476,0 0	Não se aplica	Não se aplica

4.1.5. Programa 0901 – Operações Especiais: Cumprimento de Sentenças Judiciais

4.1.5.1. Dados gerais

Tabela 35 – Dados Gerais do Programa 0901

Tipo de programa	Operações Especiais
Objetivo geral	Operações Especiais: Cumprimento de Sentenças Judiciais
Gerente do programa	---
Gerente executivo	---
Indicadores ou parâmetros utilizados	---
Público-alvo (beneficiários)	Operações Especiais: Cumprimento de Sentenças Judiciais

4.1.5.2. Principais Ações do Programa

4.1.5.3. Gestão das Ações

4.1.5.3.1. Ação 0005 – Cumprimento de Sentença Judicial Transitada em Julgado (Precatórios) devida pela União, Autarquias e Fundações Públicas

4.1.5.3.1.1. Dados gerais

Tabela 36 – Dados Gerais da Ação 0005

Tipo	Atividade
Finalidade	Cumprir as decisões judiciais relativas a Sentenças Judiciais Transitadas em Julgado devidas pela União, Autarquias e Fundações Públicas.
Descrição	Pagamento de precatórios devidos pela União, Autarquias e Fundações Públicas em razão de Sentença Transitada em Julgado.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	Pró-Reitoria de Gestão de Pessoas e do Trabalho - PROGEP
Unidades executoras	Departamento de Administração de Pessoal - DAP
Áreas responsáveis por gerenciamento ou execução	Departamento de Administração de Pessoal - DAP
Coordenador da ação	Maria Goretti Cerqueira de Medeiros Marques*

* Coordenadora local da referida ação na UFAL.

4.1.5.3.1.2. Resultados

O Departamento de Administração de Pessoal (DAP) apenas cadastra, por meio do Sistema de Cadastro de Ações Judiciais - SICAJ, as ações judiciais enviadas pela Procuradoria Geral Federal / UFAL, que são analisadas e homologadas pelo MEC e Ministério Público, para cumprimento das mesmas.

Quanto aos precatórios não temos controle e execução sobre os mesmos, por ser de competência da Justiça Federal, ou seja, não são pagos por meio da folha de pagamento (sistema SIAPE). Apenas informamos dados contidos nas fichas financeiras dos servidores que fazem parte de alguma ação judicial que são solicitados pela referida justiça ou Procuradoria Geral Federal da UFAL.

Tabela 37 – Metas físicas da ação 0005

2007	
Previstas	Realizadas
01	01

Tabela 38 – Metas financeiras da ação 0005

2007	
Previstas	Realizadas
2.862.284,00	2.862.284,00

Tabela 39 – Recursos vinculados a financiamento externo e/ou cooperação técnica internacional

Discriminação (código do projeto, descrição finalidade e organismo financiador)	Custo Total	Empréstimo contratado (ingressos externos)		Contrapartida nacional	Valor das transferências de recursos*			Em caso de não se ter atingido a conclusão total ou de etapa	
		Previsto	Realizado		Motivo	Valor no ano	Valor acumulado no projeto	Motivos que impediram ou inviabilizaram	Providências adotadas para correção
Cumprimento de Sentença Judicial Transitada em Julgado (Precatórios) devida pela União, Autarquias e Fundações Públicas	2.862.284,00	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	2.862.284,00	2.862.284,00	Não se aplica	Não se aplica

4.1.6. Programa 1061 – Brasil Escolarizado**4.1.6.1. Dados gerais****Tabela 40 – Dados Gerais do Programa 1061**

Tipo de programa	Finalístico
Objetivo geral	Contribuir para a universalização da Educação Básica, assegurando equidade nas condições de acesso e permanência
Gerente do programa	Daniel Silva Balaban
Gerente executivo	Adalberto Domingos da Paz
Indicadores ou parâmetros utilizados	1685 - Índice de Adequação de Escolaridade da População na Faixa Etária de 11 a 18 anos 1503 - Número Médio de Séries Concluídas da População na Faixa Etária de 10 a 14 anos
Público-alvo (beneficiários)	Crianças e adolescentes matriculados na Educação Básica

4.1.6.2. Principais Ações do Programa**4.1.6.3. Gestão das Ações****4.1.6.3.1. Ação 0509 – Apoio ao Desenvolvimento da Educação Básica****4.1.6.3.1.1. Dados gerais****Tabela 41 – Dados Gerais da Ação 0509**

Tipo	Atividade
Finalidade	Contribuir para o desenvolvimento e a universalização do Ensino Básico mediante aporte de recursos destinados à implementação de projetos caracterizados por ações que visem priorizar a ampliação do atendimento, bem como a melhoria e a qualidade da aprendizagem nas escolas públicas.

Relatório de Gestão 2007- 35

Descrição	Esta ação pretende implementar projetos de forma direta ou por intermédio de transferências voluntárias e, também, via assinatura de contratos e acordos com entidades Públicas, Não-Governamentais e Organismos Internacionais. Serão apoiados projetos em todos os níveis de ensino da educação básica, bem como serão implementadas ações que visem à interface do FNDE e do MEC com as entidades públicas das demais esferas de governo. Assegurar a qualidade no desenvolvimento do processo de ensino-aprendizagem, por intermédio de projetos com foco na parceria com entidades públicas e não-governamentais e, até, Organismos Internacionais, bem como a distribuição de material instrucional e orientativo no que se refere a todas as ações de governo de responsabilidade do FNDE, cuja forma de implementação seja por intermédio de transferências voluntárias, fazem parte do rol de pretensões quanto à execução dessa ação. Essa ação apoiará financeiramente, quando couber e quando estabelecidas às prioridades, a execução das demais ações finalísticas do FNDE.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	Pró-Reitoria de Extensão - PROEX
Unidades executoras	Centro de Educação - CEDU
Áreas responsáveis por gerenciamento ou execução	Centro de Educação - CEDU
Coordenador da ação	José Roberto Santos*

* Coordenador local da referida ação na UFAL.

4.1.6.3.1.2. Resultados

O Governo Federal, em ação colaborativa com Estados, Distrito Federal e Municípios, está viabilizando a implementação do **“Projeto de Metas Compromisso de Todos pela Educação”**, que visa, prioritariamente, elevar os indicadores de qualidade da educação básica no Brasil, sobretudo nos municípios que revelaram baixo índice de Educação Básica – IDEB.

A Universidade Federal de Alagoas, a Secretaria de Estado de Educação de Alagoas e o Ministério da Educação, por intermédio do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação – FNDE, agindo como parceiros nessa missão, mobilizam recursos humanos e materiais no sentido de disponibilizar aos sistemas de ensino, tecnologias que contribuam para a melhoria da qualidade de ensino, através da qualificação da equipe técnica de **226 escolas** na metodologia do Plano de Desenvolvimento da Escola – PDE. Incluindo ainda entre as formas de apoio, a preparação e financiamento da execução de ferramentas de gestão, especificamente o Microplanejamento Educacional e Levantamento da Situação Escolar – LSE em toda rede pública de ensino.

Essa ação fornece apoio ao desenvolvimento da educação básica visando assegurar a qualidade no desenvolvimento do processo de ensino-aprendizagem bem como a distribuição de material instrucional e orientativo. Entre as atividades previstas para essa ação estão: Projeto Escola de Gestores (R\$ 400.000,00); Plano de Desenvolvimento da Escola (R\$ 135.600,00); Planejamento Estratégico de Secretarias de Educação (R\$ 225.600,00); Levantamento da Situação Escolar (R\$ 163.200,00) e Microplanejamento (R\$ 108.000,00).

Os recursos orçamentário-financeiros destinados à execução desta ação foram creditados no final do exercício de 2007, inviabilizando, assim, a sua execução no referido período. Diante

Relatório de Gestão 2007- 36

disso, foi realizada a transferência deste recurso para a FUNDEPES devido ao curto prazo para realização das despesas.

Tabela 42 – Metas físicas da ação 0509

2007	
Previstas	Realizadas
01	01

Tabela 43 – Metas financeiras da ação 0509

2007	
Previstas	Realizadas
1.277.851,21	1.270.331,77

Tabela 44 – Recursos vinculados a financiamento externo e/ou cooperação técnica internacional

Discriminação do projeto, descrição e finalidade e organismo financiador)	Custo Total	Empréstimo contratado (ingressos externos)		Contrapartida nacional	Valor das transferências de recursos*			Em caso de não se ter atingido a conclusão total ou de etapa	
		Previsto	Realizado		Motivo	Valor no ano	Valor acumulado no projeto	Motivos que impediram ou inviabilizaram	Providências adotadas para correção
Apoio ao Desenvolvimento da Educação Básica (Recursos do FNDE) Financiador: Ministério da Educação	1.270.331,77	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	1.270.331,77	1.270.331,77	Partes dos Recursos foram repassados no final do exercício (Dez/2007)	Não se aplica

4.1.6.3.2. Ação 6375 – Distribuição de Material de Apoio à Educação a Distância e ao Uso de Tecnologias de Informação e Comunicação na Educação

4.1.6.3.2.1. Dados gerais

Tabela 45 – Dados Gerais da Ação 6375

Tipo	Atividade
Finalidade	Apoiar a inserção crítica e criativa das tecnologias no projeto político-pedagógico da escola; divulgar experiências; apresentar conteúdos pedagógicos para estudos, sugerir atividades, mostrando o potencial da educação a distância na melhoria da qualidade do ensino público; informar a grade de veiculação dos programas da TV Escola, orientando e incentivando a utilização dos vídeos educativos em atividades de integração escola/comunidade, promovendo a cidadania, a gestão democrática da escola e a inclusão digital.
Descrição	Produção e distribuição da Revista TV Escola; produção e distribuição da grade de programação da TV Escola em forma de encartes soltos e cartazes e da grade de programação de férias; produção e distribuição de materiais impressos de apoio à educação a distância e ao uso das tecnologias da informação e comunicação.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	Coordenadoria Institucional de Educação a Distância – CIED

Relatório de Gestão 2007 - 37

Unidades executoras	Coordenadoria Institucional de Educação a Distância – CIED
Áreas responsáveis por gerenciamento ou execução	Coordenadoria Institucional de Educação a Distância - CIED
Coordenador da ação	Luiz Paulo Leopoldo Mercado*

* Coordenador local da referida ação na UFAL.

4.1.6.3.2.2. Resultados

O projeto intitulado Mídia na Educação atende às ações de produção e distribuição de material de apoio à educação a distância e ao uso de tecnologias da informação e comunicação na educação, que suportam as ações da Universidade Aberta do Brasil (UAB).

Os recursos orçamentário-financeiros destinados à execução desta ação foram creditados no final do exercício de 2007, inviabilizando, assim, a sua execução no referido período. Diante disso, foi realizada a transferência deste recurso para a FUNDEPES devido ao curto prazo para realização das despesas.

Tabela 46 – Metas físicas da ação 6375

2007	
Previstas	Realizadas
01	01

Tabela 47 – Metas financeiras da ação 6375

2007	
Previstas	Realizadas
107.925,00	107.925,00

Tabela 48 – Recursos vinculados a financiamento externo e/ou cooperação técnica internacional

Discriminação (código do projeto, descrição finalidade e organismo financiador)	Custo Total	Empréstimo contratado (ingressos externos)		Contrapartida nacional	Valor das transferências de recursos*			Em caso de não se ter atingido a conclusão total ou de etapa	
		Previsto	Realizado		Motivo	Valor no ano	Valor acumulado no projeto	Motivos que impediram ou inviabilizaram	Providências adotadas para correção
Distribuição de Material de Apoio à Educação a Distância e ao Uso de Tecnologias de Informação e Comunicação na Educação. Financiador: Ministério da Educação	107.925,00	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	107.925,00	107.925,00	Os recursos foram repassados no final do exercício (Dez/2007)	Não se aplica

4.1.7. Programa 1062 – Desenvolvimento da Educação Profissional e Tecnológica

4.1.7.1. Dados gerais

Tabela 49 – Dados Gerais do Programa 1062

Tipo de programa	Finalístico
Objetivo geral	Ampliar a oferta da educação profissional nos cursos de níveis técnico e tecnológicos, com melhoria da qualidade
Gerente do programa	Eliezer Moreira Pacheco
Gerente executivo	Getulio Marques Ferreira
Indicadores ou parâmetros utilizados	1513 - Número-Índice de Matrículas Iniciais na Educação Profissional de Nível Técnico; 1804 - Número-Índice de Matrículas Iniciais na Educação Profissional de Nível Tecnológico.
Público-alvo (beneficiários)	Jovens e adultos que buscam melhores oportunidades de formação profissional técnica, e superior tecnológica, alunos de pós-graduação, professores e pesquisadores

4.1.7.2. Principais Ações do Programa

4.1.7.3. Gestão das Ações

4.1.7.3.1. Ação 6380 – Fomento ao Desenvolvimento da Educação Profissional

4.1.7.3.1.1. Dados gerais

Tabela 50 – Dados Gerais da Ação 6380

Tipo	Atividade
Finalidade	Promover a modernização e atualização das instituições de ensino da Educação Profissional, incluindo as instituições que ofertam educação profissional do campo de modo a possibilitar a elevação de escolaridade de jovens e adultos, garantindo o ingresso dos que se encontram fora da escola formal e assegurando condições físicas/técnicas e administrativas para o desenvolvimento da nova política da Educação Profissional.
Descrição	Suporte para implementação da expansão e desenvolvimento referente à formação de alunos, expansão de vagas, modernização tecnológica de laboratórios, modernização do processo didático pedagógico, aquisição de máquinas e equipamentos. Além de apoio pedagógico a projetos de Educação Profissional do campo, e elevação de escolaridade de Jovens e adultos, incluindo capacitação de docentes, bolsas de trabalho para monitores, melhoria de infra-estrutura, equipamentos e outros.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	Pró-Reitoria de Extensão - PROEX
Unidades executoras	Centro de Educação – CEDU
Áreas responsáveis por gerenciamento ou execução	Pró-Reitoria de Extensão - PROEX
Coordenador da ação	José Roberto Santos*

* Coordenador local da referida ação na UFAL.

4.1.7.3.1.2. Resultados

Esta ação trata da Educação de Jovens e Adultos, no Estado de Alagoas. Em Alagoas, as condições de oferta da Educação de Jovens e Adultos, ao longo da história da educação têm reproduzido o cenário nacional cujas ações têm se dado através das campanhas de alfabetização, a exemplo das surgidas desde de 1947 a realidade atual com o Brasil Alfabetizado. Tanto os programas e projetos de alfabetização de jovens e adultos, oferecidos à margem dos sistemas de educação, quanto o atendimento no Ensino Supletivo, pela rede pública estadual, registram a mesma improvisação de professores, com formação insuficiente, muitos admitidos por meio de contratação temporária, com baixa remuneração, gerando, dentre outros problemas, a descontinuidade do ensino.

À improvisação de professores, somam-se a infra-estrutura material extremamente precária, materiais didático-pedagógicos impróprios, dentre outras deficiências. Esse tipo de atendimento, além de frustrar as expectativas de escolarização da população de mais de 15 anos, confere, ao Estado de Alagoas, as piores posições nas estatísticas educacionais da região Nordeste e do País.

Comparando o número de analfabetos entre as regiões brasileiras, observa-se que a situação é mais grave no Nordeste e, nessa região, Alagoas tem se destacado por apresentar, historicamente, os índices mais elevados. Os dados apurados pelo IBGE no Censo Demográfico 2000, mostram que a taxa de 32,8% de analfabetismo, na população alagoana com 15 anos ou mais de idade, é mais elevada do que a do Nordeste, que registra 26,6%, e representa mais do dobro da taxa nacional, que fica em 13,3%.

Os índices de analfabetismo agravam-se quando se observam os dados apurados pelo IBGE em 2001 sobre o analfabetismo funcional, compreendendo as pessoas com menos de quatro anos de escolaridade concluída com sucesso. Em Alagoas, metade da população (50,2%), com 15 anos de idade ou mais, encontra-se na condição de analfabetos funcionais.

Atualmente, as ações na EJA estão sendo efetivadas através do Programa “**Brasil Alfabetizado**”, através de convênio com o MEC. O referido programa foi denominado pela SEE de “**Alfabetizar é Preciso**”, atua em todo o Estado, contando com parcerias de vários segmentos da sociedade tais como: Secretarias Municipais, Organizações Não-Governamentais ONG's, Empresas, Associações Sindicais, Igrejas e outros. Atende a um contingente de 33.124 (trinta e três mil cento e vinte e quatro) alunos. Tem como meta a minimização do analfabetismo de jovens e adultos nos 102 municípios alagoanos, totalizando uma população em números absolutos de 585.279¹ (Quinhentos e oitenta e cinco mil, duzentos e setenta e nove) pessoas analfabetas acima de 15 anos.

Para dar continuidade ao processo de escolarização a SEE mantém o **Projeto Saber** atendendo a 14.374 (Catorze mil, trezentos e setenta e quatro) alunos do I Segmento do Ensino Fundamental de EJA. Através de recursos financeiros do **Projeto Fazendo Escola** atua em 77 municípios, em espaços das escolas da rede estadual e espaços alternativos, com atendimento a 21.165 (vinte e um mil cento e sessenta e cinco) estudantes dos I e II segmentos do Ensino Fundamental e 853 (oitocentos e cinquenta e três) no Ensino Médio.

Parte dos recursos orçamentário-financeiros destinados à execução desta ação foram creditados no final do exercício de 2007, inviabilizando, assim, a sua execução no referido período. Diante disso, foi realizada a transferência deste recurso para a FUNDEPES devido ao curto prazo para realização das despesas.

¹ Os dados mencionados são de inteira responsabilidade da equipe técnica do PROEJA.

Tabela 51 – Metas físicas da ação 6380

2007	
Previstas	Realizadas
01	01

Tabela 52 – Metas financeiras da ação 6380

2007	
Previstas	Realizadas
362.854,00	360.994,03

Tabela 53 – Recursos vinculados a financiamento externo e/ou cooperação técnica internacional

Discriminação (código do projeto, descrição finalidade e organismo financiador)	Custo Total	Empréstimo contratado (ingressos externos)		Contrap artida naciona l	Valor das transferências de recursos*			Em caso de não se ter atingido a conclusão total ou de etapa	
		Previsto	Realizado		Motivo	Valor no ano	Valor acumulado no projeto	Motivos que impediram ou inviabilizaram	Providências adotadas para correção
Projeto Educação de Jovens e Adultos . Financiador: Ministério da Educação	360.994 ,03	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	360.99 4,03	360.994,0 3	Parte dos recursos foram repassados no final do exercício (Dez/2007)	Não se aplica

4.1.8. Programa 1067 – Gestão da Política de Educação

4.1.8.1. Dados gerais

Tabela 54 – Dados Gerais do Programa 1067

Tipo de programa	Gestão de Políticas Públicas
Objetivo geral	Coordenar o planejamento e a formulação de políticas setoriais e a avaliação e controle dos programas na área da educação
Gerente do programa	Paulo Eduardo Nunes de Moura Rocha
Gerente executivo	Leo Kessel
Indicadores ou parâmetros utilizados	---
Público-alvo (beneficiários)	Governo

4.1.8.2. Principais Ações do Programa

4.1.8.3. Gestão das Ações

4.1.8.3.1. Ação 4572 – Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação

4.1.8.3.1.1. Dados gerais

Tabela 55 – Dados Gerais da Ação 4572

Tipo	Atividade
Finalidade	Promover a qualificação e a requalificação de pessoal com vistas à melhoria continuada dos processos de trabalho, dos índices de satisfação pelos serviços prestados à sociedade e do crescimento profissional.
Descrição	Realização de ações diversas voltadas ao treinamento de servidores, tais como custeio dos eventos, pagamento de passagens e diárias aos servidores, quando em viagem para capacitação, taxa de inscrição em cursos, seminários, congressos e outras despesas relacionadas à capacitação de pessoal.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	Pró-Reitoria de Gestão de Pessoas e do Trabalho – PROGEP
Unidades executoras	Pró-Reitoria de Gestão de Pessoas e do Trabalho – PROGEP
Áreas responsáveis por gerenciamento ou execução	Pró-Reitoria de Gestão de Pessoas e do Trabalho – PROGEP
Coordenador da ação	Silvia Regina Cardeal*

* Coordenadora local da referida ação na UFAL.

4.1.8.3.1.2. Resultados

Em função das novas exigências trazidas principalmente pelo plano de carreira dos servidores técnico-administrativos, a demanda por capacitação atingiu elevados níveis em 2007, sendo possível atender no período um número correspondente a **76%**, ou seja, 1.955 participantes, do quadro total de técnico-administrativos em atividade na UFAL, sendo 1.883 (93,3%) na própria sede. Foram realizados cerca de **90** eventos (cursos, seminários, jornadas, congressos, oficinas, encontros, palestras, treinamentos) dentro do programa de capacitação, conforme as **Tabelas 56 e 57**.

Tabela 56 - Número de Participações no Programa de Capacitação

Mês	Número de Participações
Janeiro	56
Fevereiro	04
Março	202
Abril	152
Maio	407
Junho	93
Julho	341
Agosto	85
Setembro	68
Outubro	189
Novembro	335
Dezembro	23
Total	1.955
NA SEDE	FORA DA SEDE
1.883	72

Fonte: PROGEP

Tabela 57 - Eventos do Programa de Capacitação

Mês	Evento	Nº de Participantes
Janeiro	Curso Gerência de Processos - SIE	43
	Treinamento Nova Versão Gfip/Sefip 8.3	01
	Treinamento Introdutório do Campus Arapiraca	08
	Curso de Introdução à Gerência de Projetos – Programa de Capacitação à Distância	02
	Atualização em Legislação Previdenciária	01
	Cadastro Servidores Conveniados do Geap	01
Fevereiro	I Encontro Nac. de Seg. e Saúde no Trabalho p/ Micro e Pequenas Empresas	01
	Seminário Gestão de Sist. em Serviços de Saúde Norma NR-32	03
Março	Curso Básico em SPSS	12
	Curso de Informática (Complemento A)	18
	Curso de Informática (Complemento B)	06
	Curso de Português Turma A	32
	Curso de Português Turma B	43
	Curso de Português Turma C	51
	Curso de Informática Turma A	21
	Curso de Informática Turma B	18
	Seminário Nacional da CIS	01
Abril	Programa de Implantação do SIE	80
	Formação de Professores p/ Práticas Inovadoras em Ambientes Virtuais	60
	Elaboração de Laudos Ambientais	03
	Curso de Auditoria na Gestão Governamental	02
	Curso Capacitação Sist. Integrado de Saúde Ocupacional	03
	Encontro Nacional dos Dirigentes de Pessoal e RH	03
	Simpósio Brasileiro de Tecnologia das Argamassas	01
Maio	Módulo Conceitual do SIE	82
	Módulo Protocolo do SIE	153
	Módulo Almoxarifado do SIE	141
	Visita Técnica à UFRN	07
	Gerenciamento de Conflitos FAMED	23
	VI Encontro Nacional da Associação Nacional das Uf de Ed. Infantil	01
Junho	Módulo Avançado Excel Turma I	20
	Seminário de Acesso ao Ensino Superior	02
	Capacitação em História da Medicina	40
	II Fórum Nacional das Comissões Internas	02
	Curso Práticas de Recepção e Secretariado	01
	Curso Avaliação Docente/FAMED	08
	Capacitação em Segurança Alimentar e Nutricional (à Distância)	02
	Capacitação no Módulo de Protocolo do SIE	14
	Capacitação no Módulo de Almoxarifado do SIE	04
Julho	Congresso de Tecnologia da Informação	01
	II Congresso Brasileiro de Documentação	02
	Curso de Finanças	01
	Curso Montagem e Manutenção de Microcomputadores	01
	Procedimentos Básicos de Auditoria	04
	Palestra Aposentadoria/Abono Permanência/Insalubridade	235
	Padronização dos Procedimentos	01

Relatório de Gestão 2007 - 43

	Congresso Internacional de Formação de Professores	01
	Curso de Especialização em Banco de Dados	01
	Capacitação no Módulo de Protocolo do SIE	30
	Capacitação no Módulo de Almoxarifado do SIE	14
	Curso Legislação	50
Agosto	Curso Gestão de Convênios e Prestação de Contas	01
	Curso de Desenvolvimento Zope	06
	Curso sobre Avaliação Quantitativa da Violência Familiar	30
	Curso de Infraestrutura Zope	06
	Capacitação Pregoeiros	01
	Cursos de Formação Microsoft Certified Systems Administrator (MCSA)	02
	Oracle Database Administration I	02
	Capacitação no Módulo de Protocolo do SIE	19
	Capacitação no Módulo de Almoxarifado do SIE	18
Setembro	Curso sobre Regime Jurídico e Reforma da Previdência	20
	Noções Básicas sobre Materiais Hospitalares	30
	ENAMPAD	01
	Curso Processo Administrativo Disciplinar	08
	Curso SIAPE	02
	II Encontro Tec. dos Integrantes do Siga	01
	Seminário Internacional de Bibliotecas Digitais Brasil	01
	XXI Congresso Brasileiro de Direito Administrativo	04
	I Seminário Nacional de Capacitação Pessoal das Instituições Federais de Ensino	01
Outubro	45º Congresso Brasileiro de Educação Médica	20
	Treinamento à Distância Marc 21 para Biblioteca	06
	I Ciclo de Cursos e Oficinas	30
	Curso de Interpretação de Exames Laboratoriais e de Imagem para Profissionais da Área de Saúde Nível Superior do HUPAA/UFAL	30
	VII Congresso Brasileiro de Direito Público em Maceió	40
	Curso de Perícia Social	03
	Congresso Internacional de Odontologia da ABO	01
	Noções Básicas sobre Materiais Médicos Hospitalares	28
	Curso Técnicas de Identificação de Famílias Vegetais	30
	5 Jornada Norte Nordeste de Biblioteconomia	01
Novembro	Congresso Paulista de Perícias médicas e Fórum Presença da ANAMT	01
	XXVII FONAI-MEC	02
	II Oficina de Capacitação Docentes/Enfermagem	40
	Metodologias Ativas	12
	Curso de Urgência e Emergência para Auxiliares e Técnicos de Enfermagem 2 Turma	30
	I Encontro dos Servidores da UFAL	250
Dezembro	Gestão Contratual	01
	Seminário Gestão do Patrimônio Público	02
	Curso Gestão Acadêmica	20

Fonte: PROGEP

Tabela 58 – Metas físicas da ação 4572

2007	
Previstas	Realizadas
1.500	1.955

Relatório de Gestão 2007- 44
Tabela 59 – Metas financeiras da ação 4572

2007	
Previstas	Realizadas
206.319,00	206.315,65

Tabela 60 – Recursos vinculados a financiamento externo e/ou cooperação técnica internacional

Discriminação (código do projeto, descrição finalidade e organismo financiador)	Custo Total	Empréstimo contratado (ingressos externos)		Contra- partida naciona l	Valor das transferências de recursos*			Em caso de não se ter atingido a conclusão total ou de etapa	
		Previsto	Realizado		Motivo	Valor no ano	Valor acumulado no projeto	Motivos que impediram ou inviabilizaram	Providências adotadas para correção
Projeto Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação. Financiador: Ministério da Educação.	206.315 ,65	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	206.31 5,65	206.315,6 5	Não se aplica	Não se aplica

Observação: Para a execução de todas as atividades relacionadas a essa ação foram suplementados mais R\$ 200.00,00 do Programa Universidade do Século XXI.

4.1.8.3.2. Ação 2272 – Gestão e Administração do Programa

4.1.8.3.2.1. Dados gerais

Tabela 61 – Dados Gerais da Ação 2272

Tipo	Atividade
Finalidade	Constituir um centro de custos administrativos dos programas, agregando as despesas que não são passíveis de apropriação em ações finalísticas do próprio programa.
Descrição	Essas despesas compreendem: serviços administrativos; pessoal ativo; manutenção e uso de frota veicular própria ou de terceiros por órgãos da União; manutenção e conservação de imóveis próprios da União, cedidos ou alugados, utilizados pelos órgãos da União; tecnologia da informação, sob a ótica meio, incluindo o apoio ao desenvolvimento de serviços técnicos e administrativos; despesas com viagens e locomoção (aquisição de passagens, pagamento de diárias e afins); sistemas de informações gerenciais internos; estudos que têm por objetivo elaborar, aprimorar ou dar subsídios à formulação de políticas públicas; promoção de eventos para discussão, formulação e divulgação de políticas, etc; produção e edição de publicações para divulgação e disseminação de informações sobre políticas públicas e demais atividades-meio necessárias à gestão e administração do programa.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	Pró-Reitoria de Gestão Institucional - PROGINST
Unidades executoras	Superintendência de Infraestrutura - SINFRA
Áreas responsáveis por gerenciamento ou execução	Superintendência de Infraestrutura - SINFRA
Coordenador da ação	João Carlos Cordeiro Barbirato

4.1.8.3.2.2. Resultados

Tabela 62 – Metas físicas da ação 2272

2007	
Previstas	Realizadas
01	01

Tabela 63 – Metas financeiras da ação 2272

2007	
Previstas	Realizadas
2.459,07	2.459,07

Tabela 64 – Recursos vinculados a financiamento externo e/ou cooperação técnica internacional

Discriminação (código do projeto, descrição finalidade e organismo financiador)	Custo Total	Empréstimo contratado (ingressos externos)		Contrap artida naciona l	Valor das transferências de recursos*			Em caso de não se ter atingido a conclusão total ou de etapa	
		Previsto	Realizado		Motivo	Valor no ano	Valor acumulado no projeto	Motivos que impediram ou inviabilizaram	Providências adotadas para correção
Gestão e Administração do Programa. Financiador: Ministério da Educação.	2.459,07	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	2.459, 07	2.459,07	Não se aplica	Não se aplica

4.1.9. Programa 1072 – Valorização e Formação de Professores e Trabalhadores da Educação Básica

4.1.9.1. Dados gerais

Tabela 65 – Dados Gerais do Programa 1072

Tipo de programa	Finalístico
Objetivo geral	Oferecer oportunidades de capacitação e formação inicial e continuada aos professores e trabalhadores da Educação Básica, associadas a planos de carreira, cargos e salários, e promover acesso a bens culturais e a meios de trabalho
Gerente do programa	Maria do Pilar Lacerda Almeida e Silva
Gerente executivo	Godiva de Vasconcelos Pinto
Indicadores ou parâmetros utilizados	1528 - Taxa de Docentes com Nível Superior Atuando na Pré-Escola; 1529 - Taxa de Docentes com Nível Superior Atuando no Ensino Fundamental de 1ª a 4ª série; 1530 - Taxa de Docentes com Nível Superior Atuando no Ensino Fundamental de 5ª a 8ª série; 1531 - Taxa de Docentes com Nível Superior Atuando no Ensino Médio; 1809 - Taxa Docentes com Nível Superior Atuando em Creche.
Público-alvo (beneficiários)	Professores de todos os níveis de ensino da educação Básica e pessoal de apoio das escolas

4.1.9.2. Principais Ações do Programa**4.1.9.3. Gestão das Ações****4.1.9.3.1. Ação 4050 – Veiculação de Programas e de Cursos de Capacitação por meio de Tecnologias de Informação e Comunicação TIC - Nacional****4.1.9.3.1.1. Dados gerais****Tabela 66 – Dados Gerais da Ação 4050**

Tipo	Atividade
Finalidade	Garantir o acesso à informação, ao conhecimento e à inclusão tecnológica e digital, bem como operacionalizar a educação continuada mediada por tecnologias e a distância de alunos e educadores da rede pública de educação, em todos os estados e municípios do País, contribuindo para a melhoria da qualidade da educação.
Descrição	Haverá produção e distribuição de programas e conteúdos educacionais multimídia, em alinhamento com as políticas elaboradas pelo MEC, além de aquisição de acervo televisivo e em outras mídias, nacional e internacional, que promova o respeito à própria cultura e à de outros locais, regiões e povos, proporcionando a construção do conhecimento e a adoção de princípios de não-discriminação e de respeito à pluralidade cultural. Também serão produzidos conteúdos didáticos em diferentes suportes de informação para uso em redes e em cursos mediados por tecnologias. O público alvo são alunos, professores e gestores da rede pública, e ainda comunidades, em parceria com órgãos dos governos municipais, estaduais e de outros setores do Governo Federal.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	Coordenadoria Institucional de Educação a Distância – CIED
Unidades executoras	Coordenadoria Institucional de Educação a Distância – CIED
Áreas responsáveis por gerenciamento ou execução	Coordenadoria Institucional de Educação a Distância – CIED
Coordenador da ação	Anamelea Campos Pinto*

*Coordenadora local da referida ação na UFAL

4.1.9.3.1.2. Resultados

O Prodência (Programa de Consolidação das Licenciaturas) é um programa promovido pelo MEC/SESu/DEPEM que visa a melhoria do ensino nos cursos de licenciatura das Instituições Federais de Ensino Superior. A UFAL apresentou e executou um projeto para a formação continuada dos professores, tendo sido aprovada sua proposta intitulada: Educação a Distância: uma alternativa metodológica para formação de professores em ambientes virtuais.

O objetivo geral do projeto era promover a formação docente para a inclusão e implementação de práticas metodológicas inovadoras nos Cursos de Licenciatura, utilizando-se de ambiente virtual de aprendizagem. Entre os objetivos específicos estão: utilizar plataformas virtuais de ambientes de aprendizagem para a viabilização do projeto e experimentação pelos

Relatório de Gestão 2007- 47

professores em ações específicas nas disciplinas durante os semestres letivos; experimentar alternativas metodológicas, utilizando-se das Tecnologias de Informação e Comunicação para otimizar os conteúdos e práticas docentes; difundir novos conhecimentos para o exercício da docência minimizando problemas existentes na formação de professores; estimular a elaboração de projetos que possibilite a utilização dos 20% destinados à modalidade de educação a distância nos cursos presenciais e apresentar proposta que viabilize o uso das tecnologias de informação e comunicação nas práticas pedagógicas, no espaço dos projetos integradores, definidos como componente curricular nos cursos de licenciaturas.

Verificou-se que o desenvolvimento do Prodocência representa para a UFAL o fortalecimento dos princípios orientadores dos projetos pedagógicos dos cursos de licenciatura nos quais está fundamentada uma concepção de educação que contempla a complexidade na relação entre ensino e aprendizagem. Foram destinadas 140 vagas distribuídas entre os 14 cursos de licenciaturas, sendo 3 professores por semestre/curso, além dos coordenadores. A carga horária das oficinas foram as seguintes: 34 horas presenciais e 56 horas a distância, totalizando 80 horas. O critério para participação nessas oficinas foram as seguintes: ser coordenador de curso; ser professor dos 1º, 2º e/ou 3º semestres e inscrever-se no mesmo dia e horário dos seus colegas de curso para a realização das oficinas.

Tabela 67 – Metas físicas da ação 4050

2007	
Previstas	Realizadas
01	01

Tabela 68 – Metas financeiras da ação 4050

2007	
Previstas	Realizadas
55.184,74	54.892,00

Tabela 69 – Recursos vinculados a financiamento externo e/ou cooperação técnica internacional

Discriminação (código do projeto, descrição finalidade e organismo financiador)	Custo Total	Empréstimo contratado (ingressos externos)		Contra- partida naciona l	Valor das transferências de recursos*			Em caso de não se ter atingido a conclusão total ou de etapa	
		Previsto	Realizado		Motivo	Valor no ano	Valor acumulado no projeto	Motivos que impediram ou inviabilizaram	Providências adotadas para correção
Projeto Prodocência. Financiador: Ministério da Educação	54.184, 74	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	54.184 ,74	54.184,74	Não se aplica	Não se aplica

4.1.9.3.2. Ação 6369 – Capacitação de Recursos Humanos para o Uso de Tecnologias na Educação Pública - Proinfo

4.1.9.3.2.1. Dados gerais

Relatório de Gestão 2007- 48
Tabela 70 – Dados Gerais da Ação

Tipo	Atividade
Finalidade	Disseminar o uso pedagógico das tecnologias de informática e telecomunicações nas escolas públicas de Ensino Fundamental e Ensino Médio pertencentes às redes estadual e municipal, visando à melhoria do processo de ensino-aprendizagem, educando alunos, professores e técnicos para atuarem numa sociedade tecnologicamente desenvolvida.
Descrição	Oferta de cursos, oficinas, seminários e outras ações que capacitem professores, gestores tutores e técnicos de suporte no domínio da linguagem e tecnologia de informática e redes, reconhecendo sua especificidade e promovendo a inserção das tecnologias da informação e comunicação no projeto pedagógico das escolas.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	Coordenadoria Institucional de Educação a Distância – CIED e Centro de Educação – CEDU
Unidades executoras	Centro de Educação – CEDU
Áreas responsáveis por gerenciamento ou execução	Centro de Educação – CEDU
Coordenador da ação	Luis Paulo Leopoldo Mercado*

* Coordenador local da referida ação na UFAL

4.1.9.3.2.2. Resultados

Mídias na Educação é um programa de formação continuada de educadores para o uso pedagógico das mídias integrado à proposta pedagógica. Esta proposta se refere a execução dos Ciclos Básicos e Intermediários em Alagoas, correspondendo a oferta de 9 módulos de 15 horas e 1 de 30 horas, mais 15 horas de Galeria de Mídias, totalizando 180 horas. Os ciclos serão acompanhados pelos tutores, sendo 1 tutor para 50 alunos, coordenados pela Coordenação de Tutoria. Entre os **objetivos** do programa estão: (1) contribuir para a formação de profissionais em educação, em especial professores da Educação Básica, capazes de produzir e estimular a produção dos alunos nas diferentes mídias, de forma articulada à proposta pedagógica e a uma concepção interacionista de aprendizagem; (2) identificar aspectos teóricos e práticos referentes aos meios e comunicação no contexto das diferentes mídias e no uso integrado das linguagens de comunicação: sonora, visual, impressa, audiovisual, informática e telemática, destacando as mais adequadas aos processos de ensino e aprendizagem; (3) explorar o potencial dos Programas da SEED/MEC (TV Escola, Proinfo, Rádio Escola, Rived) e os desenvolvidos por IES ou Secretarias Estaduais e Municipais de Educação, no Projeto Político Pedagógico da escola, sua gestão no cotidiano escolar e sua disponibilidade à comunidade; (4) elaborar propostas concretas para utilização dos acervos tecnológicos disponibilizados à escola no desenvolvimento de atividades curriculares nas diferentes áreas do conhecimento; (5) desenvolver estratégias de autoria e de formação do leitor crítico nas diferentes mídias e (6) elaborar projeto de uso integrado das mídias disponíveis.

Metodologia Adotada: O curso é oferecido na versão *Web*, complementado por cd-rom. Para o desenvolvimento do programa, serão necessários os seguintes materiais didáticos: (1) Guia didático e orientação acadêmica (disponível para impressão, *download* e em cd-rom); (2) Material de apoio (disponível para impressão, *download* e em cd-rom); (3) Guia de atividades para cada um dos módulos temáticos (disponível para impressão, *download* e em cd-rom); (4) Vídeos, atividades e animações do curso. (disponível para *download* e em cd-rom) e (5) Atividades de comunicação e interação on-line – fórum, *chat* e lista de discussão (disponíveis on-line).

O curso envolve encontros presenciais de grupos nas Universidades, nos NTE ou nas SE, em ambientes providos de TV, videocassete e computadores com acesso à Internet, ao longo do

Relatório de Gestão 2007- 49

programa. Estes encontros têm como objetivo criar oportunidades de contato com as tecnologias não disponíveis nos locais de origem dos participantes, possibilitando a exploração orientada para o ensino e a aprendizagem e para troca de experiências. Os módulos terão como conclusão um evento virtual, envolvendo a publicação de trabalhos e visita guiada ao *site* para avaliação dos trabalhos publicados. Os cursistas deverão ser, preferencialmente, professores atuantes na Educação Básica. O principal pré-requisito para os cursistas é o acesso à Internet de, pelo menos, duas horas diárias. Devem comprometer-se a participar das atividades presenciais referentes aos módulos cursados.

A avaliação deverá ser continuada, lançando mão de procedimentos e instrumentos adequados à proposta pedagógica do curso e às necessidades dos cursistas, para garantir o desenvolvimento integrado e contínuo das aprendizagens e competências. As avaliações incluirão procedimentos de auto-avaliação, avaliação a distância e presencial, participação no projeto integrador e elaboração do projeto final, conforme a certificação pretendida.

Ao final de cada módulo os cursistas deverão apresentar, esquematicamente, uma atividade baseada no que foi estudado. Deve ser estimulada discussão virtual acerca das propostas apresentadas, de modo a fomentar a reflexão sobre a influência do estudo na concepção das atividades apresentadas. A apresentação da proposta, bem como a participação efetiva no debate coletivo, constituirão critérios de aprovação no respectivo módulo. Para obter aprovação e a respectiva certificação no Ciclo completo, o cursista deverá cumprir os requisitos estabelecidos, segundo o nível e especificidade da certificação.

Detalhamento das Atividades: Realização de atividades de tutoria nos diferentes módulos do Programa:

1. Leitura dos módulos e interação em todos os materiais disponibilizados no ambiente E-Proinfo.
2. Envio de e-mails indicando o início de cada etapa, com as respectivas orientações sobre leituras e atividades a serem realizadas durante a semana.
3. Abertura dos fóruns de discussão e acompanhamento dos mesmos.
4. Leitura, validação ou indicação de refazer os trabalhos postados na biblioteca do curso pelos alunos.
5. Comentário em todas as mensagens postadas no Diário de Bordo individual de cada cursista.
6. Realização de *chat* sobre o tema proposto no módulo.
7. Interação com outros tutores, coordenação de tutoria e coordenação do curso.
8. Elaboração de relatório detalhado do processo de ensino-aprendizagem e das atividades de tutoria realizadas no módulo introdutório do Curso.
9. Elaboração de plano de tutoria, no curso específico para tal.

Prazo de realização: O prazo de execução do Presente Plano de Trabalho é de 12 (doze) meses, de setembro de 2007 a junho de 2008.

Tabela 71 – Metas físicas da ação 6369

2007	
Previstas	Realizadas
01	01

Tabela 72 – Metas financeiras da ação 6369

2007	
Previstas	Realizadas
123.087,30	123.087,30

Relatório de Gestão 2007 - 50

Tabela 73 – Recursos vinculados a financiamento externo e/ou cooperação técnica internacional

Discriminação (código do projeto, descrição finalidade e organismo financiador)	Custo Total	Empréstimo contratado (ingressos externos)		Contra- partida naciona l	Valor das transferências de recursos*			Em caso de não se ter atingido a conclusão total ou de etapa	
		Previsto	Realizado		Motivo	Valor no ano	Valor acumulado no projeto	Motivos que impediram ou inviabilizaram	Providências adotadas para correção
Projeto Mídia na Educação. Financiador: Ministério da Educação.	123.087 ,30	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	123.08 7,30	123.087,3 0	Os recursos foram repassados em Dez/2007	Não se aplica

4.1.10. Programa 1073 – Universidade do Século XXI

4.1.10.1. Dados gerais

Tabela 74 – Dados Gerais do Programa 1073

Tipo de programa	Finalístico
Objetivo geral	Ampliar com qualidade o acesso ao ensino de graduação, à pesquisa e à extensão, com vistas a disseminar o conhecimento
Gerente do programa	Ronaldo Mota
Gerente executivo	Maria Ieda Costa Diniz
Indicadores ou parâmetros utilizados	1830 - Coeficiente de Alunos por Docentes em Exercício na Educação Superior; 1826 - Taxa de Docentes (em Exercício) com Doutorado Atuando nas Instituições Federais de Educação Superior - Graduação Presencial; 1828 - Taxa de Docentes (em Exercício) com Graduação Atuando nas Instituições Federais de Educação Superior - Graduação Presencial; 1827 - Taxa de Docentes (em Exercício) com Mestrado Atuando nas Instituições Federais de Educação Superior – Graduação; 3009 - Taxa de Matrícula de Alunos em Instituições Federais de Educação Superior - Graduação Presencial - no Turno Noturno; 1831 - Taxa de Matrículas de Alunos em Cursos de Graduação Presenciais no Turno Noturno.
Público-alvo (beneficiários)	Alunos e professores das Instituições Federais de Ensino Superior - IFES, bem como bolsistas das IES privadas

4.1.10.2. Principais Ações do Programa

4.1.10.3. Gestão das Ações

4.1.10.3.1. Ação 4009 – Funcionamento de Cursos de Graduação

4.1.10.3.1.1. Dados gerais

Relatório de Gestão 2007- 51
Tabela 75 – Dados Gerais da Ação 4009

Tipo	Atividade
Finalidade	Garantir o funcionamento dos cursos de graduação das Instituições Federais de Ensino Superior - IFES, formar profissionais de alta qualificação para atuar nos diferentes setores da sociedade, capazes de contribuir para o processo de desenvolvimento nacional, com transferência de conhecimento pautada em regras curriculares.
Descrição	Manutenção da infra-estrutura física do campus, manutenção dos serviços terceirizados, pagamento dos serviços públicos e de pessoal ativo, incluindo participação em órgãos colegiados que congreguem o conjunto das instituições federais de ensino superior.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	Pró-Reitoria de Gestão Institucional –PROGINST
Unidades executoras	Pró-Reitorias Acadêmicas
Áreas responsáveis por gerenciamento ou execução	Pró-Reitoria de Gestão Institucional –PROGINST
Coordenador da ação	João Carlos Cordeiro Barbirato

4.1.10.3.1.2. Resultados

Atualmente nos dados do SIMEC/MEC constam 75 cursos de graduação presenciais, dos quais 21 noturnos - nas áreas de ciências: humanas; exatas e naturais; e da saúde - oferecidos em três Campi: A. C. Simões, em Maceió, Delza Gitaí, em Rio Largo (2 cursos das ciências agrárias) e no Campus Arapiraca (11 cursos) e seus Pólos: Palmeira dos Índios (2 cursos), Penedo (2 cursos) e Viçosa (Fazenda São Luiz, 1 curso). Possui ainda, unidades de ensino, pesquisa e extensão em edifícios dispersos, em Maceió. A Educação a Distância é oferecida através dos cursos: Pedagogia (6 Pólos atendendo 26 municípios alagoanos - capacitação de professores do ensino fundamental), em convênio com prefeituras; Administração, Sistemas de Informação, Licenciatura em Física e Pedagogia nos municípios de Porto Calvo, Maragogi, Maceió, Santana do Ipanema, e Olho d'Água das Flores (Programa Universidade Aberta do Brasil, desde 2006).

Em 2007, a UFAL ofertou 2.707 vagas no Campus A. C. Simões, em Maceió e 640 vagas no Campus Arapiraca, totalizando 3.347 vagas presenciais e 1.540 vagas a distância, perfazendo um total geral de 4.887 novas vagas. Houve um aumento de vagas ofertadas no período compreendido entre 2004/2007 de 50,43%, na modalidade presencial e 108,36% no total de vagas ofertadas pela UFAL.

Para dar suporte às atividades acadêmicas, a UFAL investiu pesado na melhoria das suas instalações físicas conforme descrito a seguir: todas as salas de aula possuem cadeiras estofadas; todas as unidades acadêmicas e as salas de multimídias dos blocos 07, 13, 14 e 18 possuem TV, vídeo, projetor multimídia e retroprojetor; construção de 10 salas de aula no Centro de Educação (CEDU), adaptação e reparação em salas no LABMAR; serviços de reparação e adaptações no laboratório de nutrição animal do CECA; construção do bloco do Instituto de Ciências Biológicas e da Saúde (20 salas de aula), ampliação do anexo do museu Théo Brandão, reforma nos prédios do Campus A. C. Simões; construção de 6 salas de aula no bloco 18.

Entre as despesas realizadas nesta ação estão: 3390.14 - Diárias civil (R\$ 341.727,92); 3390.18 - Auxílio financeiro a estudantes (R\$ 4.451.755,89), 3390.20 - Auxílio financeiro a pesquisadores (R\$ 204.676,00); 3390.30 - Material de consumo (R\$ 6.197.834,80), 3390.36 - Outros serviços de terceiros pessoal física (R\$ 1.551.076,89), 3390.39 - Outros serviços de

Relatório de Gestão 2007 - 52

terceiros pessoa jurídica (R\$ 22.233.102,56), 3390.33 - Passagens de despesas de locomoção (R\$ 614.311,34).

Tabela 76 – Metas físicas da ação 4009

2007	
Previstas	Realizadas
12.447	12.944

Tabela 77 – Metas financeiras da ação 4009

2007	
Previstas	Realizadas
148.664.613,00	147.867.056,90

Tabela 78 – Recursos vinculados a financiamento externo e/ou cooperação técnica internacional

Discriminação (código do projeto, descrição finalidade e organismo financiador)	Custo Total	Empréstimo contratado (ingressos externos)		Contra partida nacional	Valor das transferências de recursos*			Em caso de não se ter atingido a conclusão total ou de etapa	
		Previsto	Realizado		Motivo	Valor no ano	Valor acumulado no projeto	Motivos que impediram ou inviabilizaram	Providências adotadas para correção
Funcionamento de Cursos de Graduação. Financiador: Ministério da Educação.	147.867.056,90	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	147.867.056,90	147.867.056,90	Não se aplica	Não se aplica

4.1.10.3.2. Ação 4008 – Acervo Bibliográfico Destinado às Instituições Federais de Ensino Superior e Hospitais de Ensino

4.1.10.3.2.1. Dados gerais

Tabela 79 – Dados Gerais da Ação 4008

Tipo	Atividade
Finalidade	Possibilitar a manutenção, a preservação, a disponibilização e ampliação do acervo bibliográfico das Instituições Federais de Ensino Superior e Hospitais de Ensino, para melhoria da qualidade do ensino de graduação.
Descrição	Aquisição de bibliografia básica para o ensino de graduação. Ordenação, catalogação, manutenção de sistemas informatizados, limpeza, manutenção e recuperação do acervo.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	Biblioteca Central da UFAL
Unidades executoras	Unidades Acadêmicas
Áreas responsáveis por gerenciamento ou execução	Biblioteca Central da UFAL
Coordenador da ação	Cristiane Cyrino Estevão Oliveira*

* Coordenadora local da referida ação na UFAL.

4.1.10.3.2.2. Resultados

A UFAL conta em Maceió com 01 Biblioteca Central, 01 Biblioteca Setorial e 06 Postos de Atendimento (de acordo com a nomenclatura utilizada pelo MEC). Nos campi da interiorização

Relatório de Gestão 2007 - 53

estão sendo realizadas as implantações de 01 Biblioteca Setorial no Campus Arapiraca, e três postos de atendimento respectivamente nos Pólos Penedo, Viçosa e Palmeira dos Índios.

Em 2007, através de convênio com o IBICT, a Biblioteca Central implantou a Biblioteca Digital de Teses e Dissertações – BDTD/UFAL, disponibilizando na Internet as teses e dissertações da UFAL através do site da Biblioteca (www.sibi.UFAL.br). A BDTD/UFAL teve sua criação regulamentada através da Resolução nº37/2006 – CONSUNI/UFAL, de 07 de agosto de 2006. A BDTD/UFAL iniciou os trabalhos de implantação em agosto de 2006, disponibilizando para consulta através da Internet, até esta data 46 (quarenta e seis) trabalhos (teses e dissertações).

A Biblioteca Central conta atualmente com um acervo estimado em 28.697 (Vinte e oito mil, seiscentos e noventa e sete) títulos de livros totalizando cerca de 115.337 (Cento e quinze mil, trezentos e trinta e sete) exemplares. Uma Coleção de Periódicos totalizando cerca de 1.023 (Um mil e vinte e três) periódicos nacionais e 1.113 (Um mil e cento e treze) periódicos estrangeiros.

Tabela 80 - Dados do Acervo Documental 2007

ACERVO	2007
Títulos de livros	28.697
Exemplares de livros	115.337
Títulos de periódicos nacionais	1.023
Títulos de periódicos estrangeiros	1.113
Assinaturas de Jornais	03
Monografias (Graduação)	3.464
Monografias (Especialização)	1.702
Dissertações	1.390

Fonte: BIBLIOTECA CENTRAL

A Biblioteca Central disponibiliza um serviço de orientação ao usuário para realização de pesquisas no Portal de periódicos da CAPES, e outras bases através do Serviço de Informação e Documentação – SID.

Tabela 81 - Dados dos Serviços Orientados na Biblioteca Central

Serviços	Dado
Empréstimo de livros	330.456
Reserva de livros	7.594
Leitores inscritos	16.662
Catálogo na Fonte	266
Pesquisas <i>on-line</i> realizadas pelo usuário	18.763
Comutação bibliográfica	1.785
Levantamentos bibliográficos	238
Fluxo de usuários	412.794
Treinamentos – PORTAL CAPES	10

Fonte: BIBLIOTECA CENTRAL

Em 2007, a UFAL investiu cerca de R\$ 680.000,00 (Seiscentos e oitenta mil) na aquisição de livros e periódicos bem como em vídeos e em bases de dados.

Relatório de Gestão 2007 - 54

Tabela 82 – Dados da aquisição de livros e periódicos da UFAL

Nº Pregão	Data	Títulos		Exemplares		Despesa	
		Quant.	Comprados	Quant.	Comprados	Prevista (R\$)	Realizada (R\$)
9	09/03/07	104	100	472	459	47,154.34	31,562.60
29	29/03/07	372	354	1.467	1.386	116,930.44	83,375.29
87	09/07/07	355	334	2.056	1.904	82,477.91	71,012.76
111	03/08/07	340	335	1.740	1.714	100,894.17	68,643.50
139	28/09/07	367	302	1.149	948	80,121.74	59,133.20
140	02/10/07	112	103	224	206	22,033.12	14,192.24
159	25/10/07	300	294	1.108	1.093	96,234.20	72,499.95
165	30/10/07	286	279	999	968	52,723.39	40,010.83
185	14/11/07	768	0	2963	0	197,170.18	---
200	28/11/07	125	0	340	0	21,598.89	---
Total		2.236	2.101	12.178	8.678	795,739.49	440,430.37

Fonte: BIBLIOTECA CENTRAL

Além das realizações acima descritas a Biblioteca Central teve um avanço nas áreas de preservação de acervo, tratamento técnico do acervo, implantação do sistema de automação e capacitação de seus servidores, conforme detalhamento abaixo:

Aquisição de bases de livros eletrônicos: Foram adquiridas bases de e-books nas seguintes áreas: Ciência do Comportamento – 40; Ciências ambientais e da terra – 150; Humanidades, ciências sociais e direito – 170; Matemática e Estatística – 325; Computação profissional e Web design – 150; Ciências da saúde – 95.

Preservação do acervo: Foi implantado no segundo semestre de 2007 o sistema de segurança eletromagnético, garantindo assim melhores condições de preservação para o acervo da Biblioteca Central.

Tratamento técnico do acervo: Foi contratada uma força tarefa, composta de 10(dez) bibliotecários, a fim de garantir o tratamento técnico das novas aquisições disponibilizando em hábil o novo acervo para a comunidade acadêmica.

Implantação do sistema de automação: Encontra-se em fase de implantação o sistema de automação (PERGAMUM), tendo sido implantados os módulos de catalogação e a consulta ao catálogo on-line, no entanto a fim de que os próximos módulos sejam implantados, necessitamos aumentar o quadro de profissionais bibliotecários, uma vez que, o número de bibliotecários efetivos atualmente é insuficiente para o volume de trabalho existente, sendo este um fator decisivo e imprescindível para a conclusão da implantação do sistema de automação.

Capacitações: MARC BIBLIOGRÁFICO oferecido pela PUC/RIO - Participação de 06(seis) bibliotecários no curso a distância; XXII Congresso Brasileiro de Biblioteconomia, Documentação e Ciência da Informação - Participação de 02 (dois) bibliotecários; Encontro Nacional da Rede PERGAMUM - Participação de 02(dois) bibliotecários; Seminário Internacional de Bibliotecas Digitais - Participação de 01(um) bibliotecário; Jornada Norte Nordeste de Biblioteconomia e Documentação - Participação de 02 (dois) bibliotecários; Curso de Legislação oferecido pela UFAL – 01 participante; Curso de Português oferecido pela UFAL – 05 participantes e Curso de Informática oferecido pela UFAL – 01 participante.

Tabela 83 – Metas físicas da ação 4008 (em milhar)

2007	
Previstas	Realizadas
14	28

Relatório de Gestão 2007 - 55
Tabela 84 – Metas financeiras da ação 4008

2007	
Previstas	Realizadas
680.000,00	679.997,35

Tabela 85 – Recursos vinculados a financiamento externo e/ou cooperação técnica internacional

Discriminação (código do projeto, descrição finalidade e organismo financiador)	Custo Total	Empréstimo contratado (ingressos externos)		Contra- partida naciona l	Valor das transferências de recursos*			Em caso de não se ter atingido a conclusão total ou de etapa	
		Previsto	Realizado		Motivo	Valor no ano	Valor acumulado no projeto	Motivos que impediram ou inviabilizaram	Providências adotadas para correção
Acervo bibliográfico destinado às Instituições Federais de Ensino Superior e Hospitais de Ensino. Financiador: Ministério da Educação.	679.997 ,35	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	679.99 7,35	679.997,3 5	Não se aplica	Não se aplica

4.1.10.3.3. Ação 6373 – Modernização e Recuperação da Infra-Estrutura Física das Instituições Federais de Ensino Superior e dos Hospitais de Ensino

4.1.10.3.3.1. Dados gerais

Tabela 86 – Dados Gerais da Ação 6373

Tipo	Atividade
Finalidade	Recuperar, manter e/ou modernizar a infra-estrutura física das Instituições Federais de Ensino Superior e dos Hospitais de Ensino, para assegurar a expansão da oferta de vagas do ensino de graduação, com qualidade.
Descrição	Restauração/modernização das edificações/instalações, com vistas a um adequado estado de uso, por meio de obras de pequeno vulto que envolvam ampliação/reforma/adaptação, bem como aquisição e/ou reposição de materiais, inclusive aqueles inerentes às pequenas obras, observados os limites da legislação vigente.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	Pró-Reitoria de Gestão Institucional - PROGINST
Unidades executoras	Superintendência de Infraestrutura - SINFRA
Áreas responsáveis por gerenciamento ou execução	Pró-Reitoria de Gestão Institucional - PROGINST
Coordenador da ação	João Carlos Cordeiro Barbirato

4.1.10.3.3.2. Resultados

A Universidade Federal de Alagoas - UFAL encontra-se em um momento privilegiado, tanto em termos de conjuntura externa quanto de conjuntura interna, para consolidar, ampliar e aprofundar um processo de transformação já em curso, que consiste no desenvolvimento das suas atividades finalísticas, resgatando-a do estado de necessidades que ainda passa.

A maneira como a UFAL tem trabalhado, associada ao esforço da melhoria dos serviços prestados à sociedade, por meio de uma melhor utilização dos recursos disponíveis, torna

Relatório de Gestão 2007- 56

necessário que as diversas ações dessa instituição estejam voltadas a atingir seus objetivos, como também a satisfazer os anseios da sociedade.

Podemos constatar que a UFAL apresentou um crescimento significativo dos seus indicadores de gestão. Esses resultados revelam os frutos de um trabalho coordenado de construir os fundamentos de nossa atuação nas esferas do ensino, pesquisa e extensão, cumprindo a missão social da Instituição.

Com isso, verificou-se a necessidade de criar nas Unidades Acadêmicas e Administrativas ambientes favoráveis ao aperfeiçoamento e à sensibilização para a construção de uma cultura voltada para resultados e para a busca contínua de melhoria no atendimento as necessidades da comunidade universitária. Com isso, verificou-se a necessidade de investimento na melhoria dos espaços físicos e a aquisição de equipamentos (e material permanente) para a UFAL.

Em decorrência deste aporte de recursos, a gestão pode melhorar a infra-estrutura física dos seus espaços físicos, de modo a proporcionar condições adequadas ao desenvolvimento das atividades acadêmicas e outras atividades desenvolvidas na UFAL.

Melhor é a execução do planejamento da instituição quando mais rápido se der a liberação orçamentária por parte dos Ministérios, o que quase sempre não é assim. Principalmente em dezembro, com as suplementações do Congresso Nacional.

Tabela 87 – Metas físicas da ação 6373

2007	
Previstas	Realizadas
04	04

Tabela 88 – Metas financeiras da ação 6373

2007	
Previstas	Realizadas
4.975.045,00	4.041.105,93

Tabela 89 – Recursos vinculados a financiamento externo e/ou cooperação técnica internacional

Discriminação (código do projeto, descrição finalidade e organismo financiador)	Custo Total	Empréstimo contratado (ingressos externos)		Contrapartida nacional	Valor das transferências de recursos*			Em caso de não se ter atingido a conclusão total ou de etapa	
		Previsto	Realizado		Motivo	Valor no ano	Valor acumulado no projeto	Motivos que impediram ou inviabilizaram	Providências adotadas para correção
Modernização e Recuperação da Infra-estrutura Física das Instituições Federais de Ensino Superior e Hospitais de Ensino. Financiador: Ministério da Educação.	4.041.105,93	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	4.041.105,93	4.041.105,93	Não se aplica	Não se aplica

4.1.10.3.4. Ação 4002 – Assistência ao Educando do Ensino de Graduação

4.1.10.3.4.1. Dados gerais

Relatório de Gestão 2007 - 57
Tabela 90 – Dados Gerais da Ação 4002

Tipo	Atividade
Finalidade	Apoiar os estudantes do ensino de graduação, mantendo, a critério da instituição, os restaurantes universitários, as casas de estudantes, e a assistência médico-odontológica.
Descrição	Fornecimento de alimentação, atendimento médico-odontológico, alojamento e transporte, dentre outras iniciativas típicas de assistência social ao educando, cuja concessão seja pertinente sob o aspecto legal e contribua para o bom desempenho do aluno na escola.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	Pró-Reitoria Estudantil - PROEST
Unidades executoras	Pró-Reitoria Estudantil - PROEST
Áreas responsáveis por gerenciamento ou execução	PROEST, Restaurante Universitário, Gabinete Odontológico e Residência Universitária.
Coordenador da ação	Eduardo Sílvio Sarmiento de Lyra*

* Coordenador local da referida ação na UFAL.

4.1.10.3.4.2. Resultados

Os Programas de Assistência Estudantil foram iniciados na UFAL no ano de 1965, logo após a sua criação, assegurando aos estudantes assistência médica, residência universitária e restaurante universitário. A UFAL compreende a política de assistência estudantil como parte do processo educativo devendo articular-se ao ensino, à pesquisa e à extensão. Assim, tem ampliado o atendimento, operacionalizando e fortalecendo esta política como meio para garantir aos seus alunos o direito à permanência e à conclusão de seus cursos.

Dados estatísticos indicam que 41,37% dos nossos alunos têm a renda familiar compreendida entre um e quatro salários mínimos (pesquisa realizada em 2007), e destes 86,22% tem na composição familiar de três a seis membros. Assim, constata-se que parcela significativa da comunidade universitária advém de camadas com baixo poder aquisitivo e que demandam assistência social.

Em relação às políticas na área da saúde são prestadas pela assistência odontológica e pela assistência médica. A Assistência odontológica é prestada pelo Gabinete Odontológico da UFAL, que tem na sua composição 08 (oito) profissionais odontólogos e 06 (seis) na área de apoio (05 auxiliares e 01 estagiária) que contribuíram para o aumento no atendimento de **1.321** (em 2006) para **4.392** (em 2007). A assistência médica é realizada por meio do Hospital Universitário, de acordo com a demanda apresentada, com o encaminhamento do estudante pela PROEST e articulação com a Secretaria da Direção do Hospital Universitário que agenda as consultas. Durante 2006 comprovou-se que houve procura pelas diversas especialidades, havendo, no entanto, predominância quanto a: dermatologia, oftalmologia, clínica geral, gastroenterologia, endocrinologia, psicologia e otorrinolaringologia e foram encaminhados **552** (quinhentos e cinquenta e dois) estudantes, enquanto que em 2007 atingiu **698** (seiscentos e noventa e oito) encaminhamentos.

O programa da residência universitária é um programa de grande alcance social, proporcionando moradia a 102 (cento e dois) alunos oriundos do interior do Estado de Alagoas, atingindo hoje, 43 municípios. Em 2007, foram selecionados 21 (vinte e um) alunos e atendendo as necessidades houve investimentos diversos: aquisição de 01 (um) fogão, 02 (dois) fones de ouvido, 01 (um) aparelho de ar condicionado, 02 (dois) bebedouros tipo geláguia. Atualmente na residência 04 (quatro) residentes desenvolvem atividades como bolsistas estudo/trabalho na própria RUA, sendo 03 (três) na sala de informática e 01 (um) no restaurante, enquanto outros desenvolvem suas atividades nas diversas unidades.

Relatório de Gestão 2007 - 58

O programa do restaurante universitário proporciona à comunidade universitária espaço de convivência, integrando as ações de educação, formação profissional, saúde, alimentação e lazer. Em sua trajetória tem atingido os objetivos institucionais ao proporcionar condições de permanência aos alunos de graduação e pós-graduação, garantindo o direito de alimentação com qualidade. Proporciona ainda aos alunos dos cursos de nutrição e serviço social, por meio dos estágios supervisionados e de laboratório para aulas práticas, melhorias na sua formação profissional a exemplo dos cursos de administração, arquitetura, jornalismo e engenharia de agrimensura; além de servir de espaço de discussão, reflexão e integração ao apoiar os diferentes eventos estudantis. Em sua dinâmica, este programa tem contribuído para o atendimento das diferentes realidades postas: (1) minimizar os efeitos das desigualdades sociais ao selecionar comensais da graduação; (2) proporcionar o desenvolvimento das ações das atividades estudantis com a concessão de 20 (vinte) cortesias diárias para o Diretório Central dos Estudantes; (3) contribuir para a formação continuada com a inclusão de 60 (sessenta) alunos de pós-graduação; (4) contribuir para a formação profissional com a inserção dos alunos das Empresas Juniores e (5) realizar pesquisas para o cálculo das necessidades calóricas junto à comunidade do restaurante por meio da disciplina de Trabalho de Conclusão de Curso do curso de nutrição. A política de alimentação é fundamental como processo de inclusão, pelo seu raio de abrangência que visa atender às necessidades sócio-econômicas do aluno de graduação cujas pesquisas apontam 24,7%; no processo de ré-ingresso em pós-graduação, no incentivo e apoio aos eventos acadêmicos, culturais e como espaço de integração e convivência. Em 2007, na política de alimentação e considerando as diversas realidades (Campus A. C. Simões, RUA, CECA e atendimento noturno) houve 1.740 inclusões.

Para estudantes, a meta prevista de 1.000 foi cumprida. O número de comensais foi de 1.740, somatório de atendimentos a estudantes e demais setores e programas envolvidos, inclusive no horário noturno.

Tabela 91 – Metas físicas da ação 4002

2007	
Previstas	Realizadas
1.000	1.740

Tabela 92 – Metas financeiras da ação 4002

2007	
Previstas	Realizadas
802.761,00	694.450,80

Tabela 93 – Recursos vinculados a financiamento externo e/ou cooperação técnica internacional

Discriminação (código do projeto, descrição finalidade e organismo financiador)	Custo Total	Empréstimo contratado (ingressos externos)		Contra- partida naciona l	Valor das transferências de recursos*			Em caso de não se ter atingido a conclusão total ou de etapa	
		Previsto	Realizado		Motivo	Valor no ano	Valor acumulado no projeto	Motivos que impediram ou inviabilizaram	Providências adotadas para correção
Assistência ao Educando do Ensino de Graduação. Financiador: Ministério da Educação.	694.450,80	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	694.450,80	694.450,80	Não se aplica	Não se aplica

4.1.10.3.5. Ação 4005 – Funcionamento da Residência Médica**4.1.10.3.5.1. Dados gerais****Tabela 94 – Dados Gerais da Ação 4005**

Tipo	Atividade
Finalidade	Proporcionar aos médicos recém-formados, por meio de treinamento em serviços credenciados, melhor qualificação nas várias especialidades médicas e suas áreas de atuação, visando à melhoria no atendimento médico à população. O treinamento é feito em instituições de saúde universitárias ou não, sob a orientação de médicos de elevada qualificação ética e profissional.
Descrição	Verificação “ <i>in loco</i> ” das propostas de oferta de programas de residência médica e acompanhamento permanente dos já credenciados pela Comissão Nacional de Residência Médica do MEC. Os residentes atuarão em atendimento ambulatorial geral, especializado e exames complementares; cirurgias de grande e pequeno porte, estágio em programa de prevenção da cegueira em escolares e na comunidade em geral, atuando, ainda, em atividades teóricas, em seminários e em casos clínicos.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	Hospital Universitário Prof. Alberto Antunes - HUPAA
Unidades executoras	Hospital Universitário Prof. Alberto Antunes - HUPAA
Áreas responsáveis por gerenciamento ou execução	Hospital Universitário Prof. Alberto Antunes - HUPAA
Coordenador da ação	Mario Jorge Jucá*

* Coordenador local da referida ação na UFAL.

4.1.10.3.5.2. Resultados

O programa de Residência Médica do Hospital Universitário Prof. Alberto Antunes, implantado em 1989, tem desenvolvido ações através dos médicos residentes, que correspondem à prestação de serviço médico à comunidade e ao treinamento prático, supervisionado, visando a formação de profissionais para o exercício da medicina.

O programa de Residência Médica do HUPAA em 2007 contou com 57 bolsas ativas e 53 residentes. Cumprindo sua missão, o HUPAA qualificou a formação de 51 médicos nos diversos programas, através do desenvolvimento de 12 (doze) Programas de Residência Médica, não tendo havido ampliação do número de vagas, tampouco no número de especialidades em relação ao ofertado em 2006. Em 2007, as áreas de atuação da Residência Médica foram: Clínica Médica, Cirurgia Geral, Pediatria, Ginecologia, Obstetrícia, Medicina da Família e Comunidade, Gastroenterologia, Dermatologia, Anestesiologia, Oftalmologia, Patologia Geral e Neonatologia.

Em 2007 o programa manteve o credenciamento junto a Comissão Nacional de Residência Médica do MEC. Com a mudança do perfil de assistência do hospital, nos últimos anos a Residência Médica passou por uma reestruturação, criando vagas em novas áreas de especialização como: neonatologia e dermatologia, ampliou-se o número de vagas passando de um total de 35 vagas no ano de 2002 para 53 conforme distribuição na **Tabela 95**.

Relatório de Gestão 2007 - 60
Tabela 95 - Distribuição dos Residentes por Especialidade

Especialidade	R1	R2	R3	Total
Anestesiologia	2	2	2	6
Cirurgia Geral	4	4		8
Clínica Médica	4	4		8
Dermatologia	2	2		4
Medicina da Família e da Comunidade		1		1
Gastroenterologia	1	1		2
Neonatologia			2	2
Obstetrícia e Ginecologia	4	2		6
Oftalmologia	2	2	2	6
Patologia	1	1		2
Pediatria	4	4		8
Total	24	23	6	53

Fonte: COREME/HUPAA

Tabela 96 – Metas físicas da ação 4005

2007	
Previstas	Realizadas
53	53

Tabela 97 – Metas financeiras da ação 4005

2007	
Previstas	Realizadas
1.439.647,24	1.439.647,24

Tabela 98 – Recursos vinculados a financiamento externo e/ou cooperação técnica internacional

Discriminação (código do projeto, descrição finalidade e organismo financiador)	Custo Total	Empréstimo contratado (ingressos externos)		Contrap artida naciona l	Valor das transferências de recursos*			Em caso de não se ter atingido a conclusão total ou de etapa	
		Previsto	Realizado		Motivo	Valor no ano	Valor acumulado no projeto	Motivos que impediram ou inviabilizaram	Providências adotadas para correção
Funcionamento da Residência Médica. Financiador: Ministério da Educação.	1.439.647,24	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	1.439.647,24	1.439.647,24	Não se aplica	Não se aplica

4.1.10.3.6. Ação 6328 – Universidade Aberta e a Distância

4.1.10.3.6.1. Dados gerais

Relatório de Gestão 2007- 61
Tabela 99 – Dados Gerais da Ação 6328

Tipo	Atividade
Finalidade	Ampliar, democratizar e efetivar a oferta de cursos superiores a distância, oportunizando o acesso à Educação Superior inicial e continuada. Oferecer e promover programas de educação a distância, desenvolvidos em articulação ou diretamente pelas instituições públicas de ensino superior do País; difundir padrões de qualidade, promovendo a equidade e incentivando o aperfeiçoamento continuado de pessoal; inserir e expandir nas instituições públicas as novas linguagens, metodologias e tecnologias de educação a distância, visando modernizar e ampliar a Educação Superior brasileira.
Descrição	Definição de proposta básica e de referenciais de qualidade dos cursos, com implantação de pólos regionais ou desenvolvimento autônomo. Proposição e definição de: cursos de graduação e pós-graduação por parte das IES, bem como respectivas propostas orçamentárias; pólos de apoio presencial por parte dos Municípios, Estados e DF. Segue-se o desenvolvimento dos cursos superiores a distância, por meio das instituições públicas brasileiras, combinado com a avaliação externa das atividades. Aquisição e instalação de equipamentos e de redes; capacitação de docentes e pessoal envolvidos com os cursos; criação de currículos específicos e respectivos conteúdos. Desenvolvimento de cursos, material instrucional, metodologias, que subsidie a graduação e a pós-graduação em geral, compreendendo desde a formação de recursos humanos para produção de material de multimídia educacional até a contratação de serviços e realização de eventos.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	Coordenadoria Institucional de Educação a Distância – CIED
Unidades executoras	Coordenadoria Institucional de Educação a Distância – CIED
Áreas responsáveis por gerenciamento ou execução	Coordenadoria Institucional de Educação a Distância - CIED
Coordenador da ação	Anamelea Campos Pinto*

* Coordenadora local da referida ação na UFAL.

4.1.10.3.6.2. Resultados

A Universidade Federal de Alagoas (UFAL), em razão da sua larga experiência na educação a distância, é uma das instituições participantes desse projeto piloto. Em Alagoas, ela foi pioneira no oferecimento de Curso de Graduação a Distância. Em 1996, visando à formação dos professores da rede pública que atuam nas séries iniciais do Ensino Fundamental, criou o Curso de Licenciatura em Pedagogia, que foi também o primeiro Curso de Graduação a Distância a ser reconhecido pelo MEC no Estado.

A opção por essa modalidade se deve não só pela necessidade de atender a estudantes residentes em regiões que não possuem instituições de ensino superior, mas também profissionais em serviço que necessitam formação em nível universitário.

Relatório de Gestão 2007- 62

Para viabilizar esse projeto, a Universidade Federal de Alagoas procurou firmar parceria com as prefeituras de Santana do Ipanema, Porto Calvo e Maceió para instalação de 3 pólos. A parceria com as duas primeiras prefeituras foi de fato firmada, enquanto que a parceria com a prefeitura de Maceió não teve êxito.

Entendendo a necessidade de se ter um pólo em Maceió, devido a grande demanda nesta região, a Universidade Federal de Alagoas assumiu a implantação do mesmo. Esse fato provocou uma necessidade imediata de financiamento por parte do MEC, para instalação de infra-estrutura mínima (operacional e pedagógica) para início das atividades neste pólo. Além disso, faz-se necessário um aporte mínimo de recursos para viabilizar o pólo de Porto Calvo, cuja carência de recursos ficou constatada pela UFAL.

O Projeto Universidade Aberta do Brasil – UAB – foi criado pelo Ministério da Educação, em 2005, no âmbito do Fórum das Estatais pela Educação, para a articulação e integração de um sistema nacional de educação superior a distância, em caráter experimental, visando sistematizar as ações, programas, projetos, atividades pertencentes as políticas públicas voltadas para a ampliação e interiorização da oferta do ensino superior gratuito e de qualidade no Brasil.

O Sistema Universidade Aberta do Brasil é uma parceria entre consórcios públicos nos três níveis governamentais (federal, estadual e municipal), a participação das universidades publica e demais organizações interessadas.

Em 2007, a UFAL possuía 500 alunos no curso de administração, 700 alunos nos cursos de pedagogia, física e sistema de informação, perfazendo um total de 1.200 alunos na modalidade a distância.

Entre os projetos contemplados pela referida ação estão: Distribuição de material de apoio a educação a distância (R\$ 107.925,00); Aparte para construção da sede administrativa da CIED da universidade federal de alagoas (R\$ 200.000,00); Aquisição de material permanente da CIED da UFAL (R\$ 170.000,00); Capacitação de profissionais da CIED (R\$ 266.904,84) e Implementação e oferta dos cursos de EAD da Universidade Federal de Alagoas (R\$ 182.801,27). Todavia, os recursos orçamentário-financeiros destinados à execução destes projetos foram creditados no final do exercício de 2007, inviabilizando, assim, a sua execução no referido período. Diante disso, foi realizada a transferência deste recurso para a FUNDEPES devido ao curto prazo para realização das despesas.

Entre os projetos executados em 2007 estão: projeto de concepção e desenvolvimento de ferramentas de apoio às ações da UAB no contexto da UFAL (R\$ 120.000,00), Projeto de Capacitação dos Docentes em EAD da Região Nordeste (R\$ 122.141,54).

Resultados do projeto de *concepção e desenvolvimento de ferramentas de apoio às ações da UAB no contexto da UFAL*.

Objetivos: O referido projeto teve como objetivo geral a concepção e desenvolvimento de um ambiente integrado de suporte à educação a distância, por meio da contratação de pessoal técnico especializado para a implantação, revitalização, desenvolvimento e instalação de atualizações evolutivas do: Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA) e Sistema de Gestão Acadêmica de um ambiente integrado de suporte à Educação à Distância.

Linhas de Ação:

- 1) Adaptação da plataforma *Moodle* para atendimento das peculiaridades da UFAL;
- 2) Desenvolvimento de ferramentas na plataforma *Moodle* para a oferta dos cursos do Sistema UAB/UFAL;
- 3) Implementação da interface entre a plataforma *Moodle* e o Sistema Acadêmico da UFAL ;
- 4) Ações de capacitação dos usuários do Sistema.

Dinâmica do processo: Esse projeto foi dividido em três etapas:

Relatório de Gestão 2007- 63

(A) Melhoria do Ambiente *Moodle*: Essa parte foi concentrada na instalação, tradução e adaptação do ambiente *Moodle* ao contexto da UFAL. As seguintes ações foram planejadas:

(a.1) Instalação do Ambiente *Moodle*-UFAL

Meta: Deixar o ambiente *Moodle* operacional para o sistema UAB-UFAL

Responsável Técnico Científico: Prof. Fábio Paraguaçu Duarte da Costa

Acompanhamento das ações: seminários semanais e relatórios mensais

Bolsistas: Felipe Buarque, Felipe Luciani e Everson Alves da Silva

Situação Atual do Projeto: finalizado

(a.2) Tradução, Design e Tutoria no Ambiente *Moodle*-UFAL

Meta: Realização da tradução do inglês para o português da plataforma, concepção e elaboração de um novo design do sistema, assim como o desenvolvimento de suporte eletrônico para ajudar alunos.

Responsável Técnico Científico: Prof. Fábio Paraguaçu Duarte da Costa

Acompanhamento das ações: seminários semanais e relatórios mensais

Bolsistas: Rogério de Cavalcanti Moura, Thiago Alves da Silva, Felipe Buarque, Felipe Luciani, Natália Franco e Tarsis Wanderley Toledo

Situação Atual do Projeto: finalizado

(a.3) Conexão entre o Ambiente *Moodle* e o Sistema Acadêmico

Meta: Realização da conexão entre o ambiente *Moodle* e o sistema acadêmico da UFAL através da construção de serviços WEB.

Responsável Técnico Científico: Prof. Fábio Paraguaçu Duarte da Costa

Acompanhamento das ações: seminários semanais e relatórios mensais

Bolsistas: Rodrigo (Bolsista Acadêmico), Douglas Dalbert Ferreira de Albuquerque, Diogo Gonçalves Monteiro

Situação Atual do Projeto: programação terminada e em fase final de implantação (previsto para 25/02/2008)

(B) Desenvolvimento de ferramentas de suporte para o sistema UAB

Meta: Construção e Automatização de procedimentos de comunicação e avaliação do Sistema UAB-UFAL

(b.1) Desenvolvimento da Página da Coordenadoria Institucional de Educação a Distância - CIED

Meta: Elaboração de uma página WEB para a CIED

Responsável Técnico Científico: Prof. Fábio Paraguaçu Duarte da Costa

Acompanhamento das ações: seminários semanais e relatórios mensais

Bolsistas: Rogério de Cavalcanti Moura (Revisão e produção textual), Márcio Robério (Programação), Elder (Design)

Situação Atual do Projeto: finalizado

(b.2) Sistema de Avaliação de Perfis de Estudantes do Sistema UAB

Meta: Construção de um sistema *on-line* de avaliação de perfis para a concepção de aula adaptáveis aos alunos do sistema UAB

Responsável Técnico Científico: Prof. Dr. Fábio Paraguaçu

Acompanhamento das ações: seminários semanais e relatórios mensais

Bolsistas: Rogério de Cavalcanti Moura (Revisão e produção textual), Márcio Robério (Programação), Elder (Design)

Situação Atual do Projeto: finalizado

(b.3) Sistema de Notícias da CIED

Meta: Construção de um sistema de notícias para a CIED

Responsável pelo Acompanhamento: Prof. Fábio Paraguaçu Duarte da Costa

Acompanhamento das ações: seminários semanais e relatórios mensais

Relatório de Gestão 2007- 64

Bolsistas: Márcio Robério (Programação), Elder (Design)

Situação Atual do Projeto: finalizado

(b.4) Ouvidoria do Sistema UAB

Meta: Construção de um sistema para recepção de críticas e sugestões para os cursos do sistema UAB-UFAL

Responsável Técnico Científico: Prof. Fábio Paraguaçu Duarte da Costa

Acompanhamento das ações: seminários semanais e relatórios mensais

Bolsistas: Márcio Robério (Programação), Elder (Design)

Situação Atual do Projeto: finalizado

(C) Sistemas de Apoio à tomada de Decisão no Contexto do Sistema UAB-UFAL

(C.1) Sistema de Construção Colaborativa de Mapas Conceituais

Meta: Projetar um ambiente colaborativo de concepção de mapas conceituais em tempo real

Responsável Técnico Científico: Prof. Fábio Paraguaçu Duarte da Costa

Acompanhamento das ações: seminários semanais e relatórios mensais

Bolsistas: Everson Alves da Silva, Jefferson Bezerra Silva, Aristóteles da Silva Oliveira, Cynara, Moacir e Ana Maria

Situação Atual do Projeto: programação terminada e em fase final de implantação (previsto para 25/02/2008)

(C.2) Sistema de Recomendação Adaptada ao Usuário do Sistema UAB

Meta: Elaboração de um sistema que recomenda documentos, para alunos do sistema UAB, baseados no seu perfil

Responsáveis Técnicos Científicos: Prof. Fábio Paraguaçu Duarte da Costa e Prof. Evandro de Barros Costa

Bolsistas: Hélio Martins do Nascimento Júnior e Diogo Cabral de Almeida

Situação Atual do Projeto: programação terminada e em fase final de implantação (previsto para 25/02/2008)

a) Principais despesas (em vulto financeiro e/ou relevância para o atendimento da meta) vinculadas à ação

Receitas recebidas	R\$ 117.900,00
Rendimentos de aplicação no mercado financeiro:	R\$ 5.298,96
Outras fontes:	
Devoluções e Transferências	
Total1	R\$ 123.198,96
Despesas	
Diárias	R\$ 2.845,16
Passagens e Locomoção	R\$ 8.441,57
Serv. Terc. Pessoa Jurídica**	R\$ 1.215,55
Serv. Terc. Pessoa Física	R\$ 6.131,19
Obrigações Tributárias	R\$ 1.193,00
Bolsa Acadêmica	R\$ 30.000,00
Bolsa Estudante	R\$ 66.221,41
Total 2	R\$ 116.047,88
Saldo *	R\$ 7.151,08
* Execução em 2008 por aditamento de convênio	
** A rubrica de STPJ refere-se tão-somente à despesas bancárias e o recurso utilizado é proveniente de rendimento de aplicação	

b) Principais Fontes de financiamento interno e externo, complementadas pela exposição de sua importância

Relatório de Gestão 2007- 65

O financiamento foi feito por intermédio da Secretaria de Educação a Distância - SEED, a Fonte financiadora foi o Fundo de Financiamento da Educação Básica – FNDE. É importante salientar que este fundo tem como finalidade a captação de recursos financeiros (salário-educação) e o financiamento de projetos de ensino e pesquisa, dentre eles os destinados a Educação a Distância.

c) Adequação dos valores dos gastos

Os valores gastos foram adequados às metas e ações do projeto, conforme o Plano de Trabalho - PTA aprovado pelo MEC.

O valor repassado foi suficiente para a execução das despesas previstas. A efetivação das despesas ocorreu mediante cotação nas modalidades de Passagens e despesas com Locomoção, em face dos valores não terem ultrapassados 5 (cinco) mil reais.

Na contratação de professores e tutores utilizou-se a modalidade de Bolsa Acadêmica e Estudante, respeitando-se os dispositivos da Lei Nº 11.273, de 06 de fevereiro de 2006.

A contratação de Prestadores de Serviços foi realizada através de processo seletivo, por meio de análise curricular e entrevista, após ampla divulgação nos meios de comunicação locais.

d) Principais recursos materiais e humanos envolvidos

O projeto foi essencialmente realizado com recursos humanos, não havendo necessidade de recursos materiais para sua implantação. No que tange aos recursos humanos os colaboradores seguem infra citados:

Responsáveis pela Supervisão, Acompanhamento Técnico-Científico do Projeto:

Bolsa Acadêmica	Rubrica	Quant.	Valor (R\$)	Total (R\$)
Fabio Paraguaçu Duarte da Costa	Bolsa Acadêmica	9	2.142,86	19.285,74
Evandro de Barros Costa	Bolsa Acadêmica	3	2.142,86	6.428,58
Rodrigo de Lima Pinheiro	Bolsa Acadêmica	2	2.142,86	4.285,72
Total (R\$)				30.000,04

Recursos Humanos que colaboraram na Revisão e Produção Textual, Design, Programação, Apoio Técnico e Administrativo:

Bolsista Estudante	Rubrica	Quant.	Valor (R\$)	Total (R\$)
Thiago Alves da Silva	Bolsa Estágio	7	1.200,00	8.400,00
Everson Alves da Silva	Bolsa Estágio	7	1.200,00	8.400,00
Thiago Alves da Silva	Bolsa Estágio	1	1.037,06	1.037,06
Everson Alves da Silva	Bolsa Estágio	1	1.037,06	1.037,06
Rogério Cavalcante de Moura	Bolsa Estágio	6	1.200,00	7.200,00
Natalia de Melo Franco	Bolsa Estágio	7	411,33	2.879,31
Tarsis Wanderley Toledo	Bolsa Estágio	6	411,33	2.467,98
Felipe Buarque de Queiroz	Bolsa Estágio	10	600,00	6.000,00
Felipe Luciani Gomes de Lima	Bolsa Estágio	10	600,00	6.000,00
Douglas Dalbert Ferreira de Albuquerque	Bolsa Estágio	8	1.200,00	9.600,00
Maria Luzia Rocha da Silva	Bolsa Estágio	6	600,00	3.600,00
Diogo Cabral de Almeida	Bolsa Estágio	2	900,00	1.800,00
Helio Martins do Nascimento Júnior	Bolsa Estágio	2	900,00	1.800,00
Cynara Maria da Silva Dantas	Bolsa Estágio	1	1.200,00	1.200,00
Aristóteles da Silva Oliveira	Bolsa Estágio	2	1.200,00	2.400,00
Moacir Gam do Nascimento Júnior	Bolsa Estágio	1	1.200,00	1.200,00
Jefferson Bezerra Silva	Bolsa Estágio	2	600,00	1.200,00
Total (R\$)				66.221,41

Relatório de Gestão 2007- 66

e) Comentários detalhados sobre a importância das contratações realizadas no exercício para viabilizar a ação e o alcance dos resultados

O projeto desenvolvido exigiu uma equipe multidisciplinar com especialistas nas respectivas áreas de conhecimento.

Tabela 100 – Metas físicas da ação 6328

2007	
Previstas	Realizadas
01	01

Tabela 101 – Metas financeiras da ação 6328

2007	
Previstas	Realizadas
1.175.068,16	1.174.317,66

Tabela 102 – Recursos vinculados a financiamento externo e/ou cooperação técnica internacional

Discriminação (código do projeto, descrição finalidade e organismo financiador)	Custo Total	Empréstimo contratado (ingressos externos)		Contra- partida naciona l	Valor das transferências de recursos*			Em caso de não se ter atingido a conclusão total ou de etapa	
		Previsto	Realizado		Motivo	Valor no ano	Valor acumulado no projeto	Motivos que impediram ou inviabilizaram	Providências adotadas para correção
Projeto Universidade Aberta e à Distância. Financiador: Ministério da Educação.	1.174.317,66	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	--	1.174.317,66	1.174.317,66	Recursos repassados no final do exercício (Dez./2006)	Não se aplica

4.1.10.3.7. Ação 8551 – Complementação para o Funcionamento das Instituições Federais de Ensino Superior

4.1.10.3.7.1. Dados gerais

Tabela 103 – Dados Gerais da Ação 8551

Tipo	Atividade
Finalidade	Auxiliar na manutenção das Instituições Federais de Ensino Superior, promovendo a melhoria da qualidade do ensino de graduação e o aumento da oferta de vagas.
Descrição	Auxílio financeiro repassado pela administração direta, através da Secretaria de Educação Superior, conforme as necessidades de manutenção identificadas pelas instituições.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	Pró-Reitoria de Gestão Institucional - PROGINST
Unidades executoras	Pró-Reitoria de Gestão Institucional – PROGINST
Áreas responsáveis por gerenciamento ou execução	Pró-Reitoria de Gestão Institucional - PROGINST
Coordenador da ação	João Carlos Cordeiro Barbirato

4.1.10.3.7.2. Resultados

A UFAL preocupada em integrar na sociedade os alunos portadores de necessidades especiais, atender a legislação e possibilitar acesso a todos em suas dependências iniciou a adequação de suas instalações físicas.

Relatório de Gestão 2007- 67

Em decorrência deste aporte de recursos, a gestão pode promover acessibilidade aos alunos portadores de necessidades especiais aos espaços acadêmicos do Campus A. C. Simões da Universidade Federal de Alagoas - UFAL.

A UFAL realizou obras de reparação na praça do restaurante universitário, a construção de passeios e rampas entre o Bloco de Matemática e a Biblioteca Central do Campus A. C. Simões. Além disso, foram trocadas esquadrias nos blocos de salas de aula dos blocos 07, 13 e 14 bem como reparações na rede de iluminação externa do Campus A. C. Simões.

Tabela 104 – Metas físicas da ação 8551

2007	
Previstas	Realizadas
01	01

Tabela 105 – Metas financeiras da ação 8551

2007	
Previstas	Realizadas
1.707.347,41	1.706.766,84

Tabela 106 – Recursos vinculados a financiamento externo e/ou cooperação técnica internacional

Discriminação (código do projeto, descrição finalidade e organismo financiador)	Custo Total	Empréstimo contratado (ingressos externos)		Contra- partida naciona l	Valor das transferências de recursos*			Em caso de não se ter atingido a conclusão total ou de etapa	
		Previsto	Realizado		Motivo	Valor no ano	Valor acumulado no projeto	Motivos que impediram ou inviabilizaram	Providências adotadas para correção
Complementação para funcionamento das Instituições Federais de Ensino Superior. Financiador: Ministério da Educação	1.706.766,84	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	1.706.766,84	1.706.766,84	Não se aplica	Não se aplica

4.1.10.3.8. Ação 4413 – Treinamento Especial para Alunos de Graduação de Entidades de Ensino Superior (PET)**4.1.10.3.8.1. Dados gerais****Tabela 107 – Dados Gerais da Ação 4413**

Tipo	Atividade
Finalidade	Melhorar as condições de ensino-aprendizagem dos cursos de graduação das Instituições de Ensino Superior mediante apoio à formação de grupos tutoriais de alunos, visando: otimizar o potencial acadêmico de alunos com habilidades e interesses destacados; promover a integração da atividade acadêmica com a futura atividade profissional, por meio do exercício permanente e integrado do ensino, da pesquisa e da extensão; promover a melhoria do ensino de graduação a partir do estabelecimento de novas práticas e experiências pedagógicas e através do efeito multiplicador da atuação dos integrantes dos Grupos PET sobre o alunado dos cursos de graduação.

Relatório de Gestão 2007- 68

Descrição	Formação de grupos tutoriais, compostos por alunos de cursos de graduação, alunos de cursos de pós-graduação, mestrandos ou doutorandos sob a orientação de docente que possua título de doutor.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	Pró-Reitoria de Graduação - PROGRAD
Unidades executoras	Grupos PET
Áreas responsáveis por gerenciamento ou execução	Pró-Reitoria de Graduação - PROGRAD
Coordenador da ação	José Geraldo da Cruz Gomes Ribeiro*

* Coordenador local da referida ação na UFAL.

4.1.10.3.8.2. Resultados

Conhecido anteriormente como Programa Especial de Treinamento, o PET, agora regido pela Lei nº 11180 de 23 de setembro de 2005 e pela Portaria nº 3.385 de 29 de setembro de 2005, foi renomeado para Programa de Educação Tutorial – PET. De acordo com o Artigo 2º da Portaria, "o PET constitui-se em programa de educação tutorial desenvolvido em grupos organizados a partir de cursos de graduação das instituições de ensino superior do País, orientados pelo princípio da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão...".

O PET tem como objetivo garantir aos alunos dos cursos de graduação oportunidades de vivenciar experiências não presentes em estruturas curriculares convencionais, visando a sua formação global e favorecendo a formação acadêmica, tanto para a integração no mercado profissional como para o desenvolvimento de estudos em programas de pós-graduação.

Os alunos bolsistas do PET possuem certos privilégios em relação aos não bolsistas. No entanto, os seus encargos terminam sendo em número maior que os privilégios, tornando a prática dos estudantes voltada para o compromisso intelectual e criador, sustentada pela disciplina acadêmica. O destino final de um bolsista não pode ser apenas a pós-graduação, esta é uma decorrência das necessidades que ele passa a sentir em seu desenvolvimento profissional. O bolsista PET tem consciência de que para ser um bom profissional em sua área, precisa ser um intelectual bem formado e capaz de aliar prática e teoria numa praxis coerente.

O PET é um programa Institucional financiado pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível superior - CAPES/MEC, em convênio com as Universidades Públicas Brasileiras para reforçar, através de um sistema de bolsas para alunos de graduação e para um professor tutor, a preparação intelectual e profissional de estudantes brasileiros. A UFAL possui 48 alunos de graduação participando deste projeto, dos seguintes cursos de graduação: arquitetura e urbanismo, economia, engenharia civil e letras.

O Programa de Educação Tutorial (PET) tem por objetivo promover a formação ampla e de qualidade acadêmica de alunos de graduação envolvidos com o Programa, estimulando a fixação de valores que reforcem o exercício da cidadania e a consciência social, e a melhoria dos cursos de graduação. Para tanto, a CDP/PROGRAD gerencia 04 (quatro) grupos inseridos nos cursos de: Engenharia Civil, Arquitetura e Urbanismo, Economia e Letras. A UFAL possui 4 tutores e 48 estudantes.

O financiamento do PET é efetuado pelo Ministério da Educação – MEC, sendo repassado anualmente recursos para o pagamento de bolsas para seus participantes (tutores e estudantes) e para aquisição de materiais de consumo. No ano de 2007 foram repassados para a UFAL, o montante de R\$ 262.361,96 (Duzentos e sessenta e dois mil, trezentos e sessenta e um reais e noventa e seis centavos), deste total, R\$ 172.800,00 (Cento e setenta e dois mil e oitocentos reais) foram destinados para o pagamento de bolsas de estudantes; R\$ 60.816,00 (Sessenta mil, oitocentos e dezesseis reais) destinados a bolsas de tutores; R\$ 23.304,26 (Vinte e três mil, trezentos e quatro reais e vinte e seis centavos) destinados para aquisição de material de consumo (rubrica 3.3.9.0.30); R\$ 1.616,40 (Um mil, seiscentos e dezesseis reais e quarenta centavos) para

Relatório de Gestão 2007- 69

serviços de pessoa física (rubrica 3.3.9.0.36) e R\$ 3.825,30 (Três mil, oitocentos e vinte e cinco reais e trinta centavos) (rubrica 3.3.9.0.39) para serviços de terceiros pessoa jurídica.

Os grupos PET da UFAL exercem atividades de Ensino, Pesquisa e Extensão, oferecendo cursos, programas, capacitações, pesquisas, eventos, etc. Em 2007 foram promovidas as seguintes atividades (somente as principais):

- ✍ **PAESPE**, realizado pelo PET Engenharia Civil/ UFAL e com o apoio do PET Letras/ UFAL, que ministrou aulas de Língua Portuguesa, Língua Espanhola, Literatura e Redação aos alunos de Escolas Públicas. Essa atividade foi realizada às terças-feiras à noite e aos sábados pela manhã durante todo o ano.
- ✍ **PEPE**, organizado pelo grupo PET Letras/ UFAL e destinado aos alunos estrangeiros que estudam na universidade. O programa foi realizado nas quintas e sextas-feiras do segundo semestre de 2007.
- ✍ **DECOLE**, trabalho realizado pelo grupo PET Letras/ UFAL. O projeto teve como um dos principais objetivos aplicar atividades em forma de oficinas para os alunos do terceiro ano do Ensino Médio, procurando evidenciar a interface existente entre a Língua Portuguesa, Literatura, Música e Artes Plásticas na Escola Maria de Salette Gusmão nos dias 15,16 e 17 de agosto do ano de 2007.
- ✍ **ENAPET**, Encontro Nacional destinado aos Grupos PET's ocorreu durante os dias 09 a 13 de julho de 2007.
- ✍ **ENEPET**, Encontro Nordeste dos Grupos PET ocorreu nos dias 06 a 09 de fevereiro.
- ✍ **SBPC**, Reunião Anual da SBPC (9 a 13 de julho), ocorre anualmente, é a maior reunião científica do Hemisfério Sul.
- ✍ **CONGRESSO ACADÊMICO**, realizado pela Universidade Federal de Alagoas anualmente no período compreendido entre os dias 05 a 09 de novembro.

Tabela 108 – Metas físicas da ação 4413

2007	
Previstas	Realizadas
48	48

Tabela 109 – Metas financeiras da ação 4413

2007	
Previstas	Realizadas
262.361,96	256.712,63

Tabela 110 – Recursos vinculados a financiamento externo e/ou cooperação técnica internacional

Discriminação (código do projeto, descrição finalidade e organismo financiador)	Custo Total	Empréstimo contratado (ingressos externos)		Contra- partida naciona l	Valor das transferências de recursos*			Em caso de não se ter atingido a conclusão total ou de etapa	
		Previsto	Realizado		Motivo	Valor no ano	Valor acumulado no projeto	Motivos que impediram ou inviabilizaram	Providências adotadas para correção
Programa de Educação Tutorial – PET. Financiador: Ministério da Educação.	256.712 ,63	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	256.71 2,63	256.712,6 3	Não se aplica	Não se aplica

4.1.10.3.9. Ação 6379 – Complementação para o Funcionamento dos Hospitais de Ensino Federais

4.1.10.3.9.1. Dados gerais

Tabela 111 – Dados Gerais da Ação 6379

Tipo	Atividade
Finalidade	Auxiliar no funcionamento dos Hospitais de Ensino, melhorando a qualidade do ensino e da pesquisa desenvolvidos pelas Instituições Federais de Ensino Superior, além de garantir os procedimentos necessários na área de saúde, em termos de prestação de assistência à comunidade através do Sistema Único de Saúde - SUS.
Descrição	Repasse de recursos às Instituições Federais de Ensino Superior para subsidiar o funcionamento de seus hospitais de ensino, por meio de manutenção de infra-estrutura, manutenção de serviços terceirizados, pagamento de serviços públicos, entre outros.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	Hospital Universitário Prof. Alberto Antunes - HUPAA
Unidades executoras	Hospital Universitário Prof. Alberto Antunes – HUPAA
Áreas responsáveis por gerenciamento ou execução	Hospital Universitário Prof. Alberto Antunes - HUPAA
Coordenador da ação	Paulo Luiz Teixeira Cavalcante*

* Coordenador local da referida ação na UFAL.

4.1.10.3.9.2. Resultados

Com os recursos recebidos como forma de complementação para o Funcionamento dos Hospitais de Ensino Federais, o HUPAA pode investir na aquisição de materiais, enxoval, medicamentos de suma importância, equipamentos e reformas como detalhados a seguir.

Compra de novo enxoval no valor de R\$ 350.000,00 (Trezentos e cinquenta mil reais), para suprir as necessidades do Centro Cirúrgico e do Centro Obstétrico, o que proporcionou aos setores condições adequadas para o seu funcionamento, evitando assim, a suspensão de cirurgias.

Os recursos no montante de R\$ 136.950,00 (Cento e trinta e seis mil, novecentos e cinquenta reais) foram investidos na reforma do ambulatório I iniciada em setembro de 2007.

No ambulatório I funcionam os serviços de dermatologia, ginecologia, endocrinologia, nutrição, psicologia infantil e adulto, urologia, cirurgia plástica e dermatológica, hanseníase e ainda o pronto atendimento. Destaque-se que apesar da desocupação para a reforma nenhum serviço foi suspenso.

Com a reforma, o ambulatório I ganhou uma sala de estudos para a ginecologia e uma sala de pequenos procedimentos para a dermatologia. Além disso, todos os consultórios receberam aparelhos individuais de ar condicionado. A reforma incluiu ainda revisão e substituição das redes elétrica e hidráulica, piso, iluminação, colocação de pias em granito, recuperação do telhado, pintura e instalações sanitárias e esquadrias. O corredor do bloco recebeu domos para a entrada de luz e ventilação natural, além de nova recepção e sala de espera, melhorando sobremaneira o conforto dos pacientes durante o processo de espera para atendimento e a segurança e conforto dos profissionais.

Foram empregados R\$ 834.146.25 (Oitocentos e trinta e quatro mil, cento e quarenta e seis reais e vinte e cinco centavos) na aquisição de materiais médico cirúrgicos, laboratoriais e medicamentos de alto custo, principalmente quimioterápicos, garantindo o funcionamento do hospital e de serviços de alta complexidade como o CACON (Centro de Alta Complexidade em Oncologia). Foram também investidos R\$ 90.000,00 (Noventa mil reais) na aquisição de 03 carrinhos de anestesia – 02 para o centro cirúrgico e 01 para o centro obstétrico. Esses equipamentos asseguraram o bom funcionamento do centro cirúrgico.

Relatório de Gestão 2007- 71

Além dos investimentos já elencados os recursos também possibilitaram a garantia de prestação de serviços na oferta de alimentos aos pacientes e funcionários em mais de R\$ 50.000 (Cinquenta mil) refeições fornecidas no ano de 2007; funcionamento da radiologia com a contratação de empresa para manutenção preventiva e corretiva dos equipamentos dessa área e garantia da execução dos serviços de limpeza e higienização com contratação de empresa terceirizada.

Tabela 112 – Demonstrativo de Recursos da ação 6379

FT	ND		29.211.00.00	29.213.02.01	POSIÇÃO ORÇAMENTÁRIA
			disponível	liquidado	
			(a)	(b)	(d=a+b+c)
112.915.002	339030	33	22,15	599.977,85	600.000,00
112.915.002	339039	33	0,00	136.950,00	136.950,00
112.915.002	449052	44		90.000,00	90.000,00
300.915.002	339030	33	1,11	199.998,89	200.000,00
300.915.002	339037	33	0,00	48.085,00	48.085,00
300.915.004	339030	33	162,25	33.984,00	34.146,25
300.915.004	339037	33		165.403,75	165.403,75
300.915.004	339039	33		175.450,00	175.450,00
Total			185,51	1.449.849,49	1.450.035,00

Fonte: HUPAA

Apresentam-se a seguir os números de produção do hospital advindos do emprego dos recursos aqui discriminados, entretanto, não dispomos ainda dos dados dos meses de novembro e dezembro de 2007.

Tabela 113 – Metas físicas da ação 6379

2007	
Previstas	Realizadas
01	01

Tabela 114 – Metas financeiras da ação 6379

2007	
Previstas	Realizadas
1.450.035,00	1.449.849,49

Tabela 115 – Recursos vinculados a financiamento externo e/ou cooperação técnica internacional

Discriminação (código do projeto, descrição finalidade e organismo financiador)	Custo Total	Empréstimo contratado (ingressos externos)		Contrap artida naciona l	Valor das transferências de recursos*			Em caso de não se ter atingido a conclusão total ou de etapa	
		Previsto	Realizado		Motivo	Valor no ano	Valor acumulado no projeto	Motivos que impediram ou inviabilizaram	Providências adotadas para correção
Complementação para o Funcionamento dos Hospitais de Ensino Federais . Financiador: Ministério da Educação.	1.449.849,49	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	1.449.849,49	1.449.849,49	Não se aplica	Não se aplica

4.1.10.3.10. Ação 8675 – Concessão de Benefício a Estudantes Estrangeiros em Graduação no Brasil

4.1.10.3.10.1. Dados gerais

Tabela 116 – Dados Gerais da Ação 8675

Tipo	Atividade
Finalidade	Fomentar a cooperação técnico-científica e cultural entre os países que mantêm acordos educacionais e culturais com o Brasil, em especial os países em desenvolvimento como os da África e do Caribe.
Descrição	Concessão de ajuda financeira para apoiar a manutenção dos estudantes estrangeiros carentes, matriculados em cursos de graduação, nas Instituições Federais de Ensino Superior Brasileiras, com prioridade para os provenientes dos países da África e do Caribe.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	Pró-Reitoria de Graduação - PROGRAD
Unidades executoras	Unidades Acadêmicas
Áreas responsáveis por gerenciamento ou execução	Pró-Reitoria de Graduação - PROGRAD
Coordenador da ação	José Geraldo da Cruz Gomes Ribeiro*

* Coordenador local da referida ação na UFAL.

4.1.10.3.10.2. Resultados

A UFAL conta com o Convênio Programa Estudantes-Convênio da Graduação (acordo de cooperação internacional que o governo oferece aos outros países em via de desenvolvimento, exclusivamente África e América Latina). Através do PEC-G, a universidade cria novas vagas para os estudantes visitantes aos quais é concedido o diploma brasileiro mediante a integralização dos respectivos cursos. Anualmente a UFAL oferece uma vaga de cada curso para o PEC-G. Em 2007, foram previstas **16 vagas**, deste total, 13 estudantes foram matriculados, 02 estudantes estarão cursando o Celpe-Bras, com previsão de se matricularem em 2008 (período de um ano) e uma desistência.

O Ministério da Educação – MEC através do Projeto Milton Santos de Acesso ao Ensino Superior, o qual disponibiliza bolsas de auxílio financeiro para estudantes que apresentem dificuldades financeiras no âmbito do PEC-G. O processo de seleção é realizado em duas etapas: 1º A pré-seleção, efetuada pela IFES; e 2º a seleção efetuada pelo MEC. Os critérios de pré-seleção (IFES) são: (1) Condição socioeconômica; (2) Rendimento acadêmico; (3) Frequência escolar; (4) Previsão de envolvimento do aluno em atividades acadêmicas de ensino, pesquisa e (ou) extensão, em que pesem, preferencialmente, as contribuições do contexto cultural e social do país de origem (oficinas, eventos, seminários, monitorias, projetos de extensão, etc.). Os critérios de seleção (MEC) são: (1) Rendimento acadêmico; (2) Situação financeira; (3) Participação do estudantes em atividades acadêmicas extra-curriculares; (4) Custo de vida local; (5) Índice de desenvolvimento humano do país de origem do estudante.

O referido projeto, iniciado em 2005, possibilita a candidatura de estudantes PEC-G para recebimento do auxílio, sendo ofertado anualmente, garantindo ao estudante contemplado receber o auxílio durante o período de um ano e com a possibilidade de renovação em futuras seleções. A partir de 2007, o PROMISAES tem sido ofertado em duas seleções por ano. Para a primeira seleção do ano de 2007, ocorrida em novembro de 2006, a UFAL enviou 27 candidatos pré-selecionados, destes, 24 foram contemplados com a bolsa, representando um aproveitamento de 88%. Na segunda seleção do PROMISAES, ocorrida em meados de 2007, foram submetidos 3

Relatório de Gestão 2007- 73

estudantes pré-selecionados, destes 2 foram contemplados, representando um aproveitamento de 66%.

A Pró-Reitoria de Graduação da UFAL vem desenvolvendo ações de acompanhamento e controle do desempenho dos estudantes PEC-G. Através da constatação da dificuldade de comunicação de alguns estudantes PEC-G, foi criado o Curso de Língua Portuguesa para estrangeiros desempenhado pelo Grupo PET – Letras, que desenvolve atividades de ensino, pesquisa e extensão em conjunto com os estudantes do PEC-G.

Anualmente a UFAL promove o Congresso Acadêmico, um evento anual que objetiva a disseminação da produção acadêmica da UFAL. Os estudantes africanos promovem anualmente a Semana de Cultura Africana no Congresso Acadêmico de 2007, com o objetivo de divulgar a cultura africana para a sociedade.

Tabela 117 – Metas físicas da ação 8675

2007	
Previstas	Realizadas
16	13

Tabela 118 – Metas financeiras da ação 8675

2007	
Previstas	Realizadas
120.780,00	119.640,00

Tabela 119 – Recursos vinculados a financiamento externo e/ou cooperação técnica internacional

Discriminação (código do projeto, descrição finalidade e organismo financiador)	Custo Total	Empréstimo contratado (ingressos externos)		Contrapartida nacional	Valor das transferências de recursos*			Em caso de não se ter atingido a conclusão total ou de etapa	
		Previsto	Realizado		Motivo	Valor no ano	Valor acumulado no projeto	Motivos que impediram ou inviabilizaram	Providências adotadas para correção
Programa Estudante-Convênio da Graduação. Financiador: Ministério da Educação.	119.640,00	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	119.640,00	119.640,00	Não se aplica	Não se aplica

4.1.10.3.11. Ação 09HB – Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais

4.1.10.3.11.1. Dados gerais

Tabela 120 – Dados Gerais da Ação 09HB

Tipo	Atividade
Finalidade	Assegurar o pagamento da contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o custeio do regime de previdência dos servidores públicos federais na forma do art. 8º da Lei nº 10.887, de 18 de junho de 2004.
Descrição	Pagamento da contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o custeio do regime de previdência dos servidores públicos federais na forma do artigo 8º da Lei nº 10.887, de 18 de junho de 2004.

Relatório de Gestão 2007 - 74

Unidade responsável pelas decisões estratégicas	Pró-Reitoria de Gestão de Pessoas e do Trabalho - PROGEP
Unidades executoras	Departamento de Administração de Pessoal - DAP
Áreas responsáveis por gerenciamento ou execução	Departamento de Administração de Pessoal - DAP
Coordenador da ação	Maria Goretti Cerqueira de Medeiros Marques*

* Coordenadora local da referida ação na UFAL.

4.1.10.3.11.2. Resultados

A UFAL não tem conhecimento sobre o custeio do Regime de Previdência dos servidores públicos federais, apenas do desconto obrigatório do Plano de Seguridade Social.

Tabela 121 – Metas físicas da ação 09HB

2007	
Previstas	Realizadas
--*	3.852

* Não se faz previsão no Plano de Seguridade Social

Tabela 122 – Metas financeiras da ação 09HB

2007	
Previstas	Realizadas
50.529.674,00	49.567.254,04

Tabela 123 – Recursos vinculados a financiamento externo e/ou cooperação técnica internacional

Discriminação (código do projeto, descrição finalidade e organismo financiador)	Custo Total	Empréstimo contratado (ingressos externos)		Contrapartida nacional	Valor das transferências de recursos*			Em caso de não se ter atingido a conclusão total ou de etapa	
		Previsto	Realizado		Motivo	Valor no ano	Valor acumulado no projeto	Motivos que impediram ou inviabilizaram	Providências adotadas para correção
Contribuição da União de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais. Financiador: Ministério da Educação.	49.567.254,04	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	49.567.254,04	49.567.254,04	Não se aplica	Não se aplica

4.1.10.3.12. Ação 1H55 – Expansão do Ensino Superior - Campus de Arapiraca

4.1.10.3.12.1. Dados gerais

Tabela 124 – Dados Gerais da Ação 1H55

Tipo	Projeto
Finalidade	Viabilizar a implantação do Campus de Arapiraca, objetivando aumentar a oferta de vagas da Educação Superior de Graduação e de Pós-Graduação, realizar atividades de extensão e desenvolver pesquisas.
Descrição	Construção e reforma de edifícios, aquisição de equipamentos, manutenção, serviços de terceirização, por meio de licitações de acordo com as legislações específicas.

Relatório de Gestão 2007- 75

Unidade responsável pelas decisões estratégicas	Pró-Reitoria de Gestão Institucional - PROGINST
Unidades executoras	Superintendência de Infraestrutura - SINFRA
Áreas responsáveis por gerenciamento ou execução	Superintendência de Infraestrutura - SINFRA
Coordenador da ação	João Carlos Cordeiro Barbirato

4.1.10.3.12.2. Resultados

A presença da UFAL no interior, região onde se concentram 68,5% das matrículas do ensino médio no Estado, atende a uma demanda reprimida pelo ensino superior público e de qualidade, além de contribuir para o desenvolvimento regional alagoano.

Com a interiorização, incentivada pelo Programa de Expansão da Educação Superior Pública elaborado pelo Ministério da Educação, foram contratados 58 docentes e 11 técnico-administrativos, e há a expectativa de autorização para a contratação de mais 41 docentes e novos técnicos.

Dezesseis cursos são oferecidos no Campus de Arapiraca e em seus Pólos (Palmeira dos Índios, Penedo e Viçosa), com concurso vestibular para 640 novos alunos por semestre e capacidade para que 2.560 estudantes, a partir do ano de 2009, se insiram em atividades de ensino, pesquisa e extensão. Entre os cursos ofertados com a interiorização da UFAL estão as graduações em Administração, Agronomia, Arquitetura, Biologia, Ciência da Computação, Educação Física, Enfermagem, Física, Matemática, Química, Zootecnia, Serviço Social, Psicologia, Turismo, Engenharia de Pesca e Medicina Veterinária.

Para dar suporte às atividades didáticas, ao lado das instalações físicas, contratação de pessoal e aquisição de equipamentos e acervo bibliográfico, a atual gestão também investiu em bolsas de estudos destinadas aos estudantes de Arapiraca e dos demais Pólos no interior. Em decorrência deste aporte de recursos, a gestão pode investir em obras e ações de implantação e manutenção do Campus Arapiraca e de seus pólos.

Em relação a obras foram realizadas as seguintes tomadas de preços: (1) a construção da 1ª etapa do prédio do pólo de Palmeira dos Índios (R\$ 477.807,45), (2) a construção de 8 salas de aulas no Campus Arapiraca – Sede (R\$ 280.022,65) e a (3) 1ª parte da ampliação do prédio do pólo de penedo (R\$ 298.653,18). Além disso, foram realizadas reparações e adequações nas instalações dos laboratórios de química, biologia, histologia, enfermagem e zootecnia; reparações diversas no prédio do pólo de penedo; reparações e adequações no prédio do antigo restaurante do pólo de viçosa para instalação de uma cantina; reparações e adequações no prédio para instalação do laboratório de anatomia animal; adaptação em sala existente no pólo de penedo para instalação do laboratório didático do curso de engenharia de pesca; serviços de revisão do telhado do pólo de penedo do campus Arapiraca; adaptação e reparação no novo projeto de Arapiraca (planta 03).

**Tabela 125 – Metas físicas da ação 1H55
2007**

Previstas	Realizadas
01	01

**Tabela 126 – Metas financeiras da ação 1H55
2007**

Previstas	Realizadas
7.116.350,00	7.116.299,68

Relatório de Gestão 2007- 76

Tabela 127 – Recursos vinculados a financiamento externo e/ou cooperação técnica internacional

Discriminação (código do projeto, descrição finalidade e organismo financiador)	Custo Total	Empréstimo contratado (ingressos externos)		Contra- partida naciona l	Valor das transferências de recursos*			Em caso de não se ter atingido a conclusão total ou de etapa	
		Previsto	Realizado		Motivo	Valor no ano	Valor acumulado no projeto	Motivos que impediram ou inviabilizaram	Providências adotadas para correção
Expansão do Ensino Superior – Campus Arapiraca. Financiador: Ministério da Educação.	7.116.299,68	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	--	7.116.299,68	7.116.299,68	Não se aplica	Não se aplica

4.1.10.3.13. Ação 7E66 – Construção do Anfiteatro da Universidade Federal de Alagoas

4.1.10.3.13.1. Dados gerais

Tabela 128 – Dados Gerais da Ação 7E66

Tipo	Transferência Outras
Finalidade	O Projeto de “ Melhoria das Condições de Convivência da Comunidade Universitária no Campus A. C. Simões na UFAL ” tem como objetivo implementar ações visando criar no Campus A. C. Simões um ambiente favorável ao aprimoramento da gestão acadêmica da Instituição, por meio do aperfeiçoamento das suas atividades de ensino, pesquisa e extensão
Descrição	Verificou-se a necessidade de construção de um anfiteatro para a realização de eventos culturais e científicos
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	Pró-Reitoria de Gestão Institucional (PROGINST)
Unidades executoras	Superintendência de Infra-estrutura (SINFRA)
Áreas responsáveis por gerenciamento ou execução	Superintendência de Infra-estrutura (SINFRA)
Coordenador da ação	João Carlos Cordeiro Barbirato*

* Coordenador local da referida ação na UFAL.

4.1.10.3.13.2. Resultados

Verificou-se a necessidade de criar no Campus A. C. Simões um ambiente favorável ao aperfeiçoamento e à sensibilização para a construção de uma cultura voltada para resultados e para a busca contínua de melhoria no atendimento as necessidades da comunidade universitária. O objeto desta ação é a construção de um anfiteatro para a realização de eventos culturais.

Os recursos orçamentário-financeiros destinados à execução desta ação foram creditados no final do exercício de 2007, mais precisamente no dia 31/12/2007, inviabilizando, assim, a sua execução no referido período. Diante disso, foi realizada a transferência deste recurso para a FUNDEPES devido ao curto prazo para realização das despesas.

Tabela 129 – Metas físicas da ação 7E66

2007	
Previstas	Realizadas
01	01

Relatório de Gestão 2007 - 77

Tabela 130 – Metas financeiras da ação 7E66

2007	
Previstas	Realizadas
4.400.000,00	4.400.000,00

Tabela 131 – Recursos vinculados a financiamento externo e/ou cooperação técnica internacional

Discriminação (código do projeto, descrição finalidade e organismo financiador)	Custo Total	Empréstimo contratado (ingressos externos)		Contra partida nacional	Valor das transferências de recursos*			Em caso de não se ter atingido a conclusão total ou de etapa	
		Previsto	Realizado		Motivo	Valor no ano	Valor acumulado no projeto	Motivos que impediram ou inviabilizaram	Providências adotadas para correção
Construção do Anfiteatro da Universidade Federal de Alagoas – Verba obtida por meio de Emenda de Bancada	4.400.000,00	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	4.400.000,00	4.400.000,00	Os recursos foram repassados pelo MEC no final do exercício (Dez/2007)	Não se aplica

4.1.11. Programa 1203 – Vigilância Epidemiológica e Controle de Doenças Transmissíveis

4.1.11.1. Dados gerais

Tabela 132 – Dados Gerais do Programa 1203

Tipo de programa	Finalístico
Objetivo geral	O sub-registro da ocorrência das doenças de notificação compulsória, a detecção tardia e a limitada análise sobre problemas de saúde pública prioritários, resultam na limitação da capacidade de intervenção na prevenção e controle de doenças e agravos de interesse em saúde pública. Considerando que as hepatites virais são um grande problema de saúde pública, faz-se necessária a consistente e contínua implementação de uma política nacional que abarque o controle, a vigilância e medidas preventivas visando diminuir a disseminação da doença, assim como melhorar a qualidade de vida das pessoas vivendo com hepatites virais. O fortalecimento da capacidade diagnóstica possibilitará uma maior efetividade no atendimento aos portadores e na detecção de novos casos.
Gerente do programa	---
Gerente executivo	---
Indicadores ou parâmetros utilizados	01 - Incidência do Sarampo; 02 - Coeficiente de Incidência de Paralisia Flácida Aguda; 03 - Taxa de Investigação In Loco em Emergências Epidemiológicas de Relevância Nacional; 04 - Taxa de Casos de Doenças de Notificação Compulsória Encerrados Oportunamente; 05 - Incidência de Raiva Humana Transmitida por Animal Doméstico; 06 - Taxa de Letalidade por Leishmaniose Visceral (Calazar); 07 - Taxa de Municípios com pelo menos 80% de Cobertura Vacinal Canina.
Público-alvo (beneficiários)	Sociedade

4.1.11.2. Principais Ações do Programa**4.1.11.3. Gestão das Ações****4.1.11.3.1. Ação 0829 – Incentivo Financeiro aos Estados, Distrito Federal e Municípios Certificados para a Vigilância em Saúde****4.1.11.3.1.1. Dados gerais****Tabela 133 – Dados Gerais da Ação 0829**

Tipo	Transferência Outras
Finalidade	Promover ações de notificação, investigação, vigilância ambiental, controle de doenças, imunizações, sistemas de informação, supervisão, educação em saúde, comunicação e mobilização social na área de epidemiologia e controle de doenças.
Descrição	Repasse de recursos financeiros do Fundo Nacional de Saúde para os fundos de saúde municipais, estaduais e do Distrito Federal para custeio das ações de notificação, investigação, vigilância ambiental, controle de doenças, imunizações, sistemas de informação, supervisão, educação em saúde, comunicação e mobilização social na área de epidemiologia e controle de doenças.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	Hospital Universitário Prof. Alberto Antunes - HUPAA
Unidades executoras	Hospital Universitário Prof. Alberto Antunes - HUPAA
Áreas responsáveis por gerenciamento ou execução	Hospital Universitário Prof. Alberto Antunes - HUPAA
Coordenador da ação	Paulo Luiz Teixeira Cavalcante*

* Coordenador local da referida ação na UFAL.

4.1.11.3.1.2. Resultados

No ano de 2007, o HUPAA promoveu ações de notificação, investigação, controle de doenças, mobilização social na área de epidemiologia e controle de doenças, com a alimentação do sistema de informações.

Sendo um hospital Sentinela desenvolveu ações que subsidiaram o Sistema Nacional de Vigilância Sanitária nas ações de gerenciamento e prevenção de riscos em serviços de saúde e utilização de sangue e componentes relacionados ao registro, à comercialização e ao uso de produtos de saúde.

Realizou investigação e controle de ocorrência de infecção hospitalar seguido de notificação destas, conforme **Tabelas 134 e 135**.

Relatório de Gestão 2007- 79

Tabela 134 – Distribuição do número de infecções e de pacientes com infecções por clínica

Clínica	Jan		Fev		Mar		Abr		Mai		Jun	
	Inf.	Pac.	Inf.	Pac.	Inf	Pac	Inf	Pac	Inf	Pac	Inf	Pac
Cirúrgica	3	3	6	4	6	5	2	2	2	1	0	0
Médica	0	0	2	2	7	4	2	2	0	0	0	0
Obstétrica	5	5	2	2	9	8	7	7	4	2	3	3
Pediátrica	1	1	5	4	1	1	1	1	2	2	1	1
UTI Geral	4	3	2	1	2	2	2	2	6	4	1	1
UTI Neonatal	9	5	0	0	17	11	8	5	9	4	3	3

Fonte: HUPPAA

Tabela 135 – Distribuição do número de infecções e de pacientes com infecções por clínica

Clínica	Jul		Ago		Set		Out		Nov		Dez	
	Inf	Pac	Inf	Pac	Inf	Pac	Inf	Pac	Inf	Pac	Inf	Pac
Cirúrgica	1	1	3	2	1	1	1	1	0	0	1	1
Médica	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	1
Obstétrica	2	2	5	5	3	3	6	6	3	3	3	3
Pediátrica	1	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
UTI Geral	3	3	7	4	7	4	7	4	5	3	3	2
UTI Neonatal	2	2	3	3	5	3	8	5	3	3	2	1

Fonte: HUPAA

Também foram realizadas palestras com o tema biossegurança (lavagem das mãos e sempre inclusos), dirigida a todos os profissionais que fazem parte do HUPAA. Foram disponibilizadas orientações, nos diversos setores, sobre destino dos resíduos desde o descarte até a coleta final. E desenvolvimento de pesquisa sobre Resíduos em Serviços de Saúde (RSS) para servir de base para a implantação de Programa de Resíduos em Serviços de Saúde – PGRSS.

O Núcleo Hospitalar de Epidemiologia (NHE), do Hospital Universitário Professor Alberto Antunes (HUPAA), no ano de 2007, realizou notificações de diversas Doenças de Notificação Compulsória (DNC), através da busca ativa de casos.

Esse trabalho foi realizado nas Clínicas Médica, Pediátrica, Maternidade, Ambulatórios (ginecologia, neuropediatria e pré-natal), Hospital Dia, Laboratório e também utilizando como fonte de informações as Declarações de Óbitos ocorridos no HUPAA. Alguns casos foram comunicados diretamente ao núcleo, pelos profissionais da assistência, e assim, realizada a notificação. Na **Tabela 136** estão listadas as notificação realizadas em 2007, pelo NHE.

Relatório de Gestão 2007 - 80

Tabela 136 – Distribuição do número de notificações realizadas em 2007

Agravo	Total
Tuberculose	60
Acidente de trabalho com material biológico	38
Hanseníase	41
Esquistossomose	52
Gestante HIV	13
Hepatite	191
Outras DST's	149
Meningite	02
Aids	21
Sífilis congênita	36
Sífilis em adulto	34
Sífilis em gestante	14
Doença Exantemática	03
Varicela	11
Coqueluche	02
PFA/ Pólio	04
Doença de Creutzfeldt-Jacob	01

Fonte: Núcleo de Epidemiologia do HUPAA

Tabela 137 – Demonstrativo de recursos da ação 0829

OBS	FT	ND		29.211.00.00	29.213.02.01	POSIÇÃO ORÇAMENTÁRIA
				disponível	liquidado	
				(a)	(b)	(d=a+b+c)
FNS - TRANF. / HU	151.000.000	339030	33	0,00	36.334,49	36.334,49
FNS - TRANF. / HU	151.000.000	339037	33		18,83	18,83
FNS - TRANF. / HU	151.000.000	339039	33	0,00	8.316,68	8.316,68
FNS - TRANF. / HU	151.000.000	339092	33		0,00	0,00
FNS - TRANF. / HU	151.000.000	339093	33		330,00	330,00
Total				0,00	45.000,00	45.000,00

Fonte: HUPAA

Tabela 138 – Metas físicas da ação 0829

2007	
Previstas	Realizadas
01	01

Tabela 139 – Metas financeiras da ação 0829

2007	
Previstas	Realizadas
45.000,00	45.000,00

Relatório de Gestão 2007 - 81

Tabela 140 – Recursos vinculados a financiamento externo e/ou cooperação técnica internacional

Discriminação (código do projeto, descrição finalidade e organismo financiador)	Custo Total	Empréstimo contratado (ingressos externos)		Contra- partida naciona l	Valor das transferências de recursos*			Em caso de não se ter atingido a conclusão total ou de etapa	
		Previsto	Realizado		Motiv o	Valor no ano	Valor acumulado no projeto	Motivos que impediram ou inviabilizaram	Providências adotadas para correção
Incentivo Financeiro aos Estados, Distrito Federal e Municípios Certificados para a Vigilância em Saúde. Financiador: Ministério da Saúde.	45.000	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	45.000	45.000,00	Não se aplica	Não se aplica

4.1.12. Programa 1220 – Atenção Hospitalar e Ambulatorial no Sistema Único de Saúde

4.1.12.1. Dados gerais

Tabela 141 – Dados Gerais do Programa 1220

Tipo de programa	Finalístico
Objetivo geral	De acordo com a Constituição Federal de 1988, é dever do Estado o desenvolvimento de política pública que garantam o acesso universal e igualitário da população às ações e serviços de saúde para sua promoção, proteção e recuperação. O financiamento dessas ações e serviços provém dos recursos da seguridade social e de outras Fontes, da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios. O cumprimento desse dever por parte da esfera federal pressupõe o repasse de recursos financeiros federais aos Estados e Municípios para o custeio da atenção à saúde no SUS, bem como a regulação desta atenção como forma de garantir a equidade na atenção integral, a redução das desigualdades regionais, e a ampliação do acesso da população às ações e serviços de saúde.
Gerente do programa	---
Gerente executivo	---
Indicadores ou parâmetros utilizados	01 - Taxa de Cobertura de Internação Hospitalar no Sistema Único de Saúde (SUS); 02 - Coeficiente de Leitos Disponibilizados; 03 - Índice de Consulta por Habitante.
Público-alvo (beneficiários)	Sociedade

4.1.12.2. Principais Ações do Programa

4.1.12.3. Gestão das Ações

4.1.12.3.1. Ação 8585 – Atenção à Saúde da População nos Municípios Habilitados em Gestão Plena do Sistema e nos Estados Habilitados em Gestão Plena/Avançada

4.1.12.3.1.1. Dados gerais

Relatório de Gestão 2007- 82
Tabela 142 – Dados Gerais da Ação 8585

Tipo	Direta e Descentralizada
Finalidade	Viabilizar, de forma descentralizada, a Atenção à Saúde da População nos Estados e Municípios habilitados em Gestão Plena do Sistema e nos Estados Habilitados em Gestão Plena do Sistema Estadual.
Descrição	Repasse direto de recursos financeiros, transferidos fundo a fundo, para o custeio da atenção de média e alta complexidade ambulatorial e hospitalar no Sistema Único de Saúde.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	Hospital Universitário Prof. Alberto Antunes
Unidades executoras	Hospital Universitário Prof. Alberto Antunes
Áreas responsáveis por gerenciamento ou execução	Hospital Universitário Prof. Alberto Antunes
Coordenador da ação	Paulo Luiz Teixeira Cavalcante*

* Coordenador local da referida ação na UFAL.

4.1.12.3.1.2. Resultados

O Hospital Universitário Prof. Alberto Antunes - HUPAA foi fundado em 1973, é um órgão de apoio acadêmico da Universidade Federal de Alagoas - UFAL, e desenvolve ações abrangendo as áreas de ensino, pesquisa e assistência.

Por ser um hospital escola, encontra-se voltado prioritariamente para a formação e capacitação de recursos humanos na área de saúde contribuindo para o fortalecimento de Sistema Único de Saúde - SUS no Estado de Alagoas. Trata-se do único hospital público federal em Alagoas, conta com uma área construída de mais de 27.000 m² distribuídos em 06 (seis) pavimentos, 174 (cento e setenta e quatro) leitos ativos, e corpo funcional de aproximadamente 1466 colaboradores que atuam nas mais diversas áreas.

No que se refere à pesquisa, várias são desenvolvidas no Hospital em diferentes áreas como Medicina, Serviço Social, Psicologia, Administração, Enfermagem, Farmácia, Fisioterapia, Nutrição, entre outras; sempre buscando atender às necessidades dos usuários que procuram o HUPAA e o desenvolvimento da Instituição.

O HUPAA dedica 100% da totalidade de seus leitos ativos e procedimentos realizados ao SUS e tem desenvolvido sua real vocação para a assistência de referência secundária e terciária, principalmente nas seguintes áreas: atendimento à Gestante de Alto Risco, Unidade de Terapia Intensiva - UTI - Adulta, Unidade de Terapia Intensiva - UTI - Neonatal, Unidade de Cuidados Intermediários Neonatal, Banco de Leite Humano, Hospital-dia – AIDS, Cirurgias por Vídeo, Quimioterapia, Gastroplastia, Neurocirurgia e mais recentemente, o Centro de Oncologia - CACON.

O HUPAA é reconhecido pelos diversos segmentos da sociedade alagoana como a maior instituição pública de saúde do Estado, através de sua área física, do seu corpo clínico, da capacitação de recursos humanos para o sistema de saúde local, das atividades de graduação, pós-graduação, pesquisa e assistência.

O financiamento do Hospital Universitário depende exclusivamente do Sistema Único de Saúde – SUS. Seus recursos são assegurados por Convênio, firmado entre a UFAL e o Município de Maceió – Secretaria Municipal de Saúde de Maceió. As ações e metas realizadas no Hospital encontram-se pactuadas no Plano Operativo Anual - POA. Seguem, no **Quadro 03**, alguns dados que ajudam a melhor delinear o perfil do HUPAA. O HUPAA passou a disponibilizar, em julho de 2007, o tratamento de pacientes portadores de câncer com o uso de radiação. O funcionamento da radioterapia coloca o hospital como única instituição a oferecer o tratamento de forma exclusiva

aos pacientes do SUS em Alagoas. O setor tem por meta, em médio prazo, prestar atendimento a 500 pacientes por ano.

Quadro 03 – Dados gerais do HUPAA

Item	Total
Número de Especialidades Médicas	47
Número de Leitos Ativos	174
Número de Programas De Residência Médica	11
Número de Residentes Médicos	58
Número de Setores	64
Número de Alunos de Graduação	400
Número de Docentes	120

O Setor de Radioterapia aguardava desde novembro a autorização da Comissão Nacional de Energia Nuclear (CNEN), a formação da equipe de profissionais especializados e a realização do contrato de manutenção para os equipamentos para dar início às atividades. Segundo o Ministério da Saúde, um CACON com radioterapia é capaz de oferecer boa cobertura assistencial para uma população de 550.000 habitantes, onde se estima a ocorrência de 1.000 casos novos de câncer por ano. No HUPAA, o setor possui um dos mais modernos equipamentos para o tratamento de ponta, avaliado em cerca de US\$ 600 mil.

O Centro de Referência de Imunobiológicos Especiais (CRIE), instituído pelo Ministério da Saúde, está funcionando desde dia 12 de abril de 2007 no HUPAA, onde deve permanecer em caráter temporário. O serviço inicialmente foi implantado no Hospital José Carneiro e visa atender a uma parcela da população que necessita de vacinas especiais e imunoglobinas não disponíveis na rotina dos demais serviços de saúde.

O Laboratório de Análises Clínicas do HUPAA iniciou a realização de procedimentos de alta complexidade, em julho, disponibilizando aos pacientes da nefrologia, portadores de câncer e quadros mais graves nas clínicas, exames hormonais e marcadores tumorais, Estes procedimentos dão apoio ao diagnóstico e podem determinar o tratamento de algumas patologias.

O tratamento por hemodiálise foi iniciado em 24 de janeiro de 2007, no Centro Integrado de Nefrologia com a inauguração da estrutura para realização do tratamento de hemodiálise em pacientes com insuficiência renal crônica. O Centro funciona desde 2003, presta atendimento mensal a cerca de 300 pacientes adultos e crianças e possui capacidade inicial para realizar hemodiálise em 32 pacientes por mês, em turno único. Dispõe de oito máquinas para hemodiálise, sendo duas exclusivas para portadores de doenças infecto-contagiosas. Os equipamentos são de última geração e foram doados pelo Ministério da Saúde, numa parceria com a UFAL.

O HUPAA investiu no ano de 2007 na renovação das macas do hospital que se encontravam em número insuficiente e com problemas de manutenção, foram adquiridas 05 (cinco) macas, das quais uma especial para os pacientes do Programa de Gastroplastia do HUPAA. Também foram adquiridos 03 carros de anestesia com valor médio unitário de R\$ 30.000,00 (oitenta e cinco mil reais), com recursos provenientes do Programa Interministerial de Reforço e Manutenção dos HUs Federais.

O HUPAA adquiriu um equipamento de ponta para realizar cirurgias de catarata por facoemulsificação, o método mais moderno e que apresenta melhores resultados até hoje já descritos na literatura médica. O equipamento custou R\$ 45.290,00, é único na rede pública de saúde em Alagoas e deve triplicar o número de cirurgias realizadas pela equipe de oftalmologia.

A aquisição de uma central telefônica era uma necessidade antiga do hospital que devido à defasagem do aparelho existente, constantemente apresentava dificuldade, demora ou inviabilidade na execução e recepção de ligações telefônicas. A nova central telefônica do HUPAA

Relatório de Gestão 2007- 84

amplia de 14 para 30 o número de linhas em seu tronco, com a busca automática, e dos atuais 144 para 200 o número de ramais na instituição.

O Serviço de Pneumologia do HUPAA recebeu um equipamento de tecnologia avançada para realizar a espirometria, um teste ou exame que permite aferir o fluxo de ar nas vias aéreas ou brônquios para investigar sintomas respiratórios e se existe obstrução no fluxo de ar.

Em julho foram inauguradas as instalações reformadas do ambulatório II (948,70 m²), da Pediatria (300 m²) e do Pré Natal (300 m²). A obra foi financiada com recursos dos Ministérios da Educação e Saúde. No total foram investidos mais de R\$ 300 mil nos setores, que ainda vão ganhar uma central de interfone para comunicação entre consultórios e recepções. Em setembro de 2007 foi iniciada a reforma do ambulatório I, orçada em R\$ 123 mil, e executada com recursos advindos de convênio com o Ministério da Educação.

O Centro Obstétrico passou por uma reforma para recuperar a estrutura física das salas de cirurgia, as quais apresentavam infiltrações e mofo. A reforma de 986 m² - custeada com recursos próprios no total de R\$ 13 mil - havia sido programada pela Direção Geral desde o início do ano e não podia ser adiada em função do aumento das infiltrações por causa das chuvas.

Tabela 143 – Metas físicas da ação 8585

2007	
Previstas	Realizadas
01	01

Tabela 144 – Metas financeiras da ação 8585

2007	
Previstas	Realizadas
13.146.976,03	13.146.976,03

Tabela 145 – Recursos vinculados a financiamento externo e/ou cooperação técnica internacional

Discriminação (código do projeto, descrição finalidade e organismo financiador)	Custo Total	Empréstimo contratado (ingressos externos)		Contra- partida naciona l	Valor das transferências de recursos*			Em caso de não se ter atingido a conclusão total ou de etapa	
		Previsto	Realizado		Motivo	Valor no ano	Valor acumulado no projeto	Motivos que impediram ou inviabilizaram	Providências adotadas para correção
Atenção à Saúde da População nos Municípios Habilitados em Gestão Plena do Sistema e nos Estados Habilitados em Gestão Plena/Avançada. Financiador: Ministério da Saúde	13.146. 976,03	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	13.146 .976,0 3	13.146.97 6,03	Não se aplica	Não se aplica

4.1.13. Programa 1305 – Revitalização de Bacias Hidrográficas em Situação de Vulnerabilidade e Degradação Ambiental

4.1.13.1. Dados gerais

Tabela 146 – Dados Gerais do Programa 1305

Tipo de programa	Finalístico
Objetivo geral	<p>A ocupação desordenada do território brasileiro, em nível rural e urbano, têm provocado graves impactos ambientais, especialmente no tocante à água. Embora o País possua uma das maiores reservas hídricas do planeta, observa-se um crescente processo de degradação desses recursos, incluindo as áreas de abrangência das respectivas bacias hidrográficas, ocasionando aumento na escassez (quantidade e/ou qualidade) tanto em regiões com alta disponibilidade de água, principalmente nos grandes centros urbanos, como em regiões marcadas pela distribuição irregular das chuvas (semi-árido brasileiro). A diminuição da oferta de água de qualidade acarreta vários entraves para o desenvolvimento sustentável, seja pelas dificuldades colocadas para a manutenção das necessidades básicas da população brasileira, seja pelo papel da água como recurso básico para impulsionar processos produtivos. A degradação ambiental das nascentes, margens e demais áreas de preservação permanente, agravam ainda mais as condições ambientais das bacias hidrográficas. A Lei nº 10.683, de 28 de maio de 2003, estabelece como área de competência do Ministério do Meio Ambiente, entre outras coisas, a política nacional do meio ambiente e dos recursos hídricos; política de preservação, conservação e utilização sustentável de ecossistemas, e biodiversidade e florestas; proposição de estratégias, mecanismos e instrumentos econômicos e sociais para a melhoria da qualidade ambiental e do uso sustentável dos recursos naturais; políticas para integração do meio ambiente e produção. O Decreto Federal de 5 de junho de 2.001, criou o Projeto de Revitalização e Conservação do Rio São Francisco, assim como criou também o Comitê de Gestão deste Projeto, coordenado pelo MMA, através de sua Secretaria Executiva. A Política Nacional de Recursos Hídricos, Lei 9.433/97, apresenta como um de seus objetivos centrais “assegurar à atual de futuras gerações a necessária disponibilidade de água, em padrões de qualidade adequados aos respectivos usos”. Além disso, a mesma política apresenta como diretrizes gerais de ação “a articulação da gestão de recursos hídricos com a do uso do solo”. Corroborando com o que está definido na legislação de recursos hídricos e na definição de competências do MMA, o Plenário do Tribunal de Contas da União na Decisão n.º 1259/2002, determinou que o Ministério do Meio Ambiente: adote critérios para a formulação do planejamento governamental, inclusive do Plano Plurianual, a serem aplicados todas as vezes em que houver relação do planejamento com a gestão ambiental e de recursos hídricos; e elabore um diagnóstico dos problemas da Bacia do Rio São Francisco com vistas a nortear as ações de conservação e revitalização daquela Bacia; É a partir desses pressupostos que o Programa Revitalização de Bacias Hidrográficas se insere. O programa visa promover e fortalecer a ação integrada de recuperação e conservação de bacias</p>

Relatório de Gestão 2007- 86

	hidrográficas, concebida e executada de forma articulada e participativa. Dessa forma, pretende-se convergir esforços a fim de ampliar a efetividade dos resultados das ações de recuperação em bacias com situação de vulnerabilidade ambiental.
Gerente do programa	---
Gerente executivo	---
Indicadores ou parâmetros utilizados	01 - Taxa de Variação da Melhoria da Qualidade da Água; 02 - Demanda Bioquímica de Oxigênio na Estação Santa Branca na Bacia do Rio Paraíba do Sul; 03 - Demanda Bioquímica de Oxigênio na Estação Rio Paraíba do Sul; 04 - Concentração de Sólidos em Suspensão na Estação Santa Branca na Bacia do Rio Paraíba do Sul; 05 - Concentração de Sólidos em Suspensão na Estação Rio Paraíba do Sul; 06 - Demanda Bioquímica de Oxigênio na Estação Rio São Francisco; 07 - Demanda Bioquímica de Oxigênio na Estação Rio São Francisco (a jusante da Foz do Rio Pará); 08 - Demanda Bioquímica de Oxigênio na Estação Rio São Francisco (foz do Rio das Velhas); 09 - Demanda Bioquímica de Oxigênio na Estação Hidrológica "Ponte Raul Soares" na Bacia do Rio São Francisco; 10 - Demanda Bioquímica de Oxigênio na Estação Verde Grande na Bacia do Rio São Francisco 11 - Concentração de Sólidos em Suspensão na Estação na Estação Rio São Francisco (foz do Rio Pará); 12 - Concentração de Sólidos em Suspensão na Estação Rio São Francisco (foz do Rio Pará); 13 - Concentração de Sólidos em Suspensão na Estação Rio São Francisco (foz do Rio das Velhas); 14 - Concentração de Sólidos em Suspensão na Estação Ponte Raul Soares na Bacia do Rio São Francisco; 15 - Concentração de Sólidos em Suspensão na Estação Verde Grande na Bacia do Rio São Francisco.
Público-alvo (beneficiários)	Usuários dos recursos hídricos das bacias dos rios São Francisco, Araguaia, Tocantins e Paraíba do Sul

4.1.14. Programa 1343 – Desenvolvimento Sustentável da Aqüicultura

4.1.14.1. Dados gerais

Tabela 147 – Dados Gerais do Programa 1343

Tipo de programa	Finalístico
Objetivo geral	Existe um grande paradoxo entre a produção e a potencialidade para o desenvolvimento da aqüicultura. A produção aqüícola em 2003 foi de aproximadamente 312.000 toneladas, gerando em torno de 500 mil empregos diretos e indiretos. Esses valores comparados ao potencial humano, à qualidade e quantidade de água, insumos e clima, entre outras vantagens comparativas indicam que, em curto prazo de

Relatório de Gestão 2007 - 87

	tempo, a atividade pode se transformar em importante geradora de trabalho e renda, explorando áreas pouco ou ainda não utilizadas, como as enseadas e baías litorâneas, os grandes reservatórios, a região do semi-árido, dentre outras.
Gerente do programa	---
Gerente executivo	---
Indicadores ou parâmetros utilizados	01 - Produção de Pescado Oriunda da Aqüicultura; 02 - Produto Interno Bruto - PIB Aqüícola.
Público-alvo (beneficiários)	Aqüicultores, comunidades e populações tradicionais litorâneas, associações e cooperativas de produtores.

4.1.14.2. Principais Ações do Programa**4.1.14.3. Gestão das Ações****4.1.14.3.1. Ação 0792 – Apoio a Unidades de Ensino em Aqüicultura****4.1.14.3.1.1. Dados gerais****Tabela 148 – Dados Gerais da Ação 0792**

Tipo	Atividade
Finalidade	Adequar, manter, apoiar e implantar instalações de formação de pessoal para atuação no setor produtivo da aqüicultura, melhorando as condições para a difusão do conhecimento de tecnologias modernas e viáveis para o cultivo de pescado de forma sustentável.
Descrição	Capacitação de recursos humanos na área de aqüicultura.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação (PROPEP)
Unidades executoras	Campus Arapiraca – Pólo de Penedo (Curso de Engenharia de Pesca)
Áreas responsáveis por gerenciamento ou execução	Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação (PROPEP)
Coordenador da ação	Petrônio Alves Coelho Filho*

* Coordenador local da referida ação na UFAL.

4.1.14.3.1.2. Resultados

Esta ação tem como objeto à produção do surubim e camarão-pitu no Baixo São Francisco. Este projeto tem como objetivos: (1) incluir o surubim e o camarão pitu no plantel de organismos cultiváveis; (2) elaborar um protocolo de treinamento alimentar para o surubim; (3) avaliar a eficiência alimentar (digestibilidade) de rações artificiais na produção do surubim; (4) determinar a melhor salinidade para a realização da larvicultura do pitu a partir de estoques provenientes do Baixo São Francisco e (5) avaliar o efeito da salinidade sobre o metabolismo e desenvolvimento das larvas do pitu.

Verifica-se que a execução deste projeto contribuirá para o desenvolvimento e aprimoramento das técnicas de cultivo intensivo do surubim e do camarão-pitu na região do Baixo São Francisco, atenuando os problemas vividos pelas populações que dependem destes recursos, em virtude da queda na produtividade pesqueira, contribuindo para a geração de emprego e renda, e minimizando os impactos causados pela sobrepesca destas duas espécies na região.

Os recursos orçamentário-financeiros destinados à execução desta ação foram creditados no final do exercício de 2007, inviabilizando, assim, a sua execução no referido período. Diante

Relatório de Gestão 2007- 88

disso, foi realizada a transferência deste recurso para a FUNDEPES devido ao curto prazo para realização das despesas.

Tabela 149 – Metas físicas da ação 0792

2007	
Previstas	Realizadas
01	01

Tabela 150 – Metas financeiras da ação 0792

2007	
Previstas	Realizadas
33.432,51	33.432,51

Tabela 151 – Recursos vinculados a financiamento externo e/ou cooperação técnica internacional

Discriminação (código do projeto, descrição finalidade e organismo financiador)	Custo Total	Empréstimo contratado (ingressos externos)		Contra- partida naciona l	Valor das transferências de recursos*			Em caso de não se ter atingido a conclusão total ou de etapa	
		Previsto	Realizado		Motivo	Valor no ano	Valor acumulado no projeto	Motivos que impediram ou inviabilizaram	Providências adotadas para correção
Projeto Produção do Surubim e Camarão- Pitu no Baixo São Francisco. Financiador: Secretaria Especial da Aqüicultura e Pesca.	33.432, 51	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	33.432 ,51	33.432,51	Recursos repassados no final do exercício (Dez./2007)	Não se aplica

4.1.15. Programa 1374 – Desenvolvimento da Educação Especial

4.1.15.1. Dados gerais

Tabela 152 – Dados Gerais do Programa 1374

Tipo de programa	Finalístico
Objetivo geral	Assegurar, aos alunos com necessidades educacionais especiais, as condições de acesso e permanência com qualidade na educação brasileira, na perspectiva de impulsionar e fortalecer o atendimento desses alunos em classes comuns da Rede Regular de Ensino e de garantir a eles o atendimento educacional especializado
Gerente do programa	Claudia Pereira Dutra
Gerente executivo	Claudia Maffini Griboski
Indicadores ou parâmetros utilizados	2345 - Índice de Acesso à Educação Básica; 2530 - Índice de Atendimento Educacional Especializado; 2346 - Índice de Matrícula de Alunos com Necessidades Educacionais Especiais na Rede Pública de Ensino; 2343 - Taxa de Escolas Públicas da Educação Básica com Acessibilidade Física; 2140 - Taxa de Matrícula de Alunos com Necessidades Educacionais Especiais em Classes Comuns de Escolas Regulares na Educação Básica; 2344 - Taxa de Municípios com Matrícula na Educação Especial; 2111 - Taxa de Prevalência da Educação Inclusiva nos Municípios Brasileiros; 2112 - Taxa de Qualificação Docente para Atendimento de Alunos com Necessidades Educacionais Especiais na

Relatório de Gestão 2007- 89

	Educação Básica
Público-alvo (beneficiários)	Alunos com necessidades educacionais especiais

4.1.15.2. Principais Ações do Programa**4.1.15.3. Gestão das Ações****4.1.15.3.1. Ação 0977 – Apoio à Formação de Professores e Profissionais para a Educação Especial****4.1.15.3.1.1. Dados gerais****Tabela 153 – Dados Gerais da Ação 0977**

Tipo	Atividade
Finalidade	Promover a formação continuada de professores e profissionais da escola e dos sistemas de ensino com vistas à melhoria do atendimento escolar de alunos com necessidades educacionais especiais.
Descrição	Formação de professores e de profissionais da comunidade escolar de forma continuada, em cursos de qualificação nas modalidades presencial e a distância, mediante a atuação de multiplicadores e a utilização de materiais instrucionais concernentes às necessidades educacionais especiais dos alunos.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	Pró-Reitoria de Extensão - PROEX
Unidades executoras	Centro de Educação – CEDU
Áreas responsáveis por gerenciamento ou execução	Pró-Reitoria de Extensão - PROEX
Coordenador da ação	José Roberto Santos*

* Coordenador local da referida ação na UFAL.

4.1.15.3.1.2. Resultados

A UFAL tem a preocupação de formar recursos humanos por intermédio de cursos de especializações voltados para os discentes com necessidades especiais.

O professor desempenha papel central na promoção da inclusão, principalmente se considerarmos que diferentes pesquisas na área da Educação têm encontrado que estes professores não se sentem preparados para atuar com a inclusão de alunos com necessidades educacionais especiais e conseqüentemente quando analisado a sua prática pedagógica tem sido verificado que esta estava muito distante de ser inclusiva. Entretanto, isto não quer dizer que deve-se esperar que todos os professores estejam e se sintam capacitados para promover a inclusão. Investir na capacitação continuada é urgente para que se supere a lacuna existente entre os marcos legais e a realidade da maioria das escolas públicas brasileira.

Desta maneira, pretendeu-se com essa ação aperfeiçoar profissionais da área da Educação Básica para atuar na promoção de aulas inclusivas para alunos com algum tipo de deficiência. A formação de tutores segue as seguintes metas:

1ª Etapa: É formada uma turma de tutores composta de 50 participantes, dentre os quesitos, tem que ter no mínimo um ano de experiência da educação básica ou ser aluno do mestrado em educação, além de ter um rendimento satisfatório no curso proposto. Dos 50, 20 são indicados pelos pólos presenciais onde começam a atuar no município, cada um responsável por um pólo, município. O curso proposto para os tutores são compostos de 4 módulos, cada um com 30 horas de duração: 1º Módulo – Fundamento da educação exclusiva; 2º Módulo – Teoria do

Relatório de Gestão 2007- 90

desenvolvimento e aprendizado humano; 3º e 4º Módulos – Estratégias para o atendimento ao aluno deficiente mental em aulas exclusivas. A maior parte do recurso é investido nesta etapa, material de suporte e demais gastos para capacitação.

A capacitação e seleção são feitos da seguinte forma: Total de 50 tutores participantes; 20 – São indicados pelos pólos presenciais, que vão atuar nos municípios participantes do projeto; 30 – São indicados pela sede, CEDU – UFAL onde destes, 20 são selecionados para atuarem como tutor à distância. No final, são 40 tutores, 20 atuam diretamente nos municípios, pólos, e os 20 demais atuam a distância no CEDU – UFAL, cada pólo fica um tutor presencial e um tutor à distância.

Objetivo central é capacitação do tutor na plataforma *Moodle*. 20 tutores vão ao interior e ficam dando suporte no que for necessário, aos professores que atuam nos colégios do município.

2ª Etapa: Capacitação dos professores do município pelo tutor responsável. Os tutores responsáveis por seu pólo passam o que foi visto no curso para os professores do município e ficam acompanhando, tirando dúvidas, servindo de apoio. A meta é de serem formados 500 professores de educação básica para o atendimento ao aluno com deficiência mental.

Tabela 154 – Metas físicas da ação

2007	
Previstas	Realizadas
01	01

Tabela 155 – Metas financeiras da ação

2007	
Previstas	Realizadas
131.920,00	112.000,00

Tabela 156 – Recursos vinculados a financiamento externo e/ou cooperação técnica internacional

Discriminação (código do projeto, descrição finalidade e organismo financiador)	Custo Total	Empréstimo contratado (ingressos externos)		Contrap artida naciona l	Valor das transferências de recursos*			Em caso de não se ter atingido a conclusão total ou de etapa	
		Previsto	Realizado		Motiv o	Valor no ano	Valor acumulado no projeto	Motivos que impediram ou inviabilizaram	Providências adotadas para correção
Apoio à Formação de Professores e Profissionais para a Educação Especial. Financiador: Ministério da Educação	112.000,00	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplic a	112.000, 00	112.000,0 0	Não se aplica	Não se aplica

4.1.16. Programa 1375 – Desenvolvimento do Ensino da Pós-Graduação e da Pesquisa Científica

4.1.16.1. Dados gerais

Tabela 157 – Dados Gerais do Programa 1375

Tipo de programa	Finalístico
Objetivo geral	Formar pessoal de alto nível no país e no exterior, com vistas à produção do conhecimento científico, para a solução dos grandes desafios educacionais, econômicos e sociais do Brasil
Gerente do programa	Jorge Almeida Guimarães
Gerente executivo	Denise de Meneses Neddermeyer

Relatório de Gestão 2007- 91

Indicadores ou parâmetros utilizados	2137 - Índice de Doutores Titulados no País; 2135 - Índice de Mestres Titulados no País; 2139 - Índice de Qualidade da Pós-graduação Nacional; 3005 - Índice de Qualificação do Corpo Docente com Título de Doutor das Instituições de Ensino Superior; 2138 - Índice de Qualificação do Corpo Docente com Título de Mestre das Instituições de Ensino Superior.
Público-alvo (beneficiários)	Alunos de Pós-Graduação, professores de ensino superior, pesquisadores, bem como o cidadão graduado que demonstre interesse em capacitação pós-graduada

4.1.16.2. Principais Ações do Programa**4.1.16.3. Gestão das Ações****4.1.16.3.1. Ação 4006 – Funcionamento de Cursos de Pós-Graduação****4.1.16.3.1.1. Dados gerais****Tabela 158 – Dados Gerais da Ação 4006**

Tipo	Atividade
Finalidade	Formar profissionais de alta qualificação para atuar nos diferentes setores da sociedade, capazes de contribuir para o processo de desenvolvimento nacional, com transferência de conhecimento pautada em regras curriculares.
Descrição	Desenvolvimento de ações para assegurar a manutenção e o funcionamento dos cursos de pós-graduação nas Instituições Federais de Ensino Superior, correspondendo a dispêndios com a coordenação dos programas de pós-graduação, abrangendo organização das atividades de ensino, pesquisa e extensão. Manutenção de infra-estrutura física, manutenção de serviços terceirizados, pagamento de serviços públicos, entre outros.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-graduação - PROPEP
Unidades executoras	Unidades Acadêmicas
Áreas responsáveis por gerenciamento ou execução	Sistemas de Pós-Graduação <i>Stricto-Sensu</i>
Coordenador da ação	José Niraldo de Farias*

* Coordenador local da referida ação na UFAL.

4.1.16.3.1.2. Resultados

Os resultados da avaliação mostram boas perspectivas de evolução qualitativa do Sistema de Pós-Graduação da UFAL. De acordo com os pareceres fornecidos pelas comissões de área, já na próxima avaliação, em 2010, caso os níveis de produção acadêmica sejam mantidos ou ampliados e pequenas deficiências sejam sanadas, os programas de *Agronomia, Direito, Letras e Linguística, Física da Matéria Condensada e Matemática* poderão obter evolução nos seus conceitos.

O **Gráfico 1** mostra a UFAL com um contingente de 651 alunos nos cursos integrantes do SPG, o que representa um aumento de 9,23% em relação ao ano anterior, e 40,6% se comparado com 2005. Esse aumento se deve especialmente a uma aparente estabilização no número de

Relatório de Gestão 2007- 92

defesas de teses e dissertações em 2007, além do início das atividades de mais dois cursos de mestrado em 2006 (Engenharia Química e Ciências da Saúde), ainda sem condições de apresentar índices de titulação.

Gráfico 1 - Fluxo Discente no SPG UFAL

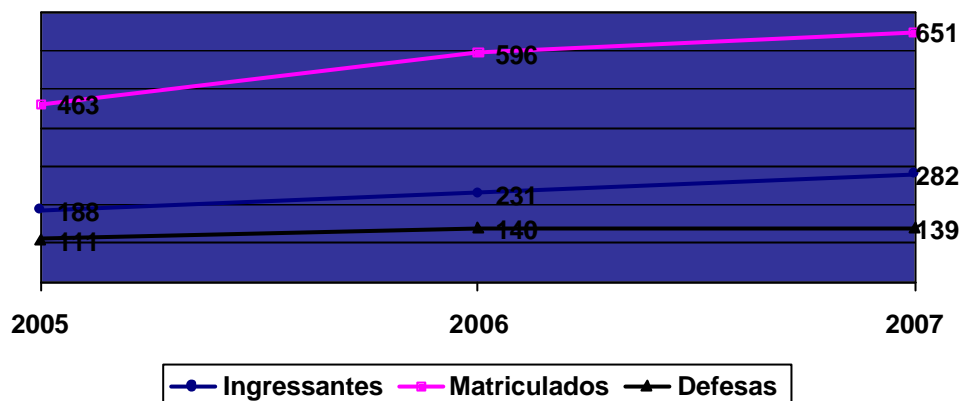


Tabela 159 - Alunos Titulados no Sistema de Pós-Graduação da UFAL

	2004		2005		2006		2007	
	M	D	M	D	M	D	M	D
Letras e Linguística	10	05	11	10	09	11	10	11
Física da Matéria Condensada	0	0	07	0	03	01	06	01
Química e Biotecnologia	12	05	16	08	20	05	09	05
Meteorologia	05	n/a	10	n/a	0	n/a	05	n/a
Desenvolvimento e Meio-Ambiente	10	n/a	14	n/a	18	n/a	19	n/a
Agronomia (Produção Vegetal)	18	n/a	05	n/a	16	n/a	18	n/a
Educação	04	n/a	09	n/a	17	n/a	16	n/a
Engenharia Civil	03	n/a	04	n/a	04	n/a	08	n/a
Sociologia	n/a	n/a	00	n/a	02	n/a	02	n/a
Dinâmica do Espaço Habitado	n/a	n/a	03	n/a	10	n/a	08	n/a
Matemática	n/a	n/a	04	n/a	03	n/a	04	n/a
Serviço Social	n/a	n/a	n/a	n/a	04	n/a	01	n/a
Modelagem Computacional de Conhecimento	n/a	n/a	n/a	n/a	12	n/a	04	n/a
Direito	n/a	n/a	n/a	n/a	13	n/a	03	n/a
Recursos Hídricos e Saneamento	n/a	n/a	n/a	n/a	n/a	n/a	01	n/a
Nutrição	n/a	n/a	n/a	n/a	n/a	n/a	11	n/a
Engenharia Química	n/a	n/a	n/a	n/a	n/a	n/a	0	n/a
Ciências da Saúde	n/a	n/a	n/a	n/a	n/a	n/a	01	n/a
Biotecnologia (RENORBIO)	n/a	n/a	n/a	n/a	n/a	n/a	n/a	n/a

Fonte: Coordenações de Programas e Sistema Coleta de Dados CAPES/MEC

A análise dos dados por programa revela que alguns deles apresentam um menor número de titulações que o desejado. Desta forma, a PROPEP somará esforços às coordenações dos Programas no sentido de melhorar estes indicadores.

Trata-se, portanto, de um sistema ainda muito jovem que cresceu espontaneamente, a partir do amadurecimento de grupos de pesquisadores da instituição voltados para certas temáticas de pesquisa em diversas áreas do conhecimento. Esse sistema necessita de consolidação e expansão, considerando-se a massa crítica de doutores existentes na Instituição. Ademais os programas existentes apenas com nível de mestrado precisam implementar seus cursos de doutorados. Não obstante, é possível planejar e induzir o suporte à graduação, visando à melhoria e a renovação pedagógica do ensino superior.

Relatório de Gestão 2007- 93
Tabela 160 – Metas físicas da ação 4006

2007	
Previstas	Realizadas
520	651

Tabela 161 – Metas financeiras da ação 4006

2007	
Previstas	Realizadas
107.400,00	107.400,00

Tabela 162 – Recursos vinculados a financiamento externo e/ou cooperação técnica internacional

Discriminação do projeto, descrição finalidade e organismo financiador)	Custo Total	Empréstimo contratado (ingressos externos)		Contrapartida nacional	Valor das transferências de recursos*			Em caso de não se ter atingido a conclusão total ou de etapa	
		Previsto	Realizado		Motivo	Valor no ano	Valor acumulado no projeto	Motivos que impediram ou inviabilizaram	Providências adotadas para correção
Funcionamento de Cursos de Pós-Graduação. Financiador: Ministério da Educação.	107.400,00	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	107.400,00	107.400,00	Não se aplica	Não se aplica

4.1.16.3.2. Ação 0487 – Concessão e Manutenção de Bolsas de Estudos no País

4.1.16.3.2.1. Dados gerais

Tabela 163 – Dados Gerais da Ação 0487

Tipo	Atividade
Finalidade	Promover a formação de pessoal de alto nível e a cooperação nacional, no âmbito acadêmico, científico e tecnológico no Brasil, proporcionando aos estudantes, pesquisadores e especialistas, o suporte financeiro destinado a estágios ou estudos no país.

Relatório de Gestão 2007- 94

Descrição	Concessão de bolsas de estudo no país e demais auxílios a elas vinculados, tais como: passagens, taxas escolares, auxílios acadêmicos, auxílio instalação, diárias, seguro saúde, além de cobertura para a realização de pesquisa e defesa de trabalho de final de curso e de estudos acadêmicos, necessários à formação de alunos e aperfeiçoamento de professores, pesquisadores e especialistas no País, assim como, o apoio financeiro às instituições de ensino superior e a bolsistas para capacitação em cursos de formação pós-graduada. Implementação de inovações visando à melhoria do ensino, incentivando a interação entre áreas do conhecimento e níveis de formação, promovendo a formação de pessoal necessário ao desenvolvimento de projetos destinados à redução das desigualdades regionais e na promoção de instituições e de áreas de conhecimento consideradas prioritárias para o País, por meio de parcerias institucionais, concessão de bolsas de estudo e demais auxílios a elas vinculadas; assim como, o apoio necessário ao desenvolvimento e registro de patentes. Os projetos apoiados serão selecionados tendo por base os critérios previamente definidos em convênios e instrumentos legais próprios entre a CAPES e instituições brasileiras. Esta ação será acompanhada e avaliada de forma permanente, com critérios previamente definidos, envolvendo visitas "in loco".
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação - PROPEP
Unidades executoras	Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação - PROPEP
Áreas responsáveis por gerenciamento ou execução	Sistema de Pós-Graduação da UFAL - SPG
Coordenador da ação	Milton Fernando de Andrade Silva*

* Coordenador local da referida ação na UFAL.

4.1.16.3.2.2. Resultados

Dos 651 alunos matriculados no SPG UFAL, 189 alunos de mestrado e 50 de doutorado possuem bolsas de estudo, o que representa 38,2% do total. A **Tabela 164** mostra a distribuição de bolsas de acordo com a modalidade e a financiadora.

Tabela 164 - Financiadoras do SPG-UFAL

Financiadora	Modalidade	Bolsas Concedidas
CAPES	Mestrado	82
CAPES	Doutorado	27
CNPq	Mestrado	20
CNPq	Doutorado	16
FAPEAL	Mestrado	86
FAPEAL	Doutorado	7
DAAD	Mestrado	1
Total SPG		239

Fonte: PROPEP e Coordenações de Programas

Relatório de Gestão 2007- 95

A CAPES é, sem dúvida, a maior financiadora do Sistema de Pós-Graduação (SPG) da UFAL, com um orçamento em 2007 da ordem de R\$ 1,364 milhões, conforme detalhado na **Tabela 165**. Porém, não é somente no que diz respeito a bolsas de estudos que a CAPES se destaca. Por meio dos recursos PROAP, destinados à manutenção de seus cursos, a UFAL foi contemplada com R\$ 572.683,29, dos quais 99,17% foram efetivamente gastos.

Tabela 165 - Recursos CAPES para Bolsas

Ano	Recebido (R\$)	Utilizado (R\$)
2004	910.388,66	909.121,66
2005	1.088.558,00	1.088.558,00
2006	1.227.311,00	1.207.935,00
2007	1.364.332,00	1.360.572,00

Fonte: PROPEP e DCF

Tabela 166 – Metas físicas da ação 0487

2007	
Previstas	Realizadas
239	239

Tabela 167 – Metas financeiras da ação 0487

2007	
Previstas	Realizadas
2.216.019,17	2.206.299,65

Tabela 168 – Recursos vinculados a financiamento externo e/ou cooperação técnica internacional

Discriminação (código do projeto, descrição finalidade e organismo financiador)	Custo Total	Empréstimo contratado (ingressos externos)		Contrapartida nacional	Valor das transferências de recursos*			Em caso de não se ter atingido a conclusão total ou de etapa	
		Previsto	Realizado		Motivo	Valor no ano	Valor acumulado no projeto	Motivos que impediram ou inviabilizaram	Providências adotadas para correção
Concessão e Manutenção de Bolsas de Estudos no País. Financiador: Ministério da Educação.	2.206.299,65	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	2.206.299,65	2.206.299,65	Não se aplica	Não se aplica

4.1.17. Programa 1377 – Educação para a Diversidade e Cidadania

4.1.17.1. Dados gerais

Tabela 169 – Dados Gerais do Programa 1377

Tipo de programa	Finalístico
Objetivo geral	Reduzir as desigualdades étnico-racial, de gênero, orientação sexual, geracional, regional e cultural no espaço escolar
Gerente do programa	André Luiz de Figueiredo Lázaro
Gerente executivo	Francisco Potiguar Cavalcante Junior
Indicadores ou parâmetros utilizados	2538 - Índice de Igualdade da Educação do Campo; 2539 - Índice de Igualdade da Educação Escolar Indígena; 2537 - Índice de Igualdade das Ações Educativas

Relatório de Gestão 2007- 96

	Complementares; 2540 - Índice de Igualdade das Diversidades Étnico-Raciais; 2541 - Índice de Igualdade de Gênero
Público-alvo (beneficiários)	Alunos de todas as idades, seus familiares e os profissionais da educação

4.1.17.2. Principais Ações do Programa**4.1.17.3. Gestão das Ações****4.1.17.3.1. Ação 2C68 – Fomento à Inclusão Social e Étnico-racial na Educação Superior****4.1.17.3.1.1. Dados gerais****Tabela 170 – Dados Gerais da Ação 2C68**

Tipo	Atividade
Finalidade	Fomentar ações das Instituições Públicas de Educação Superior para a promoção do acesso, e para a garantia da permanência e da formação de alunos de grupos sociais em desvantagem, e mobilizar e sensibilizar as Instituições de Educação Superior para que desenvolvam ações que incentivem a participação igualitária de grupos étnico-raciais, culturais e etários possibilitando desencadear um processo sustentado de valorização e reconhecimento de Direitos, no âmbito da Educação Superior.
Descrição	Apoio financeiro a projetos educacionais apresentados pelas instituições públicas de Educação Superior que primem pela excelência acadêmica e contribuam para a democratização na Educação Superior, por meio de ações que potencializem o ingresso, o desenvolvimento e o sucesso de estudantes, em especial os oriundos de escolas públicas, negros, indígenas e pessoas com necessidades educacionais especiais, proporcionando, também, novas possibilidades formativas em resposta a demandas específicas emergentes e à inclusão social.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	Pró-Reitoria Estudantil - PROEST
Unidades executoras	NEAB – Núcleo de Estudos Afro-Brasileiro
Áreas responsáveis por gerenciamento ou execução	NEAB – Núcleo de Estudos Afro-Brasileiro, PROGRAD, PROEX e PROEST
Coordenador da ação	Clara Suassuna Fernandes*

* Coordenadora local da referida ação na UFAL.

4.1.17.3.1.2. Resultados

O Programa de Políticas de Ações Afirmativas para Afro-descendentes no Ensino Superior na UFAL é constituído de um conjunto de ações com o objetivo de eliminar desigualdades sociais históricas. Este programa dentro de suas ações instituiu o sistema de cotas para população afro-descendentes, oriunda de escolas públicas, no preenchimento de vagas relativas aos cursos de graduação. Dessa forma, este projeto tem como objetivo propiciar ações que viabilizem o acesso

e permanência da população negra na UFAL. Após a sua aprovação pelos CONSUNI e CEPE, o programa ficou estruturado em 04 (quatro) sub-programas: 1- Políticas de Cotas, 2- Políticas de Acesso e Permanência, 3- Políticas Curriculares e de Formação de Professores e 4 – Políticas de Produção de Conhecimento. Esses 04 (quatro) sub-programas estão sendo coordenados por uma Comissão Permanente do Programa de Ações Afirmativas da UFAL.

A UFAL implantou a partir de 2005 o sistema de cotas para população afro-descendente, oriunda de escolas públicas, no preenchimento das vagas relativas aos cursos de graduação. Esta ação faz parte do Programa de Políticas de Ações Afirmativas para afro-descendentes no ensino superior na UFAL. A Universidade estabeleceu uma cota de 20% (vinte por cento) das vagas dos cursos de graduação para os candidatos que se enquadrarem como pretos ou pardos, ou denominação equivalente, conforme classificação do IBGE e que são oriundos exclusivamente de escolas de ensino médio públicas. O percentual definido será distribuído da seguinte forma: 60% (sessenta por cento) para as mulheres negras e 40% (quarenta por cento) para homens negros.

Dessa forma, o sistema de cotas da UFAL encontra-se no seu terceiro ano de funcionamento. Em 2007, foram preenchidas 447 vagas no Campus A. C. Simões e 92 no Campus Arapiraca, totalizando 539 vagas.

O Programa de Políticas Ações Afirmativas para Afro-descendentes no Ensino Superior na UFAL é constituído de um conjunto de ações com o objetivo de eliminar desigualdades sociais históricas. Este programa dentro de suas ações instituiu o sistema de cotas para população afro-descendentes, oriunda de escolas públicas, no preenchimento de vagas relativas aos cursos de graduação. Dessa forma, este projeto tem como objetivo propiciar ações que viabilizem o acesso e permanência da população negra na UFAL. Após a sua aprovação pelos CONSUNI e CEPE, o programa ficou estruturado em 04 (quatro) sub-programas: 1- Políticas de Cotas, 2- Políticas de Acesso e Permanência, 3- Políticas Curriculares e de Formação de Professores e 4 – Políticas de Produção de Conhecimento. Esses 04 (quatro) sub-programas estão sendo coordenados por uma Comissão Permanente do Programa de Ações Afirmativas da UFAL. Na questão da permanência temos o Programa Afroatitudo, coordenado pelo Prof. Jorge Riscado, que ofereceu até novembro de 2007, 50 bolsas aos alunos cotistas. Foi criado um livro KULÉ KULÉ (NEAB), com três lançamentos. A primeira foi em 2005 Educação e Identidades, a segunda Visibilidades Negras, em 2006 e **Afroatitudo**, em 2007. Nas políticas Curriculares e Formação de Professores foi oferecida capacitação aos municípios de União dos Palmares, Taquarana, Canapi, Palmeira dos Índios

A UFAL implantou a partir de 2005 o sistema de cotas para população afro-descendente, oriunda de escolas públicas, no preenchimento das vagas relativas aos cursos de graduação. Esta ação faz parte do Programa de Políticas de Ações Afirmativas para afro-descendentes no ensino superior na UFAL. A Universidade estabeleceu uma cota de 20% (vinte por cento) das vagas dos cursos de graduação para os candidatos que se enquadrarem como pretos ou pardos, ou denominação equivalente, conforme classificação do IBGE e que são oriundos exclusivamente de escolas de ensino médio públicas. O percentual definido será distribuído da seguinte forma: 60% (sessenta por cento) para as mulheres negras e 40% (quarenta por cento) para homens negros.

Dessa forma, o sistema de cotas da UFAL encontra-se no seu terceiro ano de funcionamento. No primeiro vestibular, das 445 vagas reservadas, apenas 194 foram preenchidas. Desses 194 aluno(a)s, 50 (cinquenta) participam do programa **Brasil Afroatitudo**. O segundo vestibular com cotas reservou 530 vagas e aprovou 378 alunos. No terceiro vestibular com cotas foram aprovados 427 alunos. Em 2008, foram aprovados por cotas 575 alunos.

Atualmente 300 alunos recebem uma bolsa mensal, sendo 70 deles no Campus Arapiraca, transformando os recursos em importante incentivo à dedicação plena aos estudos com foco em grupos sociais que antes enfrentavam barreiras econômico-sociais para alcançar o ensino superior, mesmo público e gratuito. Em decorrência deste aporte de recursos, a gestão pode ofertar bolsas dentro do Programa de Ações Afirmativas, destinadas aos alunos que ingressaram na Universidade mediante o sistema de cotas.

Relatório de Gestão 2007- 98

Tabela 171 – Metas físicas da ação 2C68

2007	
Previstas	Realizadas
300	300

Tabela 172 – Metas financeiras da ação 2C68

2007	
Previstas	Realizadas
204.445,00	204.445,00

Tabela 173 – Recursos vinculados a financiamento externo e/ou cooperação técnica internacional

Discriminação (código do projeto, descrição finalidade e organismo financiador)	Custo Total	Empréstimo contratado (ingressos externos)		Contra- partida naciona l	Valor das transferências de recursos*			Em caso de não se ter atingido a conclusão total ou de etapa	
		Previsto	Realizado		Motivo	Valor no ano	Valor acumula do no projeto	Motivos que impediram ou inviabilizaram	Providências adotadas para correção
Programa de Política de Ações Afirmativas para Afro-descendentes no Ensino Superior na UFAL. Financiador: Ministério da Educação.	204.445	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	--	204.445	204.445	Não se aplica	Não se aplica

4.1.17.3.2. Ação 2C81 – Desenvolvimento de Projetos Educacionais Inovadores para Comunidades de Baixa Renda

4.1.17.3.2.1. Dados gerais

Tabela 174 – Dados Gerais da Ação 2C81

Tipo	Atividade
Finalidade	Desenvolver projetos que ofereçam aos jovens universitários de origem popular de baixa renda, vinculados a instituições públicas de ensino superior, a possibilidade de desenvolver a capacidade de produzir conhecimentos científicos e de intervir em prol das comunidades populares de baixa renda, principalmente junto a crianças, adolescentes e jovens, pertencentes ou não aos sistemas estaduais e municipais de educação básica.

Relatório de Gestão 2007- 99

Descrição	Desenvolvimento de práticas metodológicas de acompanhamento e avaliação das políticas públicas desenvolvidas nos espaços populares de baixa renda, em especial as da área social; realização de estudos sobre o ensino superior público e sobre os espaços populares de baixa renda, bem como atividades voltadas para a democratização das políticas universitárias das redes existentes; realização de pesquisas e projetos comunitários que privilegiem o mapeamento das condições econômicas, culturais, educacionais e de sociabilidade como referência para a implementação de ações sociais que envolvam grupos em situação de vulnerabilidade social, em particular crianças e jovens; e realização de atividades e projetos comunitários que contribuam para fortalecer os vínculos identitários dos jovens de origem popular de baixa renda com seus grupos sociais e culturais, vivenciados a partir de sua experiência universitária, bem como que aproximem os integrantes das comunidades, em especial os membros dos sistemas estaduais e municipais de educação básica, das instituições públicas de ensino superior.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	Pró-Reitoria de Extensão - PROEX
Unidades executoras	Centro de Educação - CEDU
Áreas responsáveis por gerenciamento ou execução	Pró-Reitoria de Extensão - PROEX
Coordenador da ação	José Roberto Santos*

* Coordenador local da referida ação na UFAL

4.1.17.3.2.2. Resultados

Os recursos orçamentário-financeiros destinados à execução desta ação foram creditados no final do exercício de 2007, inviabilizando, assim, a sua execução no referido período. Diante disso, foi realizada a transferência deste recurso para a FUNDEPES devido ao curto prazo para realização das despesas.

Tabela 175 – Metas físicas da ação

2007	
Previstas	Realizadas
01	01

Tabela 176 – Metas financeiras da ação

2007	
Previstas	Realizadas
217.825,54	217.463,54

Relatório de Gestão 2007- 100

Tabela 177 – Recursos vinculados a financiamento externo e/ou cooperação técnica internacional

Discriminação (código do projeto, descrição finalidade e organismo financiador)	Custo Total	Empréstimo contratado (ingressos externos)		Contra- partida naciona l	Valor das transferências de recursos*			Em caso de não se ter atingido a conclusão total ou de etapa	
		Previsto	Realizado		Motivo	Valor no ano	Valor acumulado no projeto	Motivos que impediram ou inviabilizaram	Providências adotadas para correção
Desenvolvimento de Projetos Educacionais Inovadores para Comunidade de Baixa Renda. Financiador: Ministério da Educação.	217.463 ,54	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	217.46 3,54	217.463,5 4	Recursos repassados no final do exercício (Dez./2007)	Não se aplica

5. DESEMPENHO OPERACIONAL

Em atendimento à Instrução Normativa do Tribunal de Contas da União (TCU) nº 47, de 27/10/2004, e decisões normativas complementares, os seguintes componentes e indicadores de gestão, ampliados em relação ao conjunto de indicadores definidos pela Decisão nº 408/2002-TCU-Plenário e Acórdãos nº 1.043/2006 e nº 2.167/2006-TCU-Plenário, são observados:

Componentes:

- a. Custo corrente incluindo 35% das despesas Hospitais Universitários – HUs;
- b. Custo corrente excluindo as despesas dos HUs;
- c. Número de alunos tempo integral;
- d. Número de alunos equivalente;
- e. Número de professores equivalentes;
- f. Número de funcionários equivalentes incluindo aqueles a serviço nos HUs; e
- g. Número de funcionários equivalentes excluindo aqueles a serviço nos HUs.

Indicadores:

- a. Custo corrente com HU/ Número de alunos equivalente;
- b. Custo corrente sem HU/ Número de alunos equivalente;
- c. Aluno Tempo Integral/ Professor Equivalente;
- d. Aluno Tempo Integral/ Funcionário Equivalente com HU;
- e. Aluno Tempo Integral/ Funcionário Equivalente sem HU;
- f. Funcionário Equivalente com HU/ Professor Equivalente;
- g. Funcionário Equivalente sem HU/ Professor Equivalente;
- h. Grau de Participação Estudantil (GPE);
- i. Grau de Envolvimento Discente com Pós-Graduação (GEPG);
- j. Conceito CAPES/MEC para a Pós-Graduação;
- k. Índice de Qualificação do Corpo Docente (IQCD);
- l. Taxa de Sucesso na Graduação (TSG).

O uso dos referidos indicadores tomou por referência a publicação intitulada "*Orientação para o Cálculo dos Indicadores de Gestão*", edição FORPLAD de novembro de 2003 e revisada em janeiro de 2006 pelo Grupo de Contato composto por representantes do Tribunal de Contas da União (TCU), da Secretaria Federal de Controle Interno (SFC) e da Secretaria da Educação Superior (SESu/MEC). A referida publicação considera e amplia o documento "Orientações para Cálculo dos indicadores de Gestão" emanado pelo Tribunal de Contas da União – TCU, Secretária de Educação Superior – SESu/MEC e Secretaria Federal de Controle Interno – SFC, em dezembro de 2002. O cálculo desses indicadores é apresentado na **Tabela 178**. Os indicadores de gestão dão uma dimensão do crescimento institucional verificado no ano de 2007, como também, possibilita uma visão comparativa entre os últimos quatro anos.

A UFAL dispõe de outros indicadores relativos aos seguintes tópicos: ensino de graduação, ensino de pós-graduação, pesquisa, extensão e política estudantil. Estes indicadores serão detalhados a seguir.

Relatório de Gestão 2007- 102
Tabela 178 - Indicadores de Gestão no Período de 2004 a 2007

VARIÁVEL DE DESEMPENHO	2004	2005	2006	2007
I.A - Custo Corrente com HU / Aluno Equivalente	5.863,98	6.768,70	8.364,39	10.783.24
I.B - Custo Corrente sem HU / Aluno Equivalente		6.564,73*	8.139,65*	10.516.77
II - Aluno Tempo Integral / Professor Equivalente	15,86	14,00	16,78	15.93
III.A - Aluno Tempo Integral / Funcionário Equivalente com HU		7,57*	8,34*	8.98
III.B - Aluno Tempo Integral / Funcionário Equivalente sem HU		14,24*	15,62*	17.43
IV.A - Funcionário Equivalente com HU / Professor Equivalente		1,85*	2,01*	1.77
IV.B - Funcionário Equivalente sem HU / Professor Equivalente		0,98*	1,07*	0.91
V - Grau de Participação Estudantil	1,10	1,01	0,97	0.94
VI - Grau de Envolvimento com Pós-Graduação	0,03	0,05	0,03**	0.06**
VII - Conceito CAPES/MEC para Pós-Graduação	3,35	3,29	3,29	3,29
VIII - Índice de Qualificação do Corpo Docente	3,22	2,97	3,42	3,71
IX - Taxa de Sucesso na Graduação	0,84	0,77	0,59	0,48***

Fonte: PROGINST

Obs.: 1. * Indicadores incluídos em janeiro de 2006 pela revisão da Decisão TCU nº 408/2002. 2. ** Indicadores incluídos pelos Acórdãos nº 1.043/2006 – TCU - Plenário de 28/06/2006 e nº 2.167/2006 – TCU – Plenário de 21/11/2006. 3. *** O indicador da taxa de sucesso na graduação está muito baixo, obtido através da divisão do número de diplomados pelo número de ingressantes. Isso se deve ao fato da entrada em operação no ano de 2006 de dezessete novos cursos de graduação, dezesseis deles relativos ao Programa de Expansão/MEC no Campus UFAL – Arapiraca. Se considerarmos os cursos relacionados aos formados, que nos parece mais realista, o indicador de taxa de sucesso seria de 0,80 (correspondendo a 80%). A fórmula indicada pelo TCU não capta o esforço institucional para aumentar a disponibilidade de vagas para a sociedade pelo contrário penaliza.

5.1 Graduação

Em 2007, a Pró-Reitoria de Graduação - PROGRAD definiu como metas fundamentais, entre outras, implantação e fortalecimento da nova estrutura da PROGRAD; a redefinição dos Projetos Pedagógicos dos Cursos de Graduação; a consolidação do Campus de Arapiraca e seus pólos; o estudo, redefinição e implementação da política de estágio para alunos dos cursos de graduação; a efetivação de cursos e metodologias de educação a distância e a implantação de uma política de formação continuada para o corpo docente.

A análise das diretrizes propostas para serem alcançadas em 2007 deixa claro que a política de interiorização não se encerra na constituição do Campus de Arapiraca e seus pólos, mas compreende a implantação de cursos de graduação no Campus do Sertão, o que já vem sendo alvo de discussão e elaboração de alguns projetos pedagógicos.

A presença da UFAL junto à comunidade, também vem sendo crescente com a expansão da Educação à Distância, concretizada com a implantação, em setembro de 2007, de mais três cursos de graduação: Pedagogia e Física (licenciaturas) e Sistema de Informação nos municípios de Maceió, Santana do Ipanema, Olho D'Água das Flores e Maragogi. Através do MEC/SESU/DEPEN, foi implantado, também, o Pró-Docência, voltado para a melhoria da formação de professores e estudantes das licenciaturas, o que contribui para a diversificação da modalidade de oferta de cursos de graduação e se afina com a política oficial de incrementar as formas de acesso ao ensino superior.

A combinação de diversas medidas adotadas e procedimentos levados a efeito, tais como mudanças nos processos seletivos, expansão da oferta de vagas, diversificação em relação à modalidade de ensino, interiorização e criação de cursos em novas áreas do conhecimento resultou no aumento do quantitativo de cursos ofertados. Assim, em comparação com o ano de 2003, quando a UFAL ofertava 34 (trinta e quatro) cursos de graduação, sendo 19 (dezenove) noturnos e 01 (um) de educação à distância, na área de formação docente, e como produto do processo de revisão e atualização dos Projetos Pedagógicos de Cursos, podemos contabilizar, ao final do ano de 2007, um total de 45 (quarenta e cinco) cursos de graduação, nas mais diversas áreas do conhecimento, em suas 21 Unidades Acadêmicas, situadas no Campus A. C. Simões, em Maceió, e 16 (dezesesseis) no Campus Arapiraca e seus pólos. São 18 (dezoito) licenciaturas, das quais 13 (treze) são oferecidas no Campus A. C. Simões e 5 (cinco) no de Arapiraca.

A responsabilidade social também vem se fazendo mais impositiva dentro da comunidade acadêmica, solidificando os procedimentos de inclusão social o que pode ser atestado com a crescente presença dos candidatos que se enquadram nos critérios definidos na Resolução 09/04 – Políticas de Ações Afirmativas, especialmente a que trata sobre reserva de vagas para afro-descendentes levando a que, em 2007, a UFAL contabilizasse 427 vagas preenchidas no Campus de Maceió e 92 em Arapiraca.

Ainda com vistas à otimização e no âmbito de se implantar práticas inovadoras, buscou-se interferir em comportamentos já consolidados como o de se postergar datas e prazos definidos no calendário acadêmico. A questão foi discutida no Fórum dos Colegiados em atenção às ações necessárias para se criar uma cultura de cumprimento de prazos, minimizando desta forma prejuízos para os gestores e para os alunos. Práticas inovadoras foram, igualmente, alvo de atenção e de ação em referência aos estágios curriculares e à monitoria. Assim é possível afirmar que:

- ✍ foi implantado o Módulo de Gerenciamento de Estágio - M.G.E.;
- ✍ foram elaborados os Procedimentos do MGE e publicizados no site da PROGRAD;
- ✍ foram capacitados os atores envolvidos com o estágio curricular (obrigatório e não obrigatório) e monitoria;
- ✍ foi elaborada minuta de resolução de monitoria e encaminhada ao Fórum dos Colegiados para posterior apreciação pela Câmara Acadêmica e aprovação no CONSUNI.

Relatório de Gestão 2007- 104

Uma minuta de resolução sobre acompanhamento do trabalho docente foi aprovada pelo CONSUNI em novembro de 2007, restando elaborar a que revê a distribuição de carga horária docente, fixando o mínimo de 8 horas semanais para cada um, como parte do trabalho de otimização da relação professor/carga horária, a ser feita após a sistematização e a análise da situação da distribuição da carga horária por professor e por Unidade Acadêmica. Tais medidas têm o sentido de facilitar o acompanhamento e a atualização do rol das disciplinas, adequando o docente a sua área de formação e permitindo subsidiar informações pertinentes à realização de concurso público e re-lotação de docentes.

Resta, no entanto, elaborar o manual relativo à normatização do estágio curricular, em suas duas modalidades cuja competência cabe ao Grupo de Trabalho composto pelos membros do Fórum dos Colegiados.

Sabe-se que a melhoria dos índices institucionais é fruto de um conjunto de medidas e ações políticas que envolvem os mais diferentes aspectos. Sem dúvida que o acompanhamento, a supervisão e a avaliação de todos os segmentos e setores é tarefa árdua, mas eficaz para o alcance das metas e objetivos fixados. A avaliação se fez assim presente no cotidiano do trabalho desenvolvido e coordenado pela PROGRAD com o acompanhamento dos cursos de graduação pelo uso de tecnologias de ponta na elaboração, divulgação e implantação de módulos de avaliação dos cursos de graduação *on-line*, processo ainda em curso, restando executar a geração e encaminhamento de relatórios aos Coordenadores e Colegiados de Curso para as discussões pertinentes e adoção das medidas a serem implantadas visando o aperfeiçoamento dos projetos pedagógicos e a melhoria da qualidade acadêmica dos mesmos.

Em relação ao Campus Arapiraca foram realizadas reuniões visando avaliar o tronco inicial e intermediário dos Projetos Pedagógicos de Cursos, visando redefinir estes dois últimos.

Em 2007, ainda foram elaborados e divulgados os manuais: do Coordenador, do Professor, das Normas Acadêmicas e do Aluno, contendo normas de procedimento e informações úteis ao bom desempenho das competências de cada um, especialmente em relação aos alunos, orientando-o em sua vida acadêmica de modo a facilitar seu trâmite na Universidade. A **Tabela 179** apresenta-se os indicadores de desempenho da graduação da UFAL no período de 2004 a 2007.

Tabela 179 – Evolução dos Indicadores de Graduação 2004-2007

INDICADORES	2004	2005	2006	2007
Nº de Ingressos	2.422	2.506	3.794**	2.817
Alunos Matriculados	12.175	10.999	13.658	12.944
Nº de Alunos inscritos no PSS (UFAL)	19.634	22.903	22.011	21.749
Nº de Alunos inscritos no PSS (Arapiraca)	--	--	3.788	2.716
Nº de Vagas no PSS (UFAL)	2.225	2.225	2.654	2.707
Nº de Vagas no PSS (Arapiraca)	--	--	640	640
Nº de Cursos Diurnos	35	35	42	39
Nº de Cursos Noturnos	19	19	24	26
Nº de Alunos – Reopção	--	01	19	131
Nº de Alunos – Equivalência	66	44	--	4
Nº de Alunos – Transferência	10	29	103	140
Nº de Alunos – Reingresso	121	216	231	173
Nº de Alunos Diplomados	1.946*	1.817*	1.811	Nd

Fonte: NTI/DRCA/COPEVE *Dado validado pelo MEC. ** Incluindo os alunos do Campus Arapiraca e os alunos de EAD.; Nd – dado não disponível.

5.2 Pesquisa e Pós-Graduação

A Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação (PROPEP), como instância acadêmica e administrativa da Universidade Federal de Alagoas, tem como função primordial articular as atividades de pesquisa e ensino de pós-graduação com vistas ao desenvolvimento científico e tecnológico da instituição e do Estado de Alagoas, por intermédio da formação e recursos humanos, da gestão de ações de pesquisa aplicada e teórica, possibilitando, dessa forma a inclusão social através da transferência de conhecimentos para a sociedade.

Com base nessas premissas, a política de pós-graduação e pesquisa da UFAL está plenamente coerente com a missão da Universidade Brasileira. Esta missão é caracterizada por: 1) ações, objetivos e metas formuladas em conformidade com a potencialidade disponível em termos de recursos humanos e materiais; e 2) estágio atual da pesquisa científica e tecnológica e sua inserção nas linhas consideradas estratégicas para o fortalecimento da instituição. A realização dessa missão visa dotar a UFAL de dimensão compatível com os modernos avanços do conhecimento e com capacidade para contribuir para o suprimento das necessidades regionais, nacionais e internacionais.

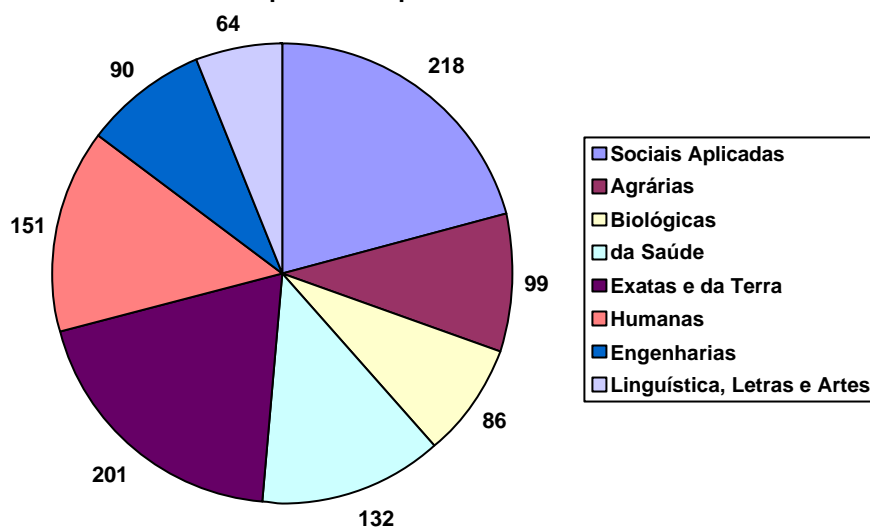
Durante o ano de 2007, a PROPEP iniciou ações novas e consolidou ações que vinham do ano anterior, de forma a se integrar às políticas de governo e colaborar para o desenvolvimento do Estado de Alagoas. Estes programas constituem ações amplas e consolidam uma política de desenvolvimento e de captação de recursos, tanto a nível nacional como internacional, sempre atrelando-se à políticas de inclusão social. Utilizando esta ótica os seguintes programas foram consolidados e/ou iniciados em 2007: Alagoas, Memória e Desenvolvimento Social; Esporte e Desenvolvimento Social; Combate a Violência no Estado; Arranjos Produtivos Locais; Agrárias e Desenvolvimento Sustentável e Núcleo de Inovação Tecnológica.

Assim, a política de pós-graduação e pesquisa tem procurado arregimentar atores que possam convergir para uma ação mais eficaz, no que diz respeito ao desenvolvimento social do Estado. Cabe ressaltar que a ênfase dada a esta política não inclui nem entra em conflito com as atividades de pesquisa teórica desenvolvidas pela Instituição.

O sistema de pesquisa encontra-se, na sua maior parte, instalado nos programas integrantes do Sistema de Pós-Graduação (SPG) da UFAL. Porém, o envolvimento de alunos da graduação e pesquisadores ainda não vinculados ao SPG torna este sistema ainda maior. Os principais números da pesquisa, referentes aos 1.034 pesquisadores registrados nos grupos de pesquisa (observa-se que alguns pesquisadores aparecem em mais de 1 grupo) aos quais estão vinculados, nos **Gráficos 2 e 3**.

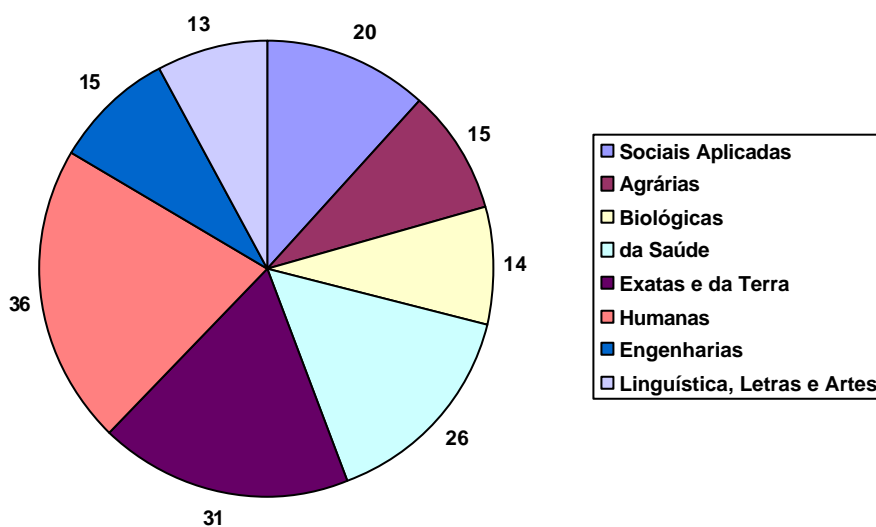
Relatório de Gestão 2007- 106

Gráfico 2 - Pesquisadores por Área do Conhecimento



Fonte: Diretório de Grupos CNPq

Gráfico 3 - Grupos de Pesquisa por Área do Conhecimento



Fonte: Diretório de Grupos CNPq

Consolidado no sistema de pesquisa da UFAL, o Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (PIBIC) vem crescendo a cada ano, não só na demanda, como também no número de bolsas concedidas. Só no período iniciado em 2007, 380 alunos estão sendo contemplados com bolsas, nas cotas do CNPq, da FAPAL e da própria UFAL. Os **Gráficos 4 e 5** mostram a distribuição de bolsas por financiadora e por unidade acadêmica:

Relatório de Gestão 2007- 107

Gráfico 4 - Bolsas PIBIC por Financiadora

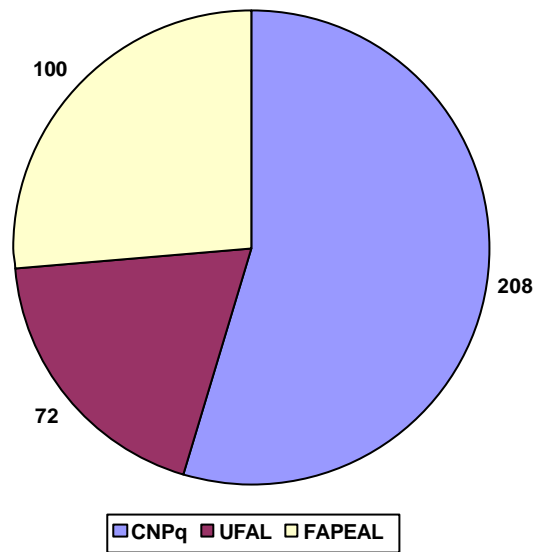
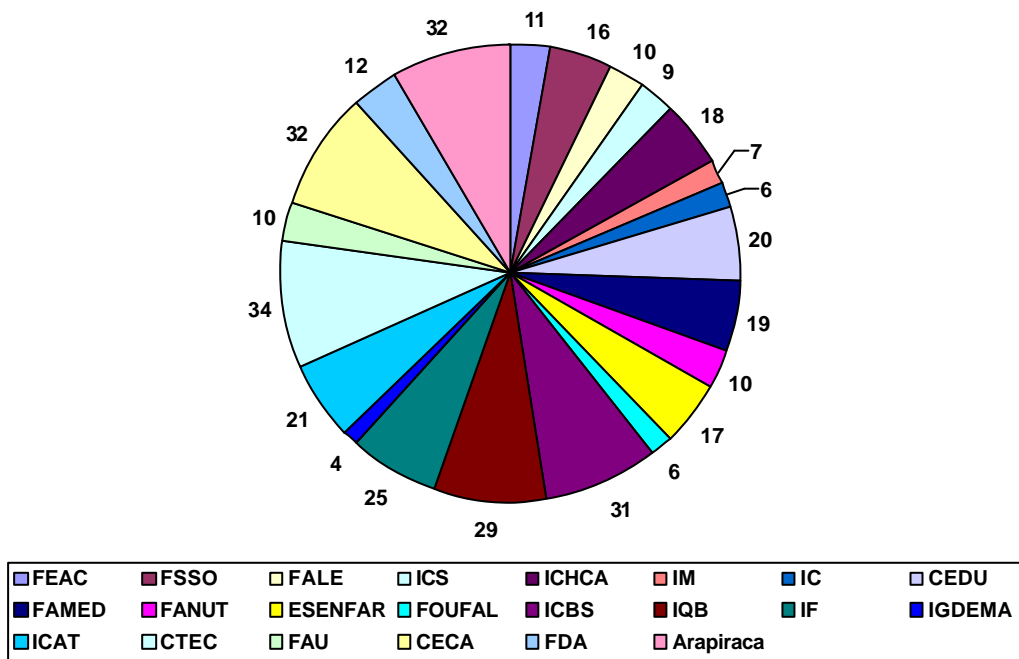


Gráfico 5 - Bolsas PIBIC por Unidade Acadêmica



Em 2007 a UFAL ofereceu 18 (dezoito) mestrados, 4 (quatro) doutorados, sendo um deles integrante da Rede Nordeste de Biotecnologia, a RENORBIO. Adicionalmente, tivemos 2 mestrados com conceito elevado na CAPES e a aprovação do Mestrado em Economia Aplicada. A nota dissonante foi o Programa de Desenvolvimento e Meio Ambiente (PRODEMA), que foi descredenciado pela CAPES. Assim, qualitativamente, o sistema de pós-graduação da UFAL progrediu.

Relatório de Gestão 2007- 108

Dos 18 programas de pós-graduação da UFAL², três migraram de conceito, sendo dois positiva e um negativamente. Divulgados os resultados finais da avaliação trienal da CAPES, a UFAL passa de 3 para 5 cursos com conceito 4, numa escala que vai de 1 a 7. Além dos doutorados³ em *Letras e Linguística*, *Química e Biotecnologia* e *Física da Matéria Condensada*, os mestrados em *Modelagem Computacional de Conhecimento* e *Educação Brasileira* deixam o conceito 3 e se colocam em condições para a submissão de propostas de novos cursos de doutorado, a fim de ampliar a oferta de vagas para formação de alto nível na instituição.

Os resultados da avaliação mostram boas perspectivas de evolução qualitativa do SPG. De acordo com os pareceres fornecidos pelas comissões de área, já na próxima avaliação, em 2010, caso os níveis de produção acadêmica sejam mantidos ou ampliados e pequenas deficiências sejam sanadas, os programas de *Agronomia*, *Direito*, *Letras e Linguística*, *Física da Matéria Condensada* e *Matemática* poderão obter evolução nos seus conceitos. A **Tabela 180** mostra os principais dados do SPG, como os programas existentes, seus cursos e seus conceitos junto à CAPES, além do número de alunos ingressantes e matriculados durante o ano de 2007.

Tabela 180 - Dados Gerais do Sistema de Pós-Graduação UFAL

Programa	Nível	Conceito CAPES*	Ingressantes	Matriculados**
Letras e Linguística	M/D	4	34	99
Física da Matéria Condensada	M/D	4	12	27
Química e Biotecnologia	M/D	4	21	81
Meteorologia	M	3	10	29
Desenvolvimento e Meio-Ambiente	M	2	16	26
Agronomia (Produção Vegetal)	M	3	15	15
Educação	M	4	30	62
Engenharia Civil	M	3	3	15
Sociologia	M	3	10	43
Dinâmica do Espaço Habitado	M	3	22	32
Matemática	M	3	11	13
Serviço Social	M	3	10	34
Modelagem Comp. de Conhecimento	M	4	19	40
Direito	M	3	14	29
Recursos Hídricos e Saneamento	M	3	10	29
Nutrição	M	3	20	39
Engenharia Química	M	3	8	14
Ciências da Saúde	M	3	17	24
Total Geral			282	651

Fonte: PROPEP

Dos 651 alunos matriculados no SPG UFAL, 189 alunos de mestrado e 50 de doutorado possuem bolsas de estudo, o que representa 38,2% do total. A **Tabela 181** mostra a distribuição de bolsas de acordo com a modalidade e a financiadora.

A CAPES é, sem dúvida, a maior financiadora do SPG UFAL, com um orçamento em 2007 da ordem de R\$ 1,364 milhões, conforme detalhado na **Tabela 182**. Porém, não é somente no que diz respeito a bolsas de estudos que a CAPES se destaca. Por meio dos recursos PROAP, destinados à manutenção de seus cursos, a UFAL foi contemplada com R\$ 572.683,29, dos quais 99,17% foram efetivamente gastos.

² Para efeitos desta análise, considera-se apenas os cursos integrantes apenas do SPG da UFAL, ficando de fora o curso de doutorado em biotecnologia, associação com a RENORBIO. ² Cuja nota mínima para funcionamento é 4. * Resultados da Avaliação Trienal 2007

Relatório de Gestão 2007- 109

Tabela 181 - Financiadoras do SPG-UFAL

Financiadora	Modalidade	Bolsas Concedidas
CAPES	Mestrado	82
CAPES	Doutorado	27
CNPq	Mestrado	20
CNPq	Doutorado	16
FAPEAL	Mestrado	86
FAPEAL	Doutorado	07
DAAD	Mestrado	01
Total SPG		239

Fonte: PROPEP e Coordenações de Programas

Tabela 182 - Recursos CAPES para Bolsas

Ano	Recebido (R\$)	Utilizado (R\$)
2004	910.388,66	909.121,66
2005	1.088.558,00	1.088.558,00
2006	1.227.311,00	1.207.935,00
2007	1.364.332,00	1.360.572,00

Fonte: PROPEP e DCF

A política de incentivo à busca de novos recursos implementada pela PROPEP tem levado os diversos Programas do SPG-UFAL, como equipe e seus membros individuais, a aprovarem um número elevado de projetos outros nas diversas agências financiadoras conforme descrito abaixo:

- ✍ PROCAD: 3 novos projetos de cooperação acadêmica interinstitucional foram aprovados para a UFAL, totalizando investimentos da ordem de R\$ 900 mil em 4 anos, sendo R\$ 750 mil oriundos do orçamento da CAPES, e o restante na forma de contrapartida institucional da UFAL. Para os cursos contemplados, o início dos desembolsos já se dará no primeiro semestre de 2008. Para o próximo ano, há a perspectiva de submissão de novas propostas, em áreas ainda não contempladas em 2007.
- ✍ Pró-Equipamentos: 4 projetos de pesquisadores vinculados aos programas de pós-graduação da UFAL foram contemplados no edital “Pró-Equipamentos” da CAPES, cujo objetivo é melhorar o aparelhamento de laboratórios voltados para a pesquisa dentro dos Programas de Pós-Graduação. Os investimentos totalizando um montante de R\$ 218.480,00, com desembolsos realizados ainda com recursos de 2007.
- ✍ Edital Universal CNPq: 32 projetos foram aprovados no edital universal do CNPq, sendo 20 contemplados na primeira faixa (valores até R\$ 20 mil), 8 na segunda faixa (até R\$ 50 mil) e 4 na terceira faixa (até R\$ 150 mil), num volume de investimentos que pode chegar a R\$ 1,4 milhões;
- ✍ Edital FINEP para Implantação de Núcleos de Inovação Tecnológica: O projeto da UFAL foi aprovado no valor de R\$ 250.000,00 (duzentos e cinquenta mil reais). Este projeto envolve a concessão de 10 (dez) bolsas do CNPq pelo projeto e mais 09 (nove) bolsas que foram adicionadas pela UFAL, perfazendo um total de 19 bolsas.
- ✍ Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Pesquisa-Ação (Pibip-Ação) Programa PROPEP/PROEX: Foram 100 bolsas voltadas para os estudantes do campus Arapiraca, com o edital contemplando projetos que compartilhem o conhecimento desenvolvido na pesquisa científica com ações induzidas nas comunidades. Ressalte-se que a ação auxiliará a consolidar a interiorização da UFAL via agreste e demais pólos no interior.

No ano de 2007, a gestão universitária optou por não realizar chamadas internas para apresentação de propostas de cursos de especialização. Tal opção foi adotada uma vez que há a necessidade de reformulação das Resoluções para atendimento às exigências do Tribunal de Contas da União. Por esse motivo apenas os projetos de cursos caracterizados como de modalidade “fechada por adesão institucional” foram analisados e encaminhados ao Conselho

Relatório de Gestão 2007- 110

Universitário e tiveram como instituição de adesão a Prefeitura Municipal de Arapiraca, Ministério Público Estadual e Instituto Lagoa Viva. Os quadros a seguir demonstram os números que marcaram o ano de 2007 no que diz respeito à Pós-Graduação *Lato Sensu*.

Tabela 183 - Cursos de Especializações Oferecidos em 2007

Cursos Oferecidos	Início	Número de Matriculado
Administração Pública	Maio/2007	40
Administração Pública	Agosto/2007	40
Ciências Criminais	Maio/2007	50
Enfermagem em Saúde Coletiva	Março/2007	35
Gestão em Educação Ambiental	Agosto/2007	52
Total de Matriculados		217

Fonte: PROPEP

Tabela 184 – Cursos de Especializações Concluídos em 2007

Especializações Concluídas	Início	Término	Concluintes
Construção Civil	2005	03/2007	07
Controle Externo	2005	09/2007	50
Educação Física Escolar	2005	09/2007	13
Farmácia Hospitalar	2006	09/2007	34
Gestão de Sistemas e Serviços de Saúde	2005	10/2007	29
Gestão Fazendária	2005	03/2007	54
História do Brasil	2006	06/2007	18
MBA Executivo em Marketing	2005	10/2007	37
Psicologia e Ação Psicossocial	2005	03/2007	05
Vigilância da Saúde	2005	03/2007	40
Total de Concluintes			287

Fonte: PROPEP

Tabela 185 - Resumo dos Dados dos Cursos de Especializações

Dado	Quantidade
Cursos Abertos	05
Cursos Efetivamente Iniciados	05
Alunos Matriculados	217
Alunos Concluintes	287

Fonte: PROPEP

O SPG da UFAL, apresentou progressos de ordem qualitativa com 2 (dois) dos seus programas de Mestrado recebendo no 4 (Modelagem Computacional e Educação), o que permitirá aos mesmos planejarem um programa de Doutorado. Existe também a perspectiva da submissão de outra proposta de Programa de Doutorado em Empreendedorismo Inovador. Este deverá ser um programa em rede que terá sua sede na UFAL. Espera-se que a criação do Fórum dos Coordenadores de Pós-Graduação efetivada em 2007 possibilite um ambiente de discussões e propostas que possibilitem ao SPG-UFAL progredir mais rapidamente.

Ainda que o número de Programas permanece inalterado, podemos vislumbrar possibilidades de crescimento do sistema. A Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade (FEAC) conseguiu aprovar o Mestrado em Economia, mas também houve um descredenciamento, o do Mestrado em Desenvolvimento e Meio Ambiente. Este programa já vem

passando por ajustes e, ou em 2008 ou em 2009, deverá re-apresentar proposta visando continuar suas atividades. Também em 2008, espera-se a submissão de aproximadamente mais 7 propostas para cursos de mestrado, sendo 4 delas em condições reais de aprovação, por terem sido submetidas e analisadas pela CAPES e estarem em processo de reconstrução nas diversas unidades acadêmicas da UFAL.

Adicionalmente, podemos verificar que o volume de recursos captados incluiu uma participação mais efetiva da UFAL nas diversas concorrências científicas apresentadas pelas agências de fomento. Pode-se, pois concluir que o SPG-UFAL deverá apresentar um forte crescimento tanto quantitativo, quanto qualitativo, nos próximos anos. Conseqüentemente a pesquisa na UFAL também tenderá a crescer como resultado da melhor qualidade dos programas de pós-graduação.

5.3 Extensão

A missão da universidade é formar profissionais éticos e cidadãos, contribuir para o desenvolvimento local e regional e produzir e difundir conhecimento. Na Universidade Federal de Alagoas, o trabalho da Pró-Reitoria de Extensão teve como prioridade a institucionalização da Extensão, de modo a torná-la uma prática acadêmica permitindo a sua gestão dentro dos dispositivos legais definido pelo Plano Nacional de Extensão. Nesse sentido, abriu-se um espaço de discussão teórico-metodológico junto as Unidades Acadêmicas para implementar suas ações de extensão em Programas, conforme disposto no novo regimento.

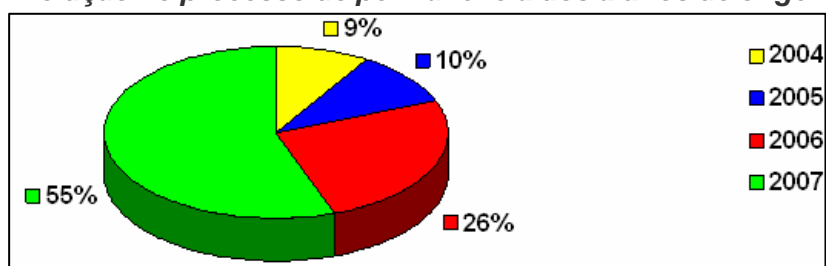
Tabela 186 – Indicadores de Desempenho dos Programas de Extensão da UFAL

Ano	Indicadores					
	Alunos	Ações de extensão	Técnicos	Professores	Bolsas	Público atingido
2004	550	113	23	317	60	31.917
2005	2.743	181	55	336	68	101.437
2006	1.866	218	41	356	172	105.914
2007	1.454	350	32	337	374	113.147

Fonte: PROEX

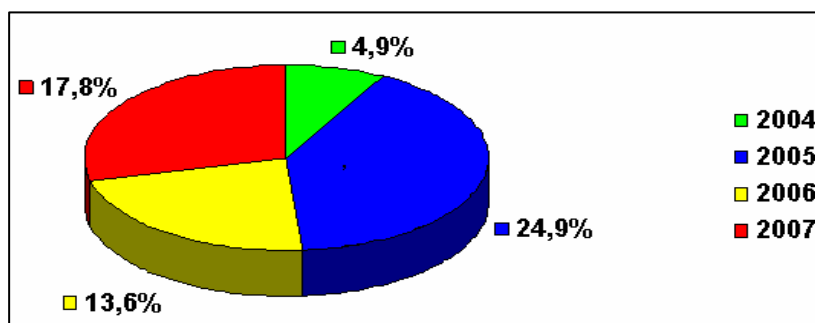
Os dados da extensão dispostos na **Tabela 186** referente ao período de 2004 a 2007, finalizaram uma gestão administrativa da UFAL. Observa-se um aumento significativo dos indicadores de bolsas e público atingido, demonstrando uma evolução no processo de permanência dos alunos de origem popular na Universidade, conforme índices representados no **Gráfico 6**.

Gráfico 6 – Evolução no processo de permanência dos alunos de origem popular



O número de ações basicamente triplicou nesse período, concretizando o compromisso na efetivação da institucionalização acadêmica e administrativa. Verificou-se uma oscilação no envolvimento dos alunos com a extensão, embora, seja expressiva a adesão ao conjunto das ações de extensão (vide **Gráfico 7**).

Gráfico 7 - Envolvimento dos alunos com a extensão



Vale ressaltar que estudos realizados pela PROEX junto aos alunos de diferentes cursos da Universidade apresentaram resultados significativos no tocante à concepção que o aluno tem sobre a extensão. Trata-se de uma amostra representativa que atingiu 30% de cada curso e que permite comparar os dados atuais (2007) com os da pesquisa anterior (2004), realçando um percentual de 17,8% de alunos qualificados na extensão em relação a um universo que perfaz um total de 12.287 alunos na UFAL. Nesse sentido se compararmos os dados referentes aos dois últimos anos entendemos que o seu resultado está diretamente relacionado a um processo seletivo cada vez mais rigoroso da equipe da PROEX.

Quanto aos demais indicadores registrados no quadro inicial, é importante considerar algumas variáveis que permeiam as ações da extensão no contexto maior da Universidade e sociedade, tais como: inexistência de concursos, contratações, sobrecarga de trabalho impedindo uma maior participação dos técnicos e professores na extensão e, dentre outros a escassez de recursos destinados a PROEX, dificultando uma interatividade de editais e outros mecanismos que costumam despertar o interesse e a participação da academia de um modo geral.

Com relação à dinâmica interna da PROEX registramos a concretização de uma reestruturação organizacional, provocando uma maior interação no seu quadro pessoal.

Um outro aspecto a considerar deve-se a participação mais efetiva dos membros do Comitê Assessor de Extensão – CAE entre si, com representantes das unidades acadêmicas, representantes de classe da Universidade e da sociedade civil. É importante atribuir mérito ao Conselho pela forma como avançou na discussão da Política de Extensão da Universidade na gestão da extensão em suas unidades e, inclusive, na atuação mais espontânea nas comissões de análises de projetos e, por fim, no trabalho interno da Instrução Normativa da PROEX substituição a de dez/89, cujos dispositivos legais continuam vigentes até a aprovação.

A UFAL apresenta, graças às ações recentes da PROEX, um grande relacionamento com a sociedade em todo o Estado. Hoje a Universidade desenvolve mais de duzentos projetos de extensão em quase todos os municípios alagoanos e diversos bairros de Maceió. Atenta ao princípio da ação cidadã, a Universidade difunde saberes nelas produzidos, de tal forma que as populações sejam também consideradas sujeito desse conhecimento. O direito de acesso às informações resultantes das nossas pesquisas, permite expressar envolvida que população, envolvida, em geral, consegue compreender o seu papel e o da universidade viabilizando a troca de saberes, essencial ao processo de cidadania.

5.4 Política Estudantil

A Pró-Reitoria Estudantil (PROEST) tem como missão exercer seu papel político pedagógico numa concepção de Universidade comprometida com a realidade social, contribuindo para democratização do acesso ao ensino superior, assegurando condições de superação das desigualdades sociais, na formação de profissionais com consciência ética, capacidade crítica e competência com o desenvolvimento regional e global.

Foram mantidos os programas de assistência à saúde, moradia, alimentação, formação de

quadros, bolsa estudo/trabalho, e criados outros visando implementar ações no que se refere à proposta de integração do corpo discente (ingressantes, estudante convênio, alunos de pós-graduação e ex-alunos); à elaboração e acompanhamento de projetos; ao apoio a promoção de eventos e ao estudo e pesquisa da realidade estudantil, além do incentivo a prática de assuntos desportivos.

Em sua dinâmica constata-se que parcela significativa da comunidade universitária advém de camadas com baixo poder aquisitivo e que demandam assistência social. Os programas e ações desta Pró-Reitoria têm minimizado os efeitos das desigualdades sociais, inserindo-os nas políticas de assistência à saúde, moradia, alimentação, nos programas de formação profissional e cidadã, cuja ajuda financeira permite o custeio das despesas com transporte, material acadêmico, bem como nas atividades culturais, científicas e acadêmicas promovendo-as ou participando.

Entre as políticas desenvolvidas e trabalhadas pela PROEST estão:

Políticas na Área da Saúde - A Assistência Médica é realizada por meio do Hospital Universitário, de acordo com a demanda apresentada, com o encaminhamento do estudante pela CAE/PROEST e articulação com a Secretaria da Direção do HU que agenda as consultas. Durante 2006 comprovou-se que houve procura pelas diversas especialidades, havendo, no entanto, predominância quanto a: dermatologia, oftalmologia, clínica geral, gastroenterologia, endocrinologia, psicologia e otorrinolaringologia e foram encaminhados **552** (quinhentos e cinquenta e dois) estudantes, enquanto que em 2007 atingiu **698** (seiscentos e noventa e oito) encaminhamentos. Núcleo de Estudo e Atenção a Dependência Química - NEADEQ – em 2007 realizou a pesquisa “Prevalência e Concepções Etiológicas sobre o consumo de álcool e outras substâncias psicoativas entre estudantes da Universidade Federal de Alagoas” com todos os alunos dos 1^{os} anos de graduação, dos turnos diurno e noturno e suas atividades estão assim distribuídas: - apuração de dados; - grupo de estudos. A Assistência Odontológica é prestada pelo Gabinete Odontológico da PROEST, que tem na sua composição 8 (oito) profissionais odontólogos e 6 (seis) na área de apoio (5 auxiliares e 1 estagiário) e que para atender às necessidades detectadas passou por melhorias significativas e que contribuíram para o aumento no atendimento, ver a evolução na **Tabela 187**.

Tabela 187 – atendimentos odontológicos efetuados em 2007

Categoria	Nº de atendimento odontológico	
	2006	2007
Estudante	688	2.292
Servidor	168	804
Dependentes	46	1.296
Total	1.321	4.392

Fonte: PROEST

Programa de Residência Universitária - programa de grande alcance social, por proporcionar moradia a 102 (cento e dois) alunos vindos do interior do Estado de Alagoas e de outros Estados, que sem o referido programa não teriam condições de permanência na UFAL. Durante 2006 foram selecionados 28 (vinte e oito) novos residentes dos quais 19 (dezenove) estavam iniciando o curso. Em 2007, foram selecionados 21 (vinte e um) alunos e atendendo as necessidades houve investimentos diversos: aquisição de 01 (um) fogão, 02 (dois) fones de ouvido, 01 (um) aparelho de ar condicionado, 02 (dois) bebedouros tipo geláguia. Atualmente na residência 04 (quatro) residentes desenvolvem atividades como bolsistas estudo/trabalho na própria RUA, sendo 03 (três) na sala de informática e 01 (um) no restaurante, enquanto outros desenvolvem suas atividades nas diversas unidades.

Programa Restaurante Universitário - este programa proporciona à comunidade universitária espaço de convivência integrando as ações de educação, formação profissional, saúde, alimentação e lazer. Em sua trajetória e perseguindo os objetivos institucionais tem atingido seus objetivos, ao proporcionar condições de permanência aos alunos de graduação e pós-graduação;

ao garantir o direito a alimentação com qualidade; ao contribuir para a formação profissional de alunos de nutrição e de serviço social por meio dos estágios supervisionados e de laboratório para aulas práticas, a exemplo dos cursos de administração, arquitetura, jornalismo e engenharia de agrimensura; além de servir de espaço de discussão, reflexão e integração ao apoiar os diferentes eventos ocorridos neste espaço. Em sua dinâmica, este programa tem contribuído para o atendimento das diferentes realidades postas: (1) minimizar os efeitos das desigualdades sociais ao selecionar comensais da graduação (taxa de contribuição de R\$ 1,00 (um real) por refeição); (2) proporcionar o desenvolvimento das ações das atividades estudantis com a concessão de 20 (vinte) cortesias diárias para o Diretório Central dos Estudantes; (3) contribuir para a formação continuada com a inclusão de 60 (sessenta) alunos de pós-graduação, com a taxa de R\$ 2,00 (dois reais) por refeição; (4) contribuir para a formação profissional com a Inserção dos alunos da Empresa Júnior cuja refeição é cobrada a R\$ 2,00 (dois reais), sendo as despesas assumidas pela própria empresa, como incentivo a participação dos seus membros. Em 2007, na política de alimentação e considerando as diversas realidades (Campus A. C. Simões, RUA, CECA e atendimento noturno) houve 1.740 inclusões, foram fornecidos 37.700 almoços e 58.919 refeições (almoço e jantar).

Programa de Bolsa de Estudo/Trabalho - este programa tem como objetivo contribuir para a formação profissional e cidadã do aluno, possibilitando sua inserção em ações e atividades acadêmicas e proporcionando a inclusão digital, ou o seu aprimoramento. Em 2006, esse programa teve **286** (duzentos e oitenta e seis) bolsas, um acréscimo de 12,59% em relação ao ano de 2005 (254 bolsas). Não obstante ao crescimento apresentado, há uma demanda reprimida devido a situação sócio-econômica dos alunos e a solicitação dos diversos setores. Em 2007, houve aumento do número de bolsa estando atualmente com 384 bolsas sendo 10 (dez) para ajudas de custo e 374 (trezentos e setenta e quatro) bolsas. Ainda quanto a formação profissional e como implementação do programa de políticas afirmativas, na operacionalização do Projeto de Assistência Estudantil para cotista/permanência foram concedidas 320 bolsas e os alunos foram inseridos nos projetos das diversas áreas de graduação. No Campus Arapiraca houve implantação da política de assistência quando foram destinadas 80 (oitenta) bolsas para aquele Campus (setenta reserva de vagas e dez bolsas Estudo/Trabalho).

Programa Estudante Convênio de Graduação (PEC-G) - É uma atividade de cooperação para a formação de recursos humanos possibilitando a realização de estudos universitários, na graduação, para as IFES participantes do convênio. As ações consistiram em: inclusão dos alunos nos diversos programas, com orientação, apoio e parecer técnico para solicitação de bolsas e incentivo à cultura e as suas várias formas de expressão. Em 2006, o número de estudantes convênio totalizou 38 (trinta e oito). Em 2007, foram 52 alunos convênios e além das ações anteriores foram trabalhados, através do estágio do curso de Serviço Social, aspectos que estavam intervindo na vida acadêmica dos alunos (frequência no curso de português, acesso a saúde, condições de permanência, etc).

Programa de Apoio e Incentivo a Participação em Eventos – Este programa tem proporcionado o intercambio cultural, a disseminação de novos conhecimentos, através da apresentação de trabalhos na participação e promoção de eventos estudantis e acadêmicos. Em 2007, consistiu em proporcionar condições de participação e ou promoção através de: (1) ajudas individuais totalizando 537 (quinhentos e trinta e sete) alunos; (2) ajudas na concessão de transporte onde foram contemplados 568 (quinhentos e sessenta e oito) alunos. (3) e na promoção dos eventos sediados pela instituição na qual foram envolvidos 8406 participantes.

Núcleo de Assuntos Culturais e Desportivos – Em 2007 visando revitalizar as ações desportivas na UFAL (necessidade detectada), foram realizados torneios, jogos e fóruns. Esta ação permitiu a inclusão e integração dos feras, a participação dos alunos em curso e a mobilização de órgãos internos e externos à UFAL.

6. PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR PATROCINADA

Não se aplica.

7. INSTITUIÇÕES BENEFICIADAS POR RENÚNCIA FISCAL

Não se aplica.

8. OPERAÇÕES DE FUNDOS

Não se aplica.

9. CONTEÚDOS ESPECÍFICOS POR UJ OU GRUPO DE UNIDADES AFINS (conforme Anexos II E X da DN-TCU-85/2007)

ANEXO A - DEMONSTRATIVO DE TOMADA DE CONTAS ESPECIAIS (conforme item 12 do conteúdo geral por natureza jurídica do Anexo II da DN-TCU-85/2007)

Não foi instaurado o processo de tomada de contas especiais no exercício de 2007 pela Universidade Federal de Alagoas.

ANEXO B - DEMONSTRATIVO DE PERDAS, EXTRAVIOS OU OUTRAS IRREGULARIDADES (conforme item 13 do conteúdo geral por natureza jurídica do Anexo II da DN-TCU-85/2007)

Não se aplica.

ANEXO C - DESPESAS COM CARTÃO DE CRÉDITO CORPORATIVO (conforme item I-1.8 do Anexo II da DN-TCU-85/2007)

Não se aplica.

Tabela 188 – Cartão de crédito corporativo: despesas pagas mediante fatura

Descrição da ocorrência	Justificativa	Responsável	Valor
Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	0,00
Totais			0,00

Tabela 189 – Cartão de crédito corporativo: saques efetuados

Descrição da ocorrência	Justificativa	Responsável	Valor
Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	0,00
Totais			0,00

ANEXO D - RECOMENDAÇÕES DE ÓRGÃOS DE CONTROLE (conforme item 9 do conteúdo geral por natureza jurídica do Anexo II da DN-TCU-85/2007)

Tabela 190 – Diligências do Tribunal de Contas da União (TCU) no Exercício de 2007

UG Nº 153037	DOCUMENTO: Ofício nº 0637/2007 TCU - DILIGENCIA	PROCESSO Nº 23065.017014 /2007-98	DATA: 24/10/2007
Recomendação:	Informar fonte de recursos das licitações na modalidade Tomada de Preços de nº 002, 004, 005/2007 e o Pregão 026 e 031 promovido pela FUNDEPES.	Implementação:	Diligencia respondida dentro do prazo estabelecido pelo TCU através do Processo nº 3065.017014/2007-98 e Ofício nº 014/2007 – COBESIN/FUNDEPES de 26 de outubro de 2007.
Recomendação:	Enviar copia dos contratos ou outro instrumento por meio do qual a FUNDEPES foi autorizada a promover os certames licitatorios acima mencionados, bem como gerir os recursos orçamentários / financeiros públicos e assumir a posição de contratada em objeto de responsabilidade da UFAL	Implementação:	Diligencia respondida dentro do prazo estabelecido pelo TCU através do Processo nº 3065.017014/2007-98 e Ofício nº 014/2007 – COBESIN/FUNDEPES de 26 de outubro de 2007.
Recomendação:	Enviar, se inexistir o termo acima ou caso eles não estabeleçam, informe qual o modo de transferência desses recursos a referida entidade privada e qual a remuneração ou ressarcimento pago a FUNDEPES, seja a titulo de despesas operacionais ou algo assemelhado.	Implementação:	Diligencia respondida dentro do prazo estabelecido pelo TCU através do Processo nº 3065.017014/2007-98 e Ofício nº 014/2007 – COBESIN/FUNDEPES de 26 de outubro de 2007.
UG Nº 153037 - DOCUMENTO: ACORDÃO 540/2004 mantido pelo 125/2007.		Processos abertos conforme itens do referido ACORDAO 540/2004 que foram mantidos pelo ACORDAO 125/2007.	
Recomendação:	Acórdão 540/2004 mantido pelo Acórdão 125/2007 . item 9.4.1	Implementação:	Abertura do processo 23065.009865/2007-67
Recomendação:	Acórdão 540/2004 mantido pelo Acórdão 125/2007 . item 9.4.2	Implementação:	Abertura do processo 23065.009866/2007-10
Recomendação:	Acórdão 540/2004 mantido pelo Acórdão 125/2007 . item 9.4.3	Implementação:	Abertura do processo 23065.009868/2007-09
Recomendação:	Acórdão 540/2004 mantido pelo Acórdão 125/2007 . item 9.4.4	Implementação:	Abertura do processo 23065.009870/2007-70
Recomendação:	Acórdão 540/2004 mantido pelo Acórdão 125/2007 . item 9.4.5	Implementação:	Abertura do processo 23065.009871/2007-14
Recomendação:	Acórdão 540/2004 mantido pelo Acórdão 125/2007 . item 9.4.6	Implementação:	Abertura do processo 23065.009872/2007-69
Recomendação:	Acórdão 540/2004 mantido pelo Acórdão 125/2007 . item 9.4.7	Implementação:	Abertura do processo 23065.009873/2007-11
Recomendação:	Acórdão 540/2004 mantido pelo Acórdão 125/2007 . item 9.4.8	Implementação:	Abertura do processo 23065.009874/2007-58
Recomendação:	Acórdão 540/2004 mantido pelo Acórdão 125/2007 .	Implementação:	Abertura do processo 23065.009875/2007-01

Relatório de Gestão 2007- 120

item 9.4.9	
Recomendação: Acórdão 540/2004 mantido pelo Acórdão 125/2007 . item 9.4.10	Implementação: Abertura do processo 23065.009876/2007-47
Recomendação: Acórdão 540/2004 mantido pelo Acórdão 125/2007 . item 9.4.11	Implementação: Abertura do processo 23065.009877/2007-91
Recomendação: Acórdão 540/2004 mantido pelo Acórdão 125/2007 . item 9.4.12	Implementação: Abertura do processo 23065.009878/2007-36
Recomendação: Acórdão 540/2004 mantido pelo Acórdão 125/2007 . item 9.4.13	Implementação: Abertura do processo 23065.009879/2007-81
Recomendação: Acórdão 540/2004 mantido pelo Acórdão 125/2007 . item 9.4.14	Implementação: Abertura do processo 23065.009880/2007-13
Recomendação: Acórdão 540/2004 mantido pelo Acórdão 125/2007 . item 9.4.15	Implementação: Abertura do processo 23065.009881/2007-50

Fonte: Controladoria Geral da UFAL

Tabela 191 – Recomendações Implementadas no Exercício 2007

UG	Nº	RELATORIO Nº	PROCESSO Nº	DATA:
153037		189697 Proc. 23065.012174/2007-41	23065.003971/2007-37	
Recomendação:		Implementação:		
1. GESTÃO OPERACIONAL : ITEM 1.1.1 Efetividade dos processos gerencias: (001) Fiscalizar e controlar efetivo repasse à universidade dos ativos adquiridos com as receitas dos cursos de pós-graduação, incluindo o registro e tombamento dos bens; (002) Efetuar controle patrimonial sobre os bens, realizando a emissão, fiscalização e atualização de termos de guarda e responsabilidade sob os mesmos; (003) Exigir que a FUNDEPES apresente os relatórios mensais (Balancetes) dos respectivos cursos de pós-graduação e balanço geral ao final de cada curso, previstos contratualmente; (004) Definir responsáveis pela fiscalização e acompanhamento efetivo da prestação de contas e da execução dos respectivos contratos; (005) Adotar medidas necessárias para proceder ingresso dos recursos obtidos (receita dos cursos) na conta do tesouro; (006) Propiciar a transparência necessária para que a UFAL torne públicos os resultados operacionais dos cursos.		A recomendação foi contemplada pelo Plano de Providências da Universidade Federal de Alagoas, encaminhado a Controladoria Geral da União, conforme Ofício CG.UFAL nº 07-GR de 29 de outubro de 2007, com recebimento no órgão de destino (CGU/AL) em 30/10/2007.		
Recomendação:		Implementação:		
2. GESTÃO ORÇAMENTÁRIA: ITEM 2.1.2 Execução das despesas correntes: (001) Abster-se de transferir a terceiros a sua atribuição legal de executar o orçamento da entidade; (002) Registrar no SIASG os contratos firmados, bem com seus aditivos e informações relativas a execução físico/financeira dos mesmos; (003) Adotar mecanismos de efetivo acompanhamento e fiscalização dos contratos firmados zelando pelo bom gasto publico; (004) Avaliar as prestações de contas dos contratos/convênios firmados com a FUNDEPES; (005) Especificar responsáveis e responsabilidades pelos contratos e definir mecanismos apropriados ao efetivo acompanhamento dos mesmos.		A recomendação foi contemplada pelo Plano de Providências da Universidade Federal de Alagoas, encaminhado a Controladoria Geral da União, conforme Ofício CG.UFAL nº 07-GR de 29 de outubro de 2007, com recebimento no órgão de destino (CGU/AL) em 30/10/2007.		
Recomendação:		Implementação:		
3. GESTÃO FINANCEIRA ITEM 3.1.1 Contas a receber: (001) Fazer atualização cadastral dos cessionários e verificação dos inadimplentes realizando estudo e implementação das medidas administrativas a adotar para regularização da situação; (002) Abrir procedimento para apurar eventuais responsáveis pela ausência de controle das receitas.		A recomendação foi contemplada pelo Plano de Providências da Universidade Federal de Alagoas, encaminhado a Controladoria Geral da União, conforme Ofício CG.UFAL nº 07-GR de 29 de outubro de 2007, com recebimento no órgão de destino (CGU/AL) em 30/10/2007.		

<p>ITEM 3.2.2 Despesas de exercícios anteriores: (001) Aprimorar os controles internos, estabelecendo rotinas de verificação/revisão dos pagamentos a serem efetuados; (002) Corrigir os valores lançados no SIAPE referentes ao pagamento de exercícios anteriores dos servidores matrícula SIAPE 1119792 (Processo nº 23065.00493/04-31) e 1097827 (Processo nº 23065.006568/02-55); (003) Abster-se de efetuar pagamentos sem o despacho de autorização do ordenador de despesa, anexando aos processos de pagamentos de exercícios anteriores o termo de confissão de dívida, assinado pelo ordenador de despesa; (004) Observar as determinações da portaria conjunta nº 01 de 05/12/2000 que disciplina o pagamento de despesas de exercícios anteriores relativas a pessoal e encargos sociais; (005) Localizar o processo de concessão de pensão civil cuja a instituidora e a ex-servidora Matrícula SIAPE Nº 1118992 e disponibilizá-lo a esta controladoria, a fim de que seja analisada a pertinência do pagamento efetuado ao beneficiário matrícula SIAPE 04656130.</p> <p>ITEM 3.2.3 Encargos contribuições e tributos: (001) Considerando a divergência de entendimentos, encaminhar urgente consulta à Secretaria da Receita Federal anexando este tópico do presente relatório de modo a certificar-se da correção dos procedimentos adotados e a pacificar a questão exposta; (002) Após a realização da consulta, prevalecendo o entendimento da Universidade, encaminhar cópia da consulta realizada para a CGU/AL. Caso contrário, prevalecendo o entendimento da auditoria a UFAL deve: a) Determinar que a FUNDEPES proceda à alteração dos procedimentos elencados visando estancar os efeitos das divergências ora expostas; b) Determinar que a FUNDEPES emita novas DIRFs referentes aos exercícios anteriores de modo a corrigir a situação e evite a incidência de multa e adicionais; c) Determinar que a FUNDEPES resolva as questões tributárias (previdenciárias e de ISS) decorrente desta consulta e evite a incidência de multas e adicionais.</p>	
<p>Recomendação: 4. GESTÃO PATRIMONIAL : ITEM 4.1.1 Existências físicas: (001) A entidade deve elaborar levantamentos físicos dos bens moveis e imóveis a fim de garantir eficiente controle da gestão patrimonial; (002) Instaurar procedimento para apuração de responsabilidade pelo não atendimento das recomendações do órgão de controle externo; (002-a) Implantar sistema de controle eficiente que</p>	<p>Implementação: A recomendação foi contemplada pelo Plano de Providências da Universidade Federal de Alagoas, encaminhado a Controladoria Geral da União, conforme Ofício CG.UFAL nº 07-GR de 29 de outubro de 2007, com recebimento no órgão de destino (CGU/AL) em 30/10/2007.</p>

<p>contemple o controle dos empréstimos e a segurança do acervo por meio de sistema de segurança e detecção e construção de armários para guarda dos pertences dos alunos.</p> <p>(002-b) A universidade deverá adotar medidas saneadoras no sentido de efetuar o levantamento e incorporação dos bens adquiridos pela fundação de apoio.</p> <p>ITEM 4.2.1 Utilização de imobiliário:</p> <p>(001) recuperar os valores irregularmente retidos pela FUNDEDPES que alcançaram os exercícios de 2005 e 2006 a quantia de R\$ 11.135,24. Ademais, quantificar a ocorrência nos exercícios anteriores e proceder da mesma forma;</p> <p>(002) arrecadar todas as despesas através da conta única do tesouro, meio legítimo de auferir recursos;</p> <p>(003) Instaurar procedimento regular de aferição das receitas patrimoniais e de serviços realizados através da FUNDEPES ou de particulares avaliando suas respectivas utilizações, identificando eventuais irregularidades e responsabilidades, ademais, apresentar tais relatórios aos órgãos de controle;</p> <p>(003-a) Seguir estritamente os preceitos legais, norteando seus procedimentos na lei 8.666/93 sob todos os aspectos aqui constatados.</p> <p>ITEM 4.2.2 Avaliação de Imobiliários:</p> <p>(001) Fazer revisão de todos os contratos/ termos de cessão ou autorização de uso objetivando rever e atualizar valores atualmente praticados e critérios para revisão regular dos mesmos.</p> <p>(002) Instaurar Tomada de contas especial para quantificação dos prejuízos apontados e procedimento administrativo para apuração de responsabilidade em função da inércia na correção dos valores cobrados pela UFAL nas relações supra citadas.</p>	
<p>Recomendação:</p> <p>5. GESTÃO DE RECURSOS HUMANOS:</p> <p>ITEM 5.1.2 Provimentos:</p> <p>(001) Reitera-se que a UFAL adote as providencias cabíveis para agir de acordo com a legislação que regula o preenchimento de cargos no serviço publico, regularizando o ingresso de pessoal a seu serviço. Ademais, que cumpra o TAC assinado e que corrobora os fatos acima descritos evitando a perpetuação da irregularidade e a incidência de multas adicionais.</p> <p>(001-a) Efetue imediatamente o cadastramento do sistema de registro e apreciação de atos de admissão e concessões SISAC TCU de todos os atos de admissão que estão fora do sistema, em especial os realizados nos exercícios de 2005 e 2006;</p> <p>(001-b) Considerando as informações existentes nos processos de aposentadoria nº s 23065.7471/1995-98 e 23065.03162/89-73, corrigir no SIAPE o registro do fundamento legal da aposentadoria dos servidores</p>	<p>Implementação:</p> <p>A recomendação foi contemplada pelo Plano de Providências da Universidade Federal de Alagoas, encaminhado a Controladoria Geral da União, conforme Ofício CG.UFAL nº 07-GR de 29 de outubro de 2007, com recebimento no órgão de destino (CGU/AL) em 30/10/2007.</p>

matricula 1119233 e 1119948.

(002) Visto que o SIAPE/SIAPECAD deve oferecer informações atualizadas e confiáveis, reiteramos a recomendação constante no item 7.2.1.5 do relatório de auditoria 175671 no sentido de que seja estabelecidas rotinas de revisão dos dados cadastrados no SIAPE a fim de elidir falhas semelhante às detectadas.

ITEM 5.1.3 Movimentação entre órgãos-entidades:

(001) Providenciar o ressarcimento a união dos valores de R\$ 2.656,47 e R\$ 8.859,77 referente aos reembolsos não efetuados pelos órgãos cessionários relativamente aos servidores Jose Dalva dos Santos Lima (Mat. SIAPE 1120284), Raimundo de Melo Barbosa (Mat. SIAPE 0140342) respectivamente.

(002) Providenciar comprovantes de pagamentos legíveis referentes aos reembolsos dos meses de marco e abril / 2006 relativos ao servidor cedido Raimundo de melo Barbosa (Mat. SIAPE 0140342).

ITEM 5.2.1 Consistência dos registros:

(001) Não extrapolar suas funções as quais não incluem a criação de cargos e de funções comissionadas, respeitando os quantitativos de cargos e funções estabelecidos pela legislação;

(002) Abster-se de realizar contratação e pagamentos de pessoal sem respaldo legal;

(002-a) Em cumprimento ao Art. 46 da Lei 8112/90 e conforme entendimento do TCU recomenda-se à reposição ao erário dos valores recebidos indevidamente pelos servidores: Mat. SIAPE 1119113, 140231, 140681 e 1119756.

ITEM 5.2.3 Gratificações:

(001) Observar com clareza e correção os objetos dos projetos sob sua responsabilidade no sentido de executar apenas as despesas compatíveis com os mesmos.

(001-a) Regularizar a situação, seja através da opção dos professores em retirar a clausula de dedicação exclusiva nos contratos ou da efetiva vedação a que tais professores exerçam dupla atividade, nos termos da vedação legal imposta. Quanto ao período pretérito, recomenda-se o estudo jurídico das medidas cabíveis em nível administrativo, no sentido de operar-se a devolução das parcelas relativas a dedicação exclusiva por parte dos professores com D.E. uma vez que os mesmos tem ciência da vedação ao exercício constante de outra atividade remunerada.

ITEM 5.2.4.1 Pagamentos de adicionais de insalubridade/periculosidade sem observância da orientação normativa nº 04/2005.

(001) Providenciar a elaboração dos laudos de avaliação ambiental e portarias de localização dos servidores, a fim de regularizar a situação dos servidores que recebem os adicionais de insalubridade/periculosidade na entidade; (002)

Implementar as recomendações constantes dos itens 7.2.1.1 e 7.2.1.2 do relatório de gestão do exercício de 2005. ITEM 5.2.4.2 Pagamento indevido de adicional por tempo de serviço.

(001) Em Observância as orientações constantes no ofício nº 328/2001 COGLE/SRH/MP, recomenda-se a entidade sustar o pagamento do adicional de tempo de serviço efetuado a servidora matrícula SIAPE 383091 e proceder conforme determina o art. 46 da lei nº 8.112/90 quanto as parcelas pagas indevidamente.

ITEM 5.2.5.2 Pagamento do auxílio-alimentação em valores divergentes do estabelecido pelo ministério do Planejamento:

(001) Proceder conforme determina o Art. 46 da Lei 8.112/90 quanto aos valores indevidamente a titulo de auxílio-alimentação.

ITEM 5.2.6.1 Ausência de registro, no SIAPECAD, das averbações do tempo de serviço de servidores:

(001) Efetuar o registro, no SIAPECAD, das averbações de tempo de serviço dos servidores matrícula SIAPE 1119476, 1119850, 1120030, 1120430, 1120509 e 6530071;

(002) aprimorar os procedimentos operacionais adotados pela entidade visando a fidedignidade e tempestividade dos registros no sistema SIAPE.

ITEM 5.3.1.1 Impropriedades nos processos de diárias:

(001) Planejar a realização de diárias com antecedência;

(002) instruir o processo com justificativas para afastamento a partir de sexta-feira, sábados e domingos;

(003) Abster-se de pagamento de diárias relativas a período inferior ao do deslocamento;

(004) efetuar registros dos afastamentos no SIAPE;

(005) atentar para a correta classificação contábil das diárias no país e no exterior.

ITEM 5.3.1.2 Falhas nas comprovações de utilização de diárias:

(001) Instruir os processos com comprovantes da finalidade dos afastamentos;

(002) Efetuar o pagamento das diárias tempestivamente;

(003) Proceder ao registro da compra de passagens aéreas no SISPASS e instruir os processos de concessão de diárias com documentação que evidencie que a compra das passagens aéreas foi realizada pelo menor preço e pela empresa contratada.

(004) Instruir os processos de concessão de diárias com os comprovantes de embarque aéreo, mesmo quando as passagens não forem compradas pela unidade, com vistas a comprovação do deslocamento no período em que foram pagas as diárias.

ITEM 5.3.1.3 Irregularidades nos processos de concessão de diárias:

(001) Providenciar a devolução do valor de R\$ 61,85 pago indevidamente a servidora Maria Auxiliadora da Silva Cavalcante, referente a meia diária calculada a maior;

(002) Providenciar a devolução do valor de R\$ 507,60, pagos a maior ao servidor Milton Fernando de Andrade Silva, a título de diárias;

(003) Recolher os valores pagos a título de concessão de diárias a servidores em período de férias.

ITEM 5.3.1.4 Gastos incompatíveis com as atividades da Universidade:

(001) Promover ressarcimento ao erário dos R\$ 26.243,67 gastos irregularmente. **ITEM 5.3.2.1**

Pagamento de ajuda de custo sem comprovação de relação de dependência com servidor:

(001) Proceder a devolução da importância de R\$ 6.591,66 paga a maior aos cofres da União, de acordo com o Art. 46, parágrafo 2º, da Lei nº 8.112/90;

(002) Apresentar a comprovação da guarda dos filhos menores para os quais foi recebida ajuda de custo.

ITEM 5.4.1.1. Pagamento de proventos e pensões sem o recadastramentos dos interessados:

(001) Considerando o que estabelece o Art. 1º do Decreto 2.251/1997, providenciar o recadastramento dos aposentados matrícula SIAPE 0041972, 1118960, 1119055 e 6839885 e dos pensionistas matrículas SIAPE 02814277 e 02812428. Não ocorrendo o recadastramento devido, devem ser observadas as determinações do Art. 3º do Decreto 2.251/1997 e do Acórdão 2349/2006-Plenário do TCU;

(002) Observar as determinações dos artigos 1º e 3º do Decreto 2.251/1997 e do Acórdão 2349/2006 Plenário do TCU para pagamento dos aposentados e pensionistas da Entidade;

(003) Em observância ao Art. 2º e ao § 3º do Art. 6º do Decreto 2.251/1997, solicitar, à procuradora da pensionista matrícula SIAPE 02957183, a apresentação de atestado médico que ampare a realização do recadastramento por procuração;

(004) Solicitar a representante legal da pensionista matrícula SIAPE 02957183 a apresentação do termo de responsabilidade estabelecido pelo Art. 5º do Decreto n.º. 2.251/97.

ITEM 5.4.1.2

(001) Em obediência as determinações da IN n.º. 44/2002 do TCU, recomenda-se envidar esforços para sanar os problemas operacionais que dificultam o registro das concessões de aposentadoria no SISAC;

(002) Proceder ao cadastramento das aposentadorias dos servidores matrícula SIAPE: 1119962, 1186687, 1120258, 0529957, 1120946, 1119915, 1119957, 0134961, 1120036, 1119720, 0140222, 0140258, 1119976, 1119772, 1119150, 1120275, 0140261, 1119392, 1120417, 1119247, 1120159, 1120836, 1120896, 1120852, 0947814, 0140215, 1119518,

1120093, 0041976, 0047027, 0050898, 0050902, 0050907, 0050912, 0050921, 0053185, 0118318, 0134758, 0134793, 0134794, 0134796, 0134797 e 0134802 no SISAC.

ITEM 5.4.1.3 Pagamento de proventos em desacordo com a lei nº 10887/2004:

(001) Observar as determinações da Lei 10.887/2004 para cálculo dos proventos das concessões de aposentadoria efetuadas pela Entidade;

(002) Corrigir o pagamento dos inativos que estão recebendo os seus proventos em desacordo com a Lei 10.887/2004;

(003) Promover a reposição dos valores pagos indevidamente aos servidores que estão recebendo os seus proventos em desacordo com a Lei 10.887/2004;

(004) Solicitar a junta médica a indicação de qual das doenças especificadas no Art. 186, item I, §1º da Lei 8.112/90 se enquadra o diagnóstico existente no laudo médico que fundamentou a concessão de aposentadoria aos servidores matrícula SIAPE 1119915, 1120275 e 140258, bem como indicar se há a necessidade de curador para os mesmos.

ITEM 5.4.1.4 Ausência de atendimento as diligências realizadas pela CGU/AL:

(001) Atender as diligências constantes nos processos 23065.000038/1999-47, 23065.002407/2004-54, 23065.005615/2000-81, 23065.011133/2002-22 e 23065.001675/2003-78 a fim de que a análise dos mesmos seja concluída.

ITEM 5.4.1.5 Ausência de ressarcimento dos valores indevidamente pagos a título da vantagem do art. 184, item i, da lei 1.711/52:

(001) Em cumprimento ao Art. 46 da Lei 8.112/90 e conforme entendimento do TCU recomenda-se a reposição ao erário dos valores recebidos indevidamente pelos servidores matrícula SIAPE 1119113 e 1119179.

ITEM 5.4.2.2 Atos concessórios de pensão sem registro no SISAC :

(001) Em obediência as determinações da IN nº. 44/2002 do TCU, recomenda-se envidar esforços para sanar os problemas operacionais que dificultam o registro das concessões de pensão no SISAC;

(002) Proceder ao cadastramento no SISAC das pensões instituídas pelos ex-servidores matrícula SIAPE: 140330, 1119119, 1119188, 1119130, 1119418, 1119781, 1119357, 1119420, 1119063, 1119104, 0042005, 1120910, 1192265, 1120837, 134611, 134942, 134958, 140118.

ITEM 5.4.2.3 Incorreção nos pagamentos de pensão, cujo instituidor era aposentado por invalidez permanente com proventos integrais:

(001) Efetue a correção nos cálculo da pensão do beneficiário do instituidor supracitado, visando evitar o acúmulo de valores a serem devolvidos ao erário pelo

Relatório de Gestão 2007- 128

<p>servidor, enviando a planilha de cálculo a CGU/AL.</p>	
<p>Recomendação: 6.0 GESTAO DO SUPRIMENTO DE BENS/SERVIÇOS: Item 6.1.1.1 Realização de despesas incompatíveis com a atividade da UFAL: (001) Que a Entidade devolva aos cofres públicos dos valores acima citados, por se tratar de despesa incompatível com a atividade da universidade. ITEM 6.1.1.2 Adoção equivocada de métodos de estimativa para processo de compra: (001) A Entidade deve utilizar métodos adequados de estimativa para processo de aquisição. Item 6.1.2.1 Irregularidades em licitações da FUNDEPES: (001) Manter seus recursos orçamentários, não permitindo as transferências para terceiros, a fim de que estes os administrem. Quanto aos recursos já transferidos, determinar que a FUNDEPES, enquanto gestora de recursos públicos a ela repassados, adequue seus procedimentos licitatórios à legislação vigente do gasto público (a exemplo das leis 8.666/93, 10.520/02). (002) Quanto aos recursos já desembolsados nos exercícios anteriores, instaurar sindicância para averiguar as eventuais irregularidades na realização do gasto público e apontar as devidas responsabilidades e omissões. Item 6.2.1.1. Deficiência na gestão de contratos: (001) Objetiva-se estimular a regularização das práticas atuais e assim evitar a perpetuação das possíveis causas e origens destes passivos trabalhistas que estão potencialmente sendo criados. Para tanto reiteramos questões a serem previstas e adotadas para que, durante a vigência dos contratos, os pagamentos das faturas estejam condicionados a que a respectiva empresa comprove: a) A regular contratação dos trabalhadores (com registro em carteira de trabalho); b) O pagamento da guia de recolhimento mensal de FGTS, em nome de cada trabalhador envolvido no contrato, relativa ao mês anterior; c) O pagamento das respectivas contribuições previdenciárias, relativas ao mês anterior; d) A entrega da GFIP do mês anterior; e) Recibos de salários e benefícios assinados e datados pelos respectivos trabalhadores, relativos ao mês anterior; f) Quanto aos contratos de obras/reformas, adicionalmente deve ser exigido o registro da mesma (RIP) junto ao CREA, o cadastro da obra no CEI (junto ao INSS) e, mensalmente, a comprovação da quitação previdenciária da obra no mês anterior. (002) Que o setor de pagamentos só efetue os</p>	<p>Implementação: A recomendação foi contemplada pelo Plano de Providências da Universidade Federal de Alagoas, encaminhado a Controladoria Geral da União, conforme Ofício CG.UFAL nº 07-GR de 29 de outubro de 2007, com recebimento no órgão de destino (CGU/AL) em 30/10/2007.</p>

Relatório de Gestão 2007- 129

<p>referidos pagamentos diante da declaração do gestor (ou do fiscal) do contrato, firmada na fatura a ser paga, de que conferiu (entre outros itens) cada um dos elementos (da recomendação 001), se responsabilizando pela integridade das informações.</p> <p>(003) Que a não apresentação de quaisquer dos elementos supracitados enseje a imediata remessa da questão à Procuradoria da UFAL para que tome ciência e adote as medidas cabíveis.</p> <p>ITEM 6.2.1.2 Divergência na execução da obra do campus Arapiraca:</p> <p>(001) Rever os quantitativos realizados nas obras, rever os boletins de medição e identificar precisamente as divergências existentes, adotando as necessárias medidas corretivas, inclusive quanto aos aspectos de cobrar o fiel cumprimento dos contratos e a evitar novas ocorrências do gênero. Sendo confirmados os prejuízos ora expostos, providenciar o devido ressarcimento.</p> <p>(002) Abrir procedimento administrativo para apurar as eventuais divergências identificadas na referida obra, além das ocorrências de atestos em obra irregularmente fornecidos, conforme elementos supra expostos.</p>	
<p>6.3 Convênios de obras, serviços e de suprimento:</p> <p>6.3.1 Fiscalização interna da execução:</p> <p>Item 6.3.1.1 Irregularidade no pagamento de taxa de administração a fundação de apoio:</p> <p>(001) Que os responsáveis promovam a restituição aos cofres públicos dos R\$ 278.024,57 pagos a título de "cobertura de custo operacional" à FUNDEPES, para execução de atividades de execução exclusiva da universidade;</p> <p>(002) Que a universidade se abstenha de remunerar a Fundação de Apoio por meio de taxa de administração, promovendo junto a referida instituição no momento da pactuação dos contratos o levantamento dos custos envolvidos na gerência dos contratos/convênios;</p> <p>(003) Que a universidade promova estudo para conhecer os custos da FUNDEPES na execução dos contratos/convênios do exercício 2006 e dos exercícios pretéritos para que os responsáveis recolham aos cofres públicos as possíveis diferenças apuradas entre a taxa percentual cobrada e os custos reais.</p>	<p>Implementação:</p> <p>A recomendação foi contemplada pelo Plano de Providências da Universidade Federal de Alagoas, encaminhado a Controladoria Geral da União, conforme Ofício CG.UFAL nº 07-GR de 29 de outubro de 2007, com recebimento no órgão de destino (CGU/AL) em 30/10/2007.</p>
<p>Recomendação:</p> <p>7.1 Controles externos:</p> <p>Item 7.2.1.1 Deficiência dos mecanismos de controle:</p> <p>(001) A Entidade deve desenvolver e implantar mecanismos mais eficientes de controle de seus atos.</p> <p>Item 7.2.1.2 Reincidência de irregularidades nos cursos de línguas:</p> <p>(001) Adotar as medidas necessárias para ingresso dos recursos (receitas dos cursos) através da conta do</p>	<p>Implementação:</p> <p>A recomendação foi contemplada pelo Plano de Providências da Universidade Federal de Alagoas, encaminhado a Controladoria Geral da União, conforme Ofício CG.UFAL nº 07-GR de 29 de outubro de 2007, com recebimento no órgão de destino (CGU/AL) em 30/10/2007.</p>

Relatório de Gestão 2007- 130

<p>tesouro;</p> <p>(002) Cobrar da FUNDEPES o efetivo repasse à Universidade dos ativos já adquiridos com as receitas dos cursos, incluindo o registro e tombamento dos bens;</p> <p>(003) Efetuar controle patrimonial sobre os bens adquiridos e mantidos, promovendo a fiscalização do uso e atualização de termos de guarda e responsabilidade sobre os mesmos;</p> <p>(004) Definir responsáveis pela fiscalização e acompanhamento efetivo da prestação de contas e da execução dos respectivos contratos;</p> <p>(005) Exigir apresentação dos relatórios mensais (balancetes) dos respectivos cursos de línguas e do balanço geral ao final de cada exercício;</p> <p>(006) Adotar o efetivo gerenciamento dos cursos de línguas, avaliando criteriosamente os relatórios mensais (balancetes) dos cursos e do balanço geral ao final de cada exercício, adotando as medidas corretivas necessárias ao funcionamento adequado de suas atividades;</p> <p>(007) Publicar resultados operacionais dos cursos, de modo a propiciar a transparência necessária.</p>	
<p>Recomendação:</p> <p>7.3 Controles internos:</p> <p>Item 7.3.2.1:</p> <p>(001) Acrescentar os registros e avaliações comentadas aos relatórios trimestrais.</p>	<p>Implementação:</p> <p>A recomendação foi contemplada pelo Plano de Providências da Universidade Federal de Alagoas, encaminhado a Controladoria Geral da União, conforme Ofício CG.UFAL nº 07-GR de 29 de outubro de 2007, com recebimento no órgão de destino (CGU/AL) em 30/10/2007.</p>

Fonte: Controladoria Geral da UFAL

ANEXO E - DEMONSTRATIVO DE TRANSFERÊNCIAS REALIZADAS NO EXERCÍCIO (conforme item I-1.3 do Anexo X da DN-TCU-85/2007)

Tipo	Código Siafi/Siasg	Identificação do Termo Inicial ou Aditivos	Objeto da avença	Data de publicação no DOU	Valor total pactuado	Valor total recebido/ transferido no exercício	Contra-partida	Beneficiário (Razão social e CNPJ)	Situação da avença (alcance de objetivos e metas, prestação de contas, sindicância, TCE S/N?)
Convênio	153037/15222	Contrato N° 72/2007	Melhoria das Condições de Convivência da Comunidade Universitária no Campus A. C. Simões	*	R\$ 4.400.000,00	R\$ 4.400.000,00	R\$ 0,00	FUNDEPES CNPJ: 12449.880/0001-67	---
Convênio	153037/15222	Contrato N° 73/2007	Apoio a Educação Básica no Estado de Alagoas	*	R\$ 632.400,00	R\$ 632.400,00	R\$ 0,00	FUNDEPES CNPJ: 12449.880/0001-67	---
Convênio	153037/15222	Contrato N° 76/2007	Implantação do Centro de Recuperação de Áreas Degradadas (Cr-Ad) na Região do Baixo São Francisco	*	R\$ 749.547,00	R\$ 749.547,00	R\$ 0,00	FUNDEPES CNPJ: 12449.880/0001-67	---
Convênio	153037/15222	Contrato N° 10/2008	Programa Escola de Gestores	*	R\$ 400.000,00	R\$ 400.000,00	R\$ 0,00	FUNDEPES CNPJ: 12449.880/0001-67	---
Convênio	153037/15222	Contrato N° */2007	Produção do Surubim e Camarão-Pitú no Baixo São Francisco	*	R\$ 33.432,51	R\$ 33.432,51	R\$ 0,00	FUNDEPES CNPJ: 12449.880/0001-67	---
Convênio	153037/15222	Contrato N° 74/2007	Capacitação da Assessoria de Intercâmbio Internacional da Universidade Federal de Alagoas	*	R\$ 90.000,00	R\$ 90.000,00	R\$ 0,00	FUNDEPES CNPJ: 12449.880/0001-67	---
Convênio	153037/15222	Contrato N° */2007	Distribuição de Material de Apoio a Educação a Distância	*	R\$ 107.925,00	R\$ 107.925,00	R\$ 0,00	FUNDEPES CNPJ: 12449.880/0001-67	---

Relatório de Gestão 2007- 132

Convênio	153037/ 15222	Contrato N° 75/2007	Formação para Professores do Ensino Fundamental para o Atendimento do/a Aluno/a com Deficiência Mental	*	R\$ 112.000,00	R\$ 112.000,00	R\$ 0,00	FUNDEPES CNPJ: 12449.880/0001-67	---
Convênio	153037/ 15222	Contrato N° 70/2007	Capacitação de Técnicos de Municípios Alagoanos em Geoprocessamento	*	R\$ 41.185,00	R\$ 41.185,00	R\$ 0,00	FUNDEPES CNPJ: 12449.880/0001-67	---
Convênio	153037/ 15222	Contrato N° */2007	Fortalecimento Institucional das Secretarias Municipais de Educação do Semi-Árido Alagoano	*	R\$ 126.674,75	R\$ 126.674,75	R\$ 0,00	FUNDEPES CNPJ: 12449.880/0001-67	---
Convênio	153037/ 15222	Contrato N° */2007	Aquisição de Material Permanente – CIED	*	R\$ 170.000,00	R\$ 170.000,00	R\$ 0,00	FUNDEPES CNPJ: 12449.880/0001-67	---
Convênio	153037/ 15222	Contrato N° */2007	Laboratório de Anatomia Animal para Aprimoramento e Melhoria da Qualidade das Atividades de Ensino, Pesquisa e Extensão no Campus de Arapiraca na UFAL	*	R\$ 290.000,00	R\$ 290.000,00	R\$ 0,00	FUNDEPES CNPJ: 12449.880/0001-67	---
Convênio	153037/ 15222	Contrato N° */2007	Fomento ao Desenvolvimento da Educação Nacional	*	R\$ 200.000,00	R\$ 200.000,00	R\$ 0,00	FUNDEPES CNPJ: 12449.880/0001-67	---
Convênio	153037/ 15222	Contrato N° */2007	Apoio ao Desenvolvimento da Educação Básica	*	R\$ 16.257,02	R\$ 16.257,02	R\$ 0,00	FUNDEPES CNPJ: 12449.880/0001-67	---
Convênio	153037/ 15222	Contrato N° */2007	Capacitação da CIED da UFAL	*	R\$ 266.904,84	R\$ 266.904,84	R\$ 0,00	FUNDEPES CNPJ: 12449.880/0001-67	---
Convênio	153037/ 15222	Contrato N° */2007	Implementação e Oferta dos Cursos de EAD da Universidade Federal de Alagoas	*	R\$ 182.801,27	R\$ 182.801,27	R\$ 0,00	FUNDEPES CNPJ: 12449.880/0001-67	---

Relatório de Gestão 2007- 133

Convênio	153037/ 15222	Contrato N° */2007	Conferência Estadual de Educação do Estado de Alagoas	*	R\$ 95.000,00	R\$ 95.000,00	R\$ 0,00	FUNDEPES CNPJ: 12449.880/0001-67	---
Convênio	153037/ 15222	Contrato N° */2007	Aparte para Construção da Sede Administrativa da CIED da Universidade Federal de Alagoas	*	R\$ 200.000,00	R\$ 200.000,00	R\$ 0,00	FUNDEPES CNPJ: 12449.880/0001-67	---
Convênio	153037/ 15222	Contrato N° */2007	Promoção do Ensino de Artes na UFAL	*	R\$ 80.000,00	R\$ 80.000,00	R\$ 0,00	FUNDEPES CNPJ: 12449.880/0001-67	---
Convênio	153037/ 15222	Contrato N° */2007	Atividades Físicas e Promoção da Saúde e Qualidade de Vida em Idosos	*	R\$ 26.000,00	R\$ 26.000,00	R\$ 0,00	FUNDEPES CNPJ: 12449.880/0001-67	---
Convênio	153037/ 15222	Contrato N° */2007	Projeto do Processo Seletivo Seriado (PSS-2008)	*	R\$ 1.426.271,71	R\$ 1.426.271,71	R\$ 0,00	FUNDEPES CNPJ: 12449.880/0001-67	---
Convênio	153037/ 15222	Contrato N° */2007	Processo Seletivo Seriado PSS-Arapiraca 2007	*	R\$ 126.374,00	R\$ 126.374,00	R\$ 0,00	FUNDEPES CNPJ: 12449.880/0001-67	---
Convênio	153037/ 15222	Contrato N° */2007	Desenvolvimento do Curso Técnico Profissionalizante de Formação do Ator/Atriz através de Ações de Ensino, Extensão e Pesquisa na Escola Técnica de Artes	*	R\$ 200.000,00	R\$ 200.000,00	R\$ 0,00	FUNDEPES CNPJ: 12449.880/0001-67	---

Fonte: SINFRA

Observação: * processo em fase de finalização dentro da UFAL devido a isso falta o número do contrato/convênio bem como a data de sua publicação no DOU.

ANEXO F – ATOS DE ADMISSÃO, DESLIGAMENTO, CONCESSÃO DE APOSENTADORIA E PENSÃO PRATICADOS NO EXERCÍCIO (conforme item 11 do Anexo II da DN-TCU-85/2007)

ATOS	QUANT.	REGISTRADOS NO SISAC (QUANT.)
Admissão	24	
Admissão - Redistribuídos de outros órgãos	04	
Admissão - Contratos (Prof. Substituto)	129	
Admissão - Contrato decisão Judicial	57	
Desligamento (Cargo efetivo)	16	
Desligamento (Término de contrato)	125	
Aposentadoria	54	
Pensão	26	

Fonte: DAP